Valdirene Pereira da Conceição
Cassia Cordeiro Furtado
Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Arkley Marques Bandeira
(Organizadores)

REGISTRO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO SÍTIO DO FÍSICO



escuta, oralidade e narrativa

EDUFMA

REGISTRO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO SÍTIO DO FÍSICO:
escuta, oralidade e narrativa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor: Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor: Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

Diretor: Prof. Dr. Cesar Augusto Castro

EDITORA DA UFMA

Coordenadora: Irenilma Cadête Lima
Conselho Editorial: Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Profa. Dra Jussara Danielle Martins Aires
Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra Rosângela Fernandes Lucena Batista
Bibliotecária Márcia Cristina da Cruz Pereira

EDITORA ASSOCIADA À ABEU
abeu.org.br

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

Valdirene Pereira da Conceição
Cassia Cordeiro Furtado
Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Arkley Marques Bandeira
(Organizadores)

REGISTRO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO SÍTIO DO FÍSICO:
escuta, oralidade e narrativa

São Luís

EDUFMA

2026

©2026 Copyright by OS AUTORES

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E CAPA
Amaury Araujo Santos

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Registro e preservação da memória do Sítio do Físico [recurso eletrônico]: escuta, oralidade e narrativa / Valdirene Pereira da Conceição ... [et al.]. — São Luís: EDUFMA, 2026.

194 p.: il.

Modo de acesso: <www.edufma.ufma.br>

ISBN 978-65-5363-616-3

1. Memória – Sítio do Físico – Registro e preservação. 2. Patrimônio cultural. 3. Museus vivos. 4. Ecomuseu Sítio do Físico. 5. Racismo ambiental. I. Conceição, Valdirene Pereira da. II. Furtado, Cássia Cordeiro. III. Carvalho, Conceição de Maria Belfort de. IV. Bandeira, Arkley Marques.

CDD 363.69098121
CDU 930.85:351.853(812.1)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira (CRB 13 / 418)

CRIADO NO BRASIL [2026]
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157 | www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO 7

1 **PATRIMÔNIO EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA**: relato de caso do projeto UNA-SE no Bacanga 15
Arkley Marques Bandeira
Conceição de Maria Belfort De Carvalho
Juliana dos Santos Nogueira
Klautenys Dellene Guedes Cutrim

2 **MUSEUS VIVOS E COMUNIDADE EM MOVIMENTO**: cultura, memória e práticas decoloniais no território do Coroado - São Luís–MA 35
Claudiane Diniz da Silva
Klautenys Dellene Guedes Cutrim
Lucas Mateus da Silva Nogueira
Marilene Sabino Bezerra

3 **A MEMÓRIA VIVA DO BACANGA**: conhecimento tradicional, territorialidade e transformações socioambientais no depoimento de José Costa (Zé Braçada) 55
Juliana dos Santos Nogueira
Conceição de Maria Belfort De Carvalho

4 **RACISMO AMBIENTAL E SEGREGAÇÃO RACIAL**: um estudo socioespacial do Polo Coroadinho em São Luís (MA) 77
Liedson Almeida Lemos
Lucas Mateus da Silva Nogueira
Sunshine Cristina de Castro Reis

5 SÍTIO DO FÍSICO: onde a memória se faz território..... 95
Selma Maria Gonçalves Cavaignac

6 CONFIGURAÇÃO DOCUMENTAL DA PÁGINA DO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO NA WIKIPÉDIA..... 115
Valdirene Pereira da Conceição
Alany Estrela Silva
Michelle Coelho Silva
Noemi Melo França

7 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO..... 131
Valdirene Pereira da Conceição
Carlos Eduardo Santos da Silva
Cássia Raquel Martins dos Passos
Isabela do Nascimento Silva
Laryssa Maria Pestana Cerveira

8 O ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO, O MEIO AMBIENTE E AS LEIS QUE REGEM ESSA RELAÇÃO.....147
Maria de Lourdes Nery Mendonça de Sousa

OS ORGANIZADORES..... 185

PROJETO UNA-SE: CULTURA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL..... 189

PROGCIN E O PROJETO UNA-SE: A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL..... 191

PREFÁCIO

MEMÓRIA, TERRITÓRIO E FUTURO: a construção coletiva de uma identidade comunitária

As pessoas empenhadas neste livro constroem e testemunham o partejar de um experimento social extraordinário de transformação de estruturas territoriais onde ele está ocorrendo. Algumas obras nascem de projetos. Outras nascem de pesquisas. Há aquelas que resultam de editais, programas institucionais ou agendas acadêmicas previamente definidas. Esta não, com certeza!

Esta obra nasceu do tempo. Surgiu de uma longa sucessão de encontros, diálogos, experiências compartilhadas, aprendizagens coletivas e compromissos construídos ao longo de mais de duas décadas em um território que, apesar dos inúmeros desafios que enfrenta, nunca deixou de produzir memória, conhecimento, solidariedade e esperança, cujo território se revela em seus quase sete mil anos de ocupação pelos povos sambaquieiros estudada pelo arqueólogo Arkley Bandeira.

Por essa razão, este não é apenas um livro sobre patrimônio cultural, arqueologia, museologia social, memória, educação patrimonial, sustentabilidade ou extensão universitária. É, sobretudo, um livro sobre pessoas, comunidades e a capacidade humana de construir coletivamente caminhos de transformação social a partir do próprio território.

Os textos reunidos neste livro revelam uma experiência única desenvolvida no Polo Coroadinho, em São Luís

do Maranhão, onde patrimônio, cultura, participação comunitária, educação, pesquisa, empreendedorismo, sustentabilidade e cidadania deixaram de constituir campos isolados para integrar um mesmo processo histórico de desenvolvimento territorial.

A compreensão dessa trajetória exige olhar para além dos projetos, instituições e iniciativas que aparecem ao longo das páginas seguintes. Exige compreender o processo histórico que tornou esta obra possível. Esse percurso remete inevitavelmente ao Sítio do Físico.

Reconhecido como um dos mais preciosos patrimônios históricos e arqueológicos do Maranhão, o sítio preserva vestígios materiais que ajudam a compreender diferentes períodos da formação econômica, social e cultural da Ilha de São Luís. Entretanto, sua importância ultrapassa os limites do patrimônio edificado e dos acervos arqueológicos.

Ao longo dos anos, o Sítio do Físico deixou de ser apenas um lugar de preservação da memória para tornar-se um espaço de união entre pessoas, saberes, instituições e comunidades. Foi nesse contexto que a família Nery Mendonça decidiu fundar o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, inteiramente inspirados nos princípios da museologia social, da educação patrimonial, da memória e da valorização das culturas locais, assumindo uma compreensão inovadora do patrimônio, entendendo que preservar não significa apenas conservar vestígios do passado, mas também fortalecer os vínculos que conectam as pessoas ao seu território e à sua própria história.

Ao longo de mais de vinte e três anos, essa atuação contribuiu para a construção de uma cultura de participação social baseada na escuta, na cooperação e na percepção das potencialidades das comunidades. Esse período tem sido de tempos ativos de encontros para trocas de conhecimentos, experiências e práticas inspiradoras, que colaboram para reflexões e ações que melhorem a

vida das pessoas e das realidades opacas ainda existentes no território.

Talvez o legado mais significativo dessa trajetória não esteja apenas nos acervos preservados, nos projetos desenvolvidos ou nas pesquisas realizadas. Talvez, o seu legado mais profundo esteja na construção gradual de relações de confiança. Confiança entre moradores, lideranças, organizações comunitárias, instituições e entre diferentes setores da sociedade. Tudo isso baseado em conhecimentos e técnicas indispensáveis para cooperar com a mudança de uma realidade multifacetada e complexa.

Foi dessa rede de relações que emergiram experiências que marcaram profundamente a história recente do Polo Coroadinho. Entre elas, destaca-se o Coroado de Natal. Sua origem remonta ao ano de 2007, quando lideranças comunitárias e os proprietários do Sítio do Físico estruturaram uma iniciativa que fosse além do mero festejar do Natal.

Naquele momento, a inquietação comum era a necessidade de construir uma narrativa diferente sobre o território, isto porque o Polo Coroadinho era retratado apenas, e especialmente, pela violência e criminalidade, além de suas carências, vulnerabilidades e problemas sociais, embora a quase totalidade dos moradores realizassem diariamente suas atividades laborativas ou ações educativas, culturais, esportivas, ambientais, religiosas e solidárias, que permaneciam invisíveis para grande parte da população ludovicense.

O Coroado de Natal nasceu para tornar visível essa outra realidade e afirmar – algo que os governantes teimam em não reconhecer – a potência humana, cultural e organizativa existente nas comunidades, além de celebrar aquilo que havia de mais inestimável no território, que é sua capacidade de produzir solidariedade e ação coletiva colaborativa. Com o passar dos anos, essa expe-

riência amadureceu. As lideranças compreenderam que a articulação construída para a realização do evento anual possuía potencial para tornar-se algo maior e contínuo.

E foi assim que surgiu a Rede Coroado de Natal, reunindo cerca de trinta organizações sociais. A Rede consolidou-se como espaço de diálogo, planejamento e estruturação compartilhada de propostas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Sua atuação passou a organizar-se em torno de temas essenciais à vida comunitária, enquanto espaço permanente de diálogo, planejamento e mobilização social, estruturando suas ações em eixos temáticos voltados à melhoria da qualidade de vida da população, incluindo Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer, Meio Ambiente, Cidadania, Segurança Pública e Infraestrutura Urbana.

Mais do que uma rede de organizações, formou-se um verdadeiro ambiente de cooperação territorial. Uma metodologia baseada na escuta das comunidades, na identificação de necessidades e potencialidades locais, na cocriação coletiva de prioridades e no diálogo permanente com universidades, empresas e órgãos públicos.

Essa experiência produziu resultados concretos. Ao longo dos anos, a mobilização comunitária articulada pela Rede contribuiu para a atração e consolidação de importantes investimentos públicos e privados na região. Equipamentos educacionais, melhoria na rede municipal de saúde, iniciativas de segurança pública, melhorias urbanas, projetos e ações sociais passaram a integrar uma agenda que força uma aliança entre comunidade, poder público e iniciativa privada para a realização de serviços e obras específicos.

Essa articulação intersetorial possibilitou algo quase impensável no início, por óbvias divergências internas, que foi a chance de permitir o diálogo e aproximação entre os atores comunitários mais credenciados do Polo, com o fim de eleger uma agenda comum que se tornasse

verdadeiro "imaginário convocante" que simbolizasse o mais relevante para o território, no caso, o fortalecimento da identidade cultural da população e o seu desenvolvimento sustentável.

Além desse ponto significativo, a interação com os poderes públicos e a atuação da Rede Coroado de Natal apresentam resultados concretos para o território, a exemplo da alta queda do índice de criminalidade e da crescente ingresso de alunos do ensino médio nas universidades, afora os feitos em obras e serviços públicos. Não cabe aqui nominar essas conquistas, mas dizer que elas desvelam o valor do processo histórico, que firmou a interação entre distintos Departamentos da Universidade Federal do Maranhão para operarem as ações do projeto UNA-SE, que se tornaram um dos objetos deste livro.

Mais do que reivindicar políticas públicas, a Rede está ajudando a construir condições para que elas se tornem realidade. Os resultados dessa trajetória extrapolaram os indicadores tradicionais de participação social e contribuíram para fortalecer o empreendedorismo local, ampliar oportunidades econômicas e estimular o desenvolvimento comunitário. Não por acaso, em 2023, o Polo Coroadinho foi reconhecido pelo SEBRAE como o segundo maior polo empreendedor comunitário do Brasil, atrás apenas da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Esse reconhecimento não representa apenas um dado estatístico. Ele simboliza o amadurecer de um processo histórico, no qual a participação social, o fortalecimento institucional, a melhoria das condições urbanas, a ampliação da segurança pública e mobilização comunitária passaram a produzir impactos concretos sobre a economia local e sobre a qualidade de vida da população.

É nesse contexto que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se aproxima de forma ainda mais intensa dessa trajetória por meio do Projeto UNA-SE. Longe de representar uma ruptura, o UNA-SE constitui uma nova

etapa desse percurso histórico. Uma etapa que amplia as possibilidades de diálogo entre universidade e comunidade, fortalecendo processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação social.

Ao reconhecer os saberes produzidos comunitários e ao construir metodologias baseadas na escuta, na participação e na coprodução do conhecimento, o projeto reafirma o princípio fundamental de que o território não é apenas objeto de estudo, mas é sujeito e produz conhecimento. Além disso, o território ensina, aprende e transforma.

Aqui vale reconhecer a importância de atores expressivos do mundo acadêmico, cuja contribuição foi decisiva ao longo da trajetória do Ecomuseu, da Rede Coroado de Natal e do UNA-SE. Entre eles figuram os professores Arkley Bandeira, Leonardo Soares, Cássia Furtado, Valdirene da Conceição, Conceição Belfort, Klautenys Guedes, Abimaelson Pereira, Leonardo Dall'Agnol, Lucas Marinho, Flávio Luis Farias, Ana Caroline Amorim, Luciano Façanha, Juliana Nogueira, Lucas Nogueira e Felipe Ewerton, que, juntamente com outros pesquisadores e estudantes, contribuíram para integrar os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Cultura e Sociedade (PGCULT), Ciência da Informação (PPGCI) e Artes Cênicas (PPGAC) ao Projeto UNA-SE, fortalecendo o diálogo entre universidade e comunidade.

O extraordinário deste livro é que ele dá registro a uma virada singular em um território marcado pelo estigma do abandono, preconceito e discriminação. Os artigos que compõem esta obra refletem precisamente esse entendimento. Neles, patrimônio, memória, arqueologia, cultura, meio ambiente, justiça e participação comunitária aparecem como dimensões complementares de um mesmo processo social. Um processo que demonstra que a produção de conhecimento pode caminhar lado a lado com a mutação da realidade.

Ao concluir estas palavras, talvez seja possível afirmar que o principal patrimônio construído ao longo dessa trajetória não está apenas nas ruínas preservadas, nos documentos produzidos, nas pesquisas realizadas ou nos projetos e ações implementados. Na verdade, o patrimônio mais valioso construído ao longo desses anos é a rede de relações. Uma rede solidária e colaborativa formada por pessoas, instituições, comunidades e sonhos compartilhados. Uma rede que aprendeu a transformar memória em pertencimento, pertencimento em cooperação e cooperação em desenvolvimento.

Além de ser o testemunho dessa história, esta obra é um convite para reconhecer que os territórios carregam muito mais do que problemas a serem resolvidos. Ao fim e ao cabo, eles entrançam ciências, memórias, cultura popular, capacidades, identidades e potencialidades invisibilizadas, além de urdirem futuros possíveis. Isto ocorre quando patrimônio, comunidade, universidade, iniciativa privada e o poder público aprendem a caminhar juntos e tornam-se parceiros capazes de construir transformações que ultrapassam gerações.

Esta obra traz o reconhecimento dessa pluralidade de saberes ao se aproximar das perspectivas contemporâneas que defendem uma ciência mais aberta ao diálogo, à diversidade epistemológica e à participação social. Por isso, este livro não é apenas uma publicação acadêmica, mas um registro histórico, que documenta um processo de formação de uma comunidade concebida territorialmente, enquanto testemunho coletivo e celebração da memória e afirmação da dignidade dos territórios e das suas gentes, que produzem conhecimento sobre si mesmas, aprendendo com a sua história, cultura, patrimônio e desafios.

Hoje, os dirigentes comunitários e as pessoas que não desistiram desse experimento social e que lograram participar dessa estruturante transformação social, ao longo destes 20 anos de Coroado de Natal, já não tem as

mesmas percepções, saberes e reminiscências sobre as suas vidas e de sua região, do mesmo modo como as vivenciaram antes da Rede. Esta, e a riqueza que propicia o seus encontros, seminários, cursos, treinamentos e capacitações, com seus conhecimentos, memórias, distintas práticas e discussões teóricas, nem de longe, comparam-se com as vivências do movimento comunitário anterior ao Coroado de Natal.

Contudo, esse experimento social não está claramente compreendido pela população em geral, que têm barreiras na percepção desses avanços comunitários e, por isso, não reagem positiva e orgulhosamente por tais conquistas, até por não discernir a origem e sentido delas. Este livro, se bem difundido, pode ajudar a comunidade entender essa visão estruturante. Esta difusão, de certo, será obra principalmente de jovens nas redes sociais, ávidos por mudar a vida ao seu redor.

Em última análise, esta não é apenas uma história sobre o passado, mas principalmente sobre a perene capacidade humana de construir a sua história e produzir o futuro. Quiça, este processo social não esteja longe de ver a criação de um modelo comunitário de governança territorial colaborativa de natureza intersetorial e interdisciplinar, sob o signo da esperança e do imaginário convocante.

1

PATRIMÔNIO EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA:
relato de caso do projeto UNA-SE no Bacanga

Arkley Marques Bandeira[1]
Conceição de Maria Belfort De Carvalho[2]
Juliana dos Santos Nogueira[3]
Klautenys Dellene Guedes Cutrim[4]

1 INTRODUÇÃO

O território da Amazônia Maranhense, especialmente na área urbana de São Luís, abriga múltiplas camadas de historicidade, práticas culturais e modos de vida profundamente enraizados nas relações entre populações tradicionais e o ambiente natural. No entorno do Parque Estadual do Bacanga, confluem ruínas coloniais, sambaquis pré-coloniais e manifestações culturais afro-indígenas contemporâneas, elementos que constituem um rico

[1] Arqueólogo. Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), atuando no Campus de Pinheiro e no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult).

[2] Doutora em Linguística e Língua Portuguesa e Mestra em Estudos Literários pela UNESP. Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Associada da UFMA e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA).

[3] Graduada em Ciências Sociais (UFMA), Doutoranda e Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN.

[4] Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP e Mestra em História pela UFPE. Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da UFMA.

patrimônio material e imaterial em permanente disputa simbólica, territorial e ecológica.

Inserido nesse contexto, o Projeto UNA-SE: Cultura, Educação Ambiental e Patrimonial: Polo Coroadinho e Entorno do Parque Estadual do Bacanga, se propôs a atuar na interseção entre cultura, meio ambiente e extensão universitária, a partir de uma abordagem participativa e territorializada. A experiência relatada integra um conjunto de ações realizadas entre 2024 e 2025 por meio de oficinas, rodas de conversa, escutas sensíveis, produção de memória e formação de redes de cuidado e mobilização social. Envolvendo moradores, lideranças comunitárias, estudantes e pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o projeto construiu processos de coautoria entre universidade e comunidade, com foco na valorização dos saberes locais, na defesa do patrimônio ameaçado e no enfrentamento das injustiças climáticas e territoriais.

Este relato de caso busca apresentar e refletir criticamente sobre os caminhos trilhados pelo projeto, com ênfase em suas dimensões educativas, patrimoniais e sociopolíticas. Parte-se do pressuposto de que experiências extensionistas enraizadas em territórios vulnerabilizados, mas epistemologicamente potentes, podem constituir práticas insurgentes de resistência e reexistência (SANTOS, 2014; WALSH, 2009), desde que ancoradas na escuta, no diálogo de saberes (FREIRE, 1981; SANTOS, 2010) e na valorização da memória social como instrumento de transformação.

A narrativa aqui proposta articula os contextos locais do Polo Coroadinho e do Parque do Bacanga às práticas pedagógicas desenvolvidas no projeto, analisando os processos de formação, os relatos orais de sujeitos como Seu Zé Braçada e os produtos e projetos gerados. Ao fim, problematiza-se o papel da universidade na construção de ações de justiça ambiental e patrimonial, a partir da

experiência concreta do UNA-SE como referência de extensão comprometida com a cultura, o território e a vida.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

O território de atuação do Projeto UNA-SE está situado na zona urbana de São Luís do Maranhão, mais especificamente no entorno do Parque Estadual do Bacanga, com destaque para o Polo Coroadinho, região que concentra uma significativa densidade populacional e uma diversidade sociocultural singular. Trata-se de um espaço historicamente negligenciado pelo poder público, mas marcado pela resistência e pela pulsação de expressões culturais enraizadas, como expressões artísticas e teatrais, o bumba-meu-boi, dentre outros, como terreiros de matriz africana, que coexistem com ruínas de engenhos coloniais, sítios arqueológicos e paisagens ecológicas de alto valor histórico e simbólico.

A complexidade desse território está relacionada àquilo que Milton Santos (2002) denomina de "rugosidades do espaço": uma sobreposição de tempos, agentes e processos que interagem de forma desigual. No caso do Coroadinho-Bacanga, há uma interseção entre memórias indígenas, cicatrizes do colonialismo, urbanização desordenada, vulnerabilidades socioambientais e práticas culturais vivas, que demandam abordagens interdisciplinares e não hegemônicas.

O Parque Estadual do Bacanga abriga sítios arqueológicos de grande relevância, como o Sambaqui do Bacanga, cujos vestígios cerâmicos remontam a ocupações entre 6.600 e 900 anos A.P. (BANDEIRA, 2010). Além disso, o Sítio do Físico — tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sob o processo nº 1017-T-1980 — conserva ruínas de antigas instalações fabris, como fornos de cal e tanques, que testemunham o ciclo produtivo do século XVIII e XIX. A área integra hoje o Ecomuseu do Sítio do Físico, um espaço de

preservação e educação patrimonial em parceria com a comunidade (IPHAN, 2023).

A atuação do Projeto UNA-SE nesse território se deu a partir da escuta e do diálogo com sujeitos diversos que habitam e sustentam esses espaços: lideranças comunitárias da Rede Coroado de Natal, artesãs, grupos culturais, professores da rede pública, guardiões do patrimônio como o casal Fernando e Neri Mendonça, e, de forma muito especial, com moradores históricos como o senhor José Costa, conhecido como Seu Zé Braçada, cuja contribuição simbólica e epistêmica foi central para o projeto.

Aos 74 anos, Zé Braçada é um dos últimos detentores vivos de uma memória territorial que transcende os mapas oficiais. Seu conhecimento detalhado sobre o nome e a localização de antigos sítios da região, como Santinho, Sabino, Tapera, Rio da Prata, São José e Sítio do Oiteiro, constitui uma cartografia afetiva e cognitiva construída a partir da vivência, da oralidade e da interação direta com a paisagem. Sua fala expressa aquilo que Paul Claval (2001) chama de *sentido de lugar*, uma relação identitária e espiritual com a terra que configura modos de viver e resistir.

Essa memória oral, que inclui saberes sobre as transformações do rio Bacanga, a degradação da água, o desaparecimento das trilhas antigas, as festas tradicionais, as tensões fundiárias e as práticas de cuidado com a natureza — orientou não apenas a reflexão, mas também o desenho metodológico das ações. A escuta de Zé Braçada e de outros moradores foi fundamental para o mapeamento das rotas patrimoniais, para o apoio a Carta de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural em Cenário de Crise Climática, e para a reafirmação do território como lugar de produção de conhecimento e de direito à permanência.

Com base nesse diagnóstico territorial e relacional, o Projeto UNA-SE assumiu como premissa a produção

de vínculos éticos e metodológicos entre universidade e comunidade, reconhecendo as populações locais como coautoras das ações, e não apenas como "beneficiárias". A escuta das comunidades revelou que as disputas em torno do território não são apenas fundiárias ou ambientais, mas simbólicas, culturais e epistêmicas, disputas por narrar, habitar e decidir sobre o futuro de seus lugares.

3 DESENHO E DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO

O Projeto UNA-SE foi concebido a partir da escuta de múltiplas vozes do território, em especial lideranças comunitárias, agentes educativos, coletivos populares e pesquisadores ligados à Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A construção da proposta se deu de forma orgânica, por meio de encontros prévios, diagnósticos participativos e mapeamentos colaborativos, o que permitiu que o projeto não fosse imposto externamente, mas emergisse das dinâmicas e necessidades locais, conforme os princípios da pesquisa-ação participativa (Fals-Borda, 1985) e da extensão dialógica (Freire, 1983).

A articulação entre universidade e território foi conduzida por uma equipe interdisciplinar vinculada a quatro programas de pós-graduação: Cultura e Sociedade (PGCult), Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Ciências da Informação (PROGCIN) e Artes Cênicas (PPGAC). Essa pluralidade de olhares permitiu que o projeto incorporasse dimensões estéticas, ambientais, históricas e comunicacionais em suas ações. Além disso, contou com a parceria de instituições comunitárias como a Rede Coroado de Natal, o Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico e o Batalhão Florestal da PM-MA, fortalecendo a governança local e os processos de coautoria.

3.1 Abordagem Metodológica

As ações foram guiadas por uma metodologia inspirada na cartografia social (Acselrad, 2008; Almeida, 2010), na qual os moradores eram convidados a mapear

afetivamente seus lugares, nomear sítios invisibilizados nos mapas oficiais, e refletir sobre os impactos das mudanças climáticas e das políticas públicas em suas vidas. Também foram realizadas entrevistas, rodas de conversa, oficinas temáticas, vivências de campo e um seminário final como culminância do processo.

A pedagogia adotada nas oficinas seguiu os fundamentos da educação popular freireana, priorizando a escuta ativa, a horizontalidade, a problematização do contexto e o reconhecimento do saber local como ponto de partida para qualquer aprendizagem. Como enfatiza Freire (1987), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção". Foi exatamente isso que as oficinas do UNA-SE buscaram: criar condições para que os participantes se vissem como autores, produtores de cultura e protagonistas de sua própria história.

3.2 Etapas do Projeto

a) Escutas e Diagnóstico Participativo (novembro–dezembro de 2024): A equipe realizou reuniões com coletivos culturais, lideranças comunitárias e moradores do entorno do Parque Estadual do Bacanga. As demandas foram sistematizadas em um documento-base com propostas para fortalecimento do Polo Coroadinho, incluindo: a criação de um selo territorial, formação em gestão cultural, roteiros turísticos, biblioteca virtual, registro da memória e acesso a políticas públicas.

Figura 1: Escutas e Diagnóstico Participativo



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2025.

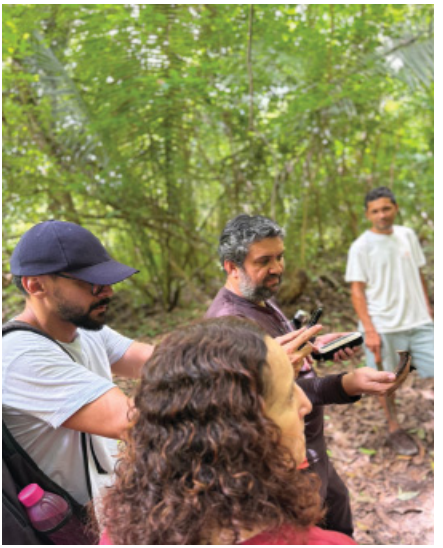
b) Visitas Técnicas e Reconhecimento do Território (março de 2025): Uma das experiências mais marcantes foi a visita técnica ao Sítio do Físico, onde foram ouvidos depoimentos de sujeitos-chave, como Seu Zé Braçada, o casal Fernando e Neri Mendonça, e o educador ambiental Edson. Esses relatos ofereceram uma leitura do território baseada na memória oral e em vínculos afetivos, revelando aspectos invisibilizados nos diagnósticos convencionais.

Figura 2: Entrevistas



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025

Figura 3: Visita Técnica



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.

c) Oficinas e Ações Formativas (abril–junho de 2025): Com base nas demandas identificadas, foram realizadas oficinas de produção cultural, cerâmica arqueológica, bordado tradicional, fotografia comunitária, gestão de projetos, prestação de contas e roteiros patrimoniais. As atividades foram descentralizadas, acontecendo tanto na UFMA quanto nos espaços comunitários.

Figura 4: Oficina



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.

d) Seminário UNA-SE e Carta Política (junho de 2025): Durante a Semana Mundial do Meio Ambiente, foi realizado o seminário de culminância com mesas de debate, painéis com lideranças comunitárias, vivências no Parque do Bacanga, e a aprovação da Carta de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural em Cenário de Crise Climática — documento coletivo que sintetiza as lutas, propostas e compromissos assumidos pelas entidades envolvidas.

Figura 5: Seminário UNA-SE



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.

e) Produção de Memória e Produtos Territoriais (julho–setembro de 2025)

Após o seminário, o projeto avançou na sistematização de materiais produzidos: trilhas educativas, inventário participativo do Sítio do Físico, documentário, selo territorial, cartografia social, mapeamento das nascentes, cartilha educativa, acervo digital, dentre outros. Esses materiais estão sendo devolvidos junto ao território e usados como instrumentos de visibilidade e incidência política.

Figura 6: Reunião de Alinhamento



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2025.

Essa abordagem metodológica reafirma que a extensão universitária crítica deve se posicionar não como prestação de serviços, mas como prática de diálogo e reconstrução do conhecimento, tal como propõe Boaventura de Sousa Santos (2010) em sua defesa da "ecologia de saberes". No caso do UNA-SE, o saber local, o conhecimento geográfico de Zé Braçada, as oficinas, feiras de produtos artesanais e os registros audiovisuais tornaram-se formas legítimas de produção científica e cultural.

4 EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E RESULTADOS OBSERVADOS

A experiência do Projeto UNA-SE produziu resultados que transcendem os produtos materiais e operacionais previstos em seu escopo inicial. Ao longo do processo, emergiram aprendizagens coletivas, reorganizações simbólicas e reconfigurações nos modos como os sujeitos se reconhecem e se articulam com seus territórios. Nesta seção, são apresentados os principais resultados observados, agrupados em quatro dimensões: formação e oficinas; escuta e memória territorial; produção simbólica e incidência política; e articulações institucionais.

4.1 Formação e Oficinas Comunitárias

As oficinas foram o coração pulsante do UNA-SE. Realizadas entre abril e junho de 2025, constituíram espaços de partilha, construção de conhecimento e afirmação da dignidade cultural dos sujeitos participantes. Conforme detalhado anteriormente (ver seção 3.1), as oficinas abrangeram temas como produção cultural, cerâmica arqueológica, formação de negócios sociais, fotografia, gestão financeira de projetos e roteirização turística.

O impacto dessas ações se refletiu em três aspectos centrais:

1) A apropriação crítica de ferramentas técnicas por coletivos locais, especialmente no campo da elaboração de projetos e prestação de contas. Grupos de jovens e mulheres artesãs, antes afastados dos circuitos de fomento público, passaram a compreender e viabilizar editais como sujeitos propositores.

2) A valorização de práticas ancestrais, como a produção cerâmica inspirada nos fragmentos do Sambaqui do Bacanga. As oficinas de cerâmica, conduzidas em parceria com o Ecomuseu do Sítio do Físico, permitiram ainda a obtenção de conhecimento sobre expressões como os grafismos marajoaras, ativando o vínculo entre arqueologia e identidade territorial.

3) A ativação de processos de narratividade visual e autoimagem comunitária, por meio da oficina de fotografia, em que permitiu que os participantes pudessem registrar suas vivências como suas casas, trilhas, festas e memórias — devolvendo a eles o lugar de narradores, e não apenas de observados.

Essas oficinas ressoaram como práticas de formação política e estética, revelando que o ato de bordar, escul-

pir, desenhar ou redigir um projeto pode ser também um gesto de afirmação territorial e resistência simbólica.

4.2 Escuta Territorial e Memória Viva

A escuta sensível dos moradores, em especial dos mais velhos, permitiu o acesso a saberes territoriais invisibilizados nos registros oficiais. O depoimento do senhor José Costa, o Zé Braçada, foi emblemático nesse sentido. Aos 74 anos, ele compartilhou uma cartografia oral composta por nomes antigos de sítios históricos, rotas fluviais esquecidas, festas religiosas, formas de manejo ambiental e relações de vizinhança que estruturaram a região por décadas.

Esse relato foi sistematizado em formato de entrevista, com análise etnográfica e cruzamento com cartografia histórica, permitindo:

a) A revalidação da toponímia popular (Santinho, Sabino, Rio da Prata, Sítio do Oiteiro), reforçando o direito dos moradores de nomear e habitar seus lugares.

b) A denúncia da degradação dos sistemas hídricos locais, como o desaparecimento de nascentes e a contaminação das águas do Bacanga, aspectos recorrentes em seus relatos.

c) A compreensão de uma ética ambiental comunitária, expressa em frases como “nem roça eu faço porque não quero agredir a natureza”, revelando um conhecimento ecológico tradicional compatível com princípios da conservação ambiental.

A escuta de Zé Braçada não apenas inspirou roteiros patrimoniais e produtos educativos, mas também reposicionou o lugar do idoso como guardião de saberes e autoridade narrativa no território.

4.3 Produção Simbólica e Incidência Política

Entre os resultados mais significativos do projeto está a Carta de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural em Cenário de Crise Climática, elaborada de forma coletiva durante o Seminário UNA-SE e aprovada em assembleia no Parque Estadual do Bacanga, em 7 de junho de 2025.

A carta articula demandas comunitárias, compromissos institucionais e diretrizes para a defesa do patrimônio cultural ameaçado pelas mudanças climáticas, propondo:

a) A integração das políticas culturais, ambientais e urbanísticas no território.

b) O reconhecimento do patrimônio arqueológico e imaterial do Bacanga como bem público de interesse social.

c) A proteção de áreas sagradas e espaços simbólicos das comunidades tradicionais.

d) A inclusão das populações locais na formulação de políticas públicas de adaptação climática.

Esse documento será encaminhado a órgãos como o IPHAN, a Secretaria de Meio Ambiente e Cultura do Maranhão e ao comitê brasileiro da COP 30, prevista para ocorrer em Belém do Pará. A carta representa um instrumento de incidência política e pedagógica, fruto direto do trabalho de base do projeto.

4.4 Articulações e Produtos Territoriais

O projeto resultou também na criação e fortalecimento de instrumentos de mobilização comunitária e visibilidade territorial, entre os quais destacam-se:

a) A concepção de um Selo Territorial para os produtos do Polo Coroadinho, que será validado em

articulação com as secretarias governamentais e movimentos locais.

b) A construção participativa de roteiros de turismo comunitário e patrimonial, que conectam sítios históricos, ruínas coloniais e saberes vivos da região.

c) A organização de uma Biblioteca Digital, reunindo entrevistas, fotografias, mapas, vídeos e documentos gerados ao longo do tempo, com acesso público.

d) O fortalecimento do Sítio do Físico como articuladores de iniciativas culturais e ambientais no território, ampliando sua capacidade de captação de recursos e incidência institucional.

Esses produtos, ainda em fase de consolidação, expressam a intenção do projeto de deixar legados materiais e simbólicos duradouros, capazes de sustentar a continuidade das ações a partir do protagonismo das próprias comunidades.

5 REFLEXÕES CRÍTICAS

A experiência do Projeto UNA-SE, ao se desenrolar no interior de um território tão denso em historicidades, disputas e reinvenções como o Polo Coroadinho e o Parque Estadual do Bacanga, impôs à universidade o desafio de revisar seus próprios modos de escuta, presença e atuação. Ao invés de levar soluções prontas, coube à equipe do projeto habitar o tempo das comunidades, aceitar o silêncio inicial de certas memórias e permitir que as palavras emergissem no ritmo da confiança mútua. Essa escolha metodológica e ética, de começar pela escuta e não pelo diagnóstico, foi talvez o gesto mais político da experiência.

A ação extensionista, nesse caso, não se configurou como uma intervenção externa, mas como um desloca-

mento epistemológico. A universidade, ao se colocar em diálogo com os saberes territoriais, foi confrontada com outras formas de pensar o tempo, a paisagem, a ancestralidade e a própria ideia de "projeto". A fala de Seu Zé Braçada, por exemplo, não apenas nos contou histórias: ela desestabilizou cronologias lineares, redesenhou cartografias e evidenciou lacunas dos mapas institucionais. Nomes como Santinho, Tapera, São Raimundo e Outeiro voltaram a ocupar o espaço narrativo e, com isso, o espaço político.

Essa escuta nos remete à noção de "ecologia de saberes" proposta por Boaventura de Sousa Santos (2010), que entende o conhecimento como algo que não pertence exclusivamente à ciência moderna, mas circula em diferentes sistemas epistêmicos, como o das populações tradicionais, das mulheres negras, dos povos indígenas e das comunidades periféricas urbanas. No UNA-SE, a prática dessa ecologia se deu não como ideal abstrato, mas como exercício cotidiano: ao aprender com as artesãs, ao reorganizar a oficina para incluir o saber do barro, ao reescrever um roteiro de trilha com base na memória oral.

Outro aspecto que merece reflexão é o lugar da extensão universitária nesse processo. Longe de ser um "braço" da universidade, a extensão, quando crítica e enraizada, atua como espaço de tradução entre mundos. Ela desorganiza hierarquias entre teoria e prática, entre "quem ensina" e "quem aprende", e recoloca perguntas incômodas sobre o papel social da universidade pública. Como lembra Paulo Freire (1983), não há ensino sem escuta, e não há transformação sem diálogo real. No caso do UNA-SE, a transformação não se deu apenas no território, mas também nos corpos e olhares dos que vieram da universidade.

A própria noção de patrimônio foi ressignificada ao longo do percurso. Inicialmente pensada como categoria técnica, vinculada à arqueologia, ao inventário e à conservação, ela foi progressivamente reapropriada pe-

las comunidades como expressão de memória viva, de pertencimento e de denúncia. A cerâmica dos sambaquis deixou de ser um "fragmento a ser estudado" e passou a ser uma forma de ensinar história com as mãos. As ruínas coloniais deixaram de ser paisagens e se tornaram marcos de violências e reinvenções. O patrimônio, nesse contexto, deixou de ser objeto e passou a ser processo, processo que exige articulação entre cuidado, política e reconhecimento.

Também foi necessário lidar com os limites. Nem todas as oficinas alcançaram o número de participantes previsto. Nem todas as ações geraram engajamento imediato. Em alguns momentos, o cansaço das lideranças, o acúmulo de agendas e a ausência de políticas públicas consistentes tensionaram as possibilidades de continuidade. Mas mesmo esses limites revelaram algo importante: o tempo da extensão não é o tempo dos editais. O tempo do território exige presença, continuidade e abertura para o imprevisto.

Por fim, é preciso destacar o papel das mulheres como guardiãs, articuladoras e mantenedoras dos fios que sustentam esse território. Foram elas. nas cozinhas, nas lideranças, nos grupos de produtos culturais e nas reuniões da Rede Coroado de Natal, que sustentaram o afeto necessário para que a universidade pudesse entrar, aprender e se refazer. Sua presença foi não apenas "objeto de escuta", mas sujeito da experiência.

O que se construiu no Projeto UNA-SE não foi apenas um conjunto de atividades com começo, meio e fim. Foi uma forma de estar com, de compartilhar mundos e de propor que o patrimônio, a cultura e o ambiente não são temas setoriais, mas expressões de uma luta mais ampla: a luta por dignidade territorial em tempos de crise climática, epistemológica e democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada ao longo deste capítulo evidencia que práticas extensionistas enraizadas em territórios vulnerabilizados, como o Polo Coroadinho e o entorno do Parque Estadual do Bacanga, têm potencial não apenas de promover ações educativas ou patrimoniais pontuais, mas de provocar deslocamentos profundos nas relações entre universidade, comunidades e saberes. O Projeto UNA-SE mostrou que a produção de conhecimento pode, e deve, acontecer a partir do chão, das ruínas, das memórias orais e das práticas cotidianas, respeitando o tempo dos encontros e reconhecendo as epistemologias que resistem, ainda que silenciadas, nos interstícios da cidade.

Mais do que um inventário de ações, o projeto propôs uma escuta ativa das camadas simbólicas do território, permitindo que moradores, especialmente os mais velhos e as mulheres articuladoras da comunidade, ocupassem o lugar de sujeitos de conhecimento. A presença do saber tradicional, como o de Seu Zé Braçada, que mapeia o espaço com palavras que não constam em cartografias oficiais, e a ativação de memórias a partir de objetos, imagens, cerâmicas e gestos, mostraram que a educação patrimonial não pode estar dissociada da justiça territorial. Quando o patrimônio é abordado apenas como técnica de conservação ou como atração turística, perde-se sua dimensão política; mas quando é compreendido como direito, como narrativa coletiva, como experiência viva, ele se torna ferramenta de reexistência.

Ao final do processo, compreendeu-se que o verdadeiro legado do UNA-SE talvez não esteja nas oficinas realizadas, nos produtos desenvolvidos ou nas ações formalizadas, mas na construção de vínculos duradouros, éticos e sensíveis entre pessoas, lugares e instituições. Um vínculo que não se desfaz com o encerramento de

um projeto, porque está tecido na confiança, na escuta, no cuidado e na aposta no comum.

Em tempos de colapso climático, desigualdade social e epistemicídios silenciosos, iniciativas como esta reafirmam que defender o patrimônio é defender também a vida, o território e a possibilidade de futuro. O UNA-SE não encerra um ciclo: ele planta uma trilha, aberta, para que outras ações possam continuar a caminhar.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cartografia social: território, cidadania e resistência**. Manaus: Nupaub/UFAM, 2010.

BANDEIRA, Arkley Marques. Pesquisa arqueológica no sambaqui do Bacanga, São Luís, Maranhão: reflexões sobre a ocorrência de cerâmica em sambaquis do litoral equatorial amazônico. **Amazonica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 2, n. 2, p. 330–355, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/299. Acesso em: 02 set. 2025.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

FALS-BORDA, Orlando. **Conhecimento e poder popular**. São Paulo: Vozes, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Arqueológicos: sítios protegidos e tombados**. Brasília: IPHAN, 2022. Disponível em: https://

portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/895. Acesso em: 11 ago. 2025.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **IPHAN e UFMA realizam seminário estadual para o enfrentamento das mudanças climáticas**. Brasília: IPHAN, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-e-ufma-realizam-seminario-estadual-para-o-enfrentamento-das-mudancas-climaticas. Acesso em: 10 jul. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, conhecimento e decolonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

2

MUSEUS VIVOS E COMUNIDADE EM MOVIMENTO: cultura, memória e práticas decoloniais no território do Coroado - São Luís–MA

Claudiane Diniz da Silva[1]
Klautenys Dellene Guedes Cutrim[2]
Lucas Mateus da Silva Nogueira[3]
Marilene Sabino Bezerra[4]

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a relação entre museologia social, práticas decoloniais e produção comunitária de memória a partir do estudo do território do Coroado, em São Luís do Maranhão. O estudo ancora-se nas perspectivas de Brulon (2018), Chagas (2017) e Mignolo (2020), ao defender que descolonizar a museologia implica redistribuir a autoridade sobre a memória, valorizando epistemologias locais e modos outros de narrar o mundo. A partir dessa abordagem, o Coroado é compreendido como um museu vivo, no qual as práticas sociais e culturais da comunidade são expressas nas ações da Rede Coroado de Natal e em projetos como o UNA-SE.

[1] Mestre em Cultura e Sociedade, PGCult, claudiane.diniz@discente.ufma.br

[2] Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista, klautenys.guedes@ufma.br

[3] Mestre em Cultura e Sociedade, PGCult, lucas.mateus@discente.ufma.br

[4] Mestre em Sustentabilidade de Ecossistemas, PPGcam, marilene.sabino@ufma.br

Metodologicamente, o artigo resulta das ações do Projeto de Extensão UNA-SE, desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão em parceria com a Rede Coroado de Natal. Foram utilizados procedimentos qualitativos, baseados na observação participante, escuta sensível e diálogo comunitário, com ênfase na documentação das práticas culturais, narrativas orais e ações coletivas realizadas no território.

Desta forma, o texto busca discutir como o território, entendido como espaço simbólico e social, se constitui em lugar de memória, educação e pertencimento, evidenciando a potência das práticas culturais populares na construção de políticas culturais e museológicas voltadas à emancipação social e à sustentabilidade comunitária.

2 MUSEU E DECOLONIALIDADE

2.1 Cultura e Patrimônio

Para compreensão do conceito de museus se faz necessário entender alguns conceitos norteadores sobre cultura, patrimônio e patrimônio cultural. Segundo Eagleton (2005) o conceito de cultura etimologicamente, deriva da natureza, significado original de lavoura no sentido de cultivo, o que cresce naturalmente. A raiz latina da palavra cultura é *colere*, que pode significar desde cultivar e habitar, a adorar e proteger. Seu significado de "*habitar*", evoluiu do latim *colunos*, no sentido colonialismo.

Para Geertz (2008), o conceito de cultura implica significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de percepções herdadas que permite aos homens se comunicarem e desenvolverem ações e atividades com relação à vida, definindo então cultura como uma ciência interpretativa em busca de significados, considerando o ponto de vista da etnociência, na qual a cultura é composta por estruturas psicológicas, por meio das quais os indivíduos ou grupos, guiam seu comportamento.

A ideia de patrimônio está ligada à questão econômica familiar, em que a noção de patrimônio se confunde com a de propriedade. De acordo com Choay (2006) Patrimônio é "Bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos. Patrimônio ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo requalificada por adjetivos como genético, natural, histórico".

Para Laujane Smith (2021) Todo patrimônio é intangível, na medida em que patrimônio é um momento ou um processo de (re)construção cultural e social de valores e sentidos. É algo que acontece em sítios e lugares que, em linhas gerais, podemos definir como sítios patrimoniais, mas que não pode ser reduzido simplesmente a coisas materiais.

> Patrimônio é um processo de negociação de sentidos e valores históricos e culturais que ocorrem no âmbito das decisões que tomamos para preservar ou não preservar determinados lugares ou objetos físicos e elementos intangíveis, assim como no âmbito das formas como estes objetos e elementos são então geridos, exibidos ou salvaguardados. (Laurajane, 2021, p. 11).

Para fins deste estudo adotaremos o conceito de patrimônio cultural estabelecido pela UNESCO (1985): As obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida, ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas**.**

De acordo com o Art. 216, da constituição brasileira, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da

sociedade brasileira, nos quais se incluem: As formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; [...] os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

2.2 Pensamento Decolonial e Museologia Social

O conceito de museus foi evoluindo e sendo reformulado ao longo dos tempos de acordo com os avanços das discussões e das novas tendências mundiais. O Conselho Nacional de Museus - CNM, passou a adotar o conceito de museu do Estatuto de museus, promulgado pela lei nº 11.904, de 14.01.2009 (Brasil, 2011)

> Artigo 1º: Consideram-se museus, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Os museus tradicionais, pautados no modelo colonialista, em geral, reforçam o discurso do poder hegemônico. Entretanto, sugem novas reflexões sobre direito à memória de grupos sociais ditos minoritários, muitas vezes não representados nos museus tradicionais:

> O modelo colonialista de museu pode ser caracterizado pelos processos administrativos hierarquizados, pela excessiva valorização do patrimônio material, pelo baixo nível de participação, pelo preconceito e pela discriminação em relação aos negros, aos indígenas, ao feminismo e ao movimento LGBTQIA+ e pela hipervalorização do "saber" do ICOM, bem como do saber "acadêmico", "teórico", "técnico" e "científico", em detrimento de outros saberes (Chagas, 2017, p. 15).

Neste contexto, o pensamento decolonial "É uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos, onde a decolonialidade é considerado como caminho para resistir e desconstruir padrões, con-

ceitos e perspectivas impostos aos povos colonizados, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo" (Ávila, 2021, p. 04).

Neste contexto, de acordo com Chagas (2017), surge uma Museologia Insurgente, a Museologia Social, que visa romper com as camisas de força, com as práticas de domesticação e colonização, com a anestesia e o entorpecimento produzidos pela museologia colonialista que se estrutura em bases hierárquicas e patriarcais, [...] que atribui mais valor à teoria do que à prática e que valoriza a memória do poder.

No Brasil, se desenvolveu um conjunto notável de experiências museais ancoradas em saberes e fazeres dos povos que, durante muito tempo, foram subalternizados, mas que passaram a assumir a produção e a escrita de suas próprias narrativas. (Chagas, 2017, p. 11).

> Cresce o movimento de valorização da participação comunitária, por meio da inclusão social de grupos comunitários, inclusive os minoritários, no processo de discussão, concepção e organização dos acervos e exposições dos equipamentos museológicos, contribui para o fortalecimento da cidadania e para a sustentabilidade social e cultural de um povo.

Segundo Considera (2015) crescem as iniciativas de criação de equipamentos museais como os museus regionais, ecomuseus, museus comunitários, museus temáticos, pontos de cultura, entre outas terminologias, que reforcem a representatividade dos aspectos genuínos da cultura popular que fortaleçam o reconhecimento e valorização da identidade étnico-cultural do povo. A criação de Museus Comunitários e Pontos de Memórias, incentivados pelo IBRAM/Ministério da Cultura a exemplo do Museu da Maré – RJ; Museu Indígena de Kanidé – CE; IÊ Museu Vivo de Arte e Cultura da Capoeira – RJ.

Marziale (2024) busca apresentar uma proposta de prática museológica: baseada na escuta, na ancestralidade e no protagonismo das comunidades. A decolonia-

lidade é uma visão necessária para discutir os desafios da museologia contemporânea, em especial, nos museus com o olhar sob uma perspectiva tradicional, onde busca-se entender uma nova museologia - a Museologia Social – embasada em conceitos e práticas sociais decoloniais na contemporaneidade.

De acordo com Françoise Verguès (2001), cientista política e ativista decolonial, para decolonizar os museus, é necessário criar um "Programa de Desordem Absoluta".

> O museu tal como o conhecemos é, acima de tudo, propaganda ideológica: ele esconde sua história de violência imperial justamente ao expô-la. Além disso, a própria hierarquia institucional dos museus e os fluxos de capital que eles estabelecem reproduzem a lógica capitalista e racializada que lhes deu origem. Cabe a nós aprender a enxergar o museu de outra forma e propor novos modelos e novas maneiras de interagir com o museu para combater o legado imperialista e escravocrata que hoje se faz tão presente (Verguès, 2001).

Segundo Chagas (2015), A criação de museus regionais, temáticos, com enfoque sobre a cultura de uma localidade ou território, pode propiciar o fortalecimento do patrimônio identitário cultural de uma determinada comunidade, promover o reconhecimento e a valorização de aspectos étnico-raciais, religiosos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, culturais.

> Desde pelo menos meados do século XIX já se manifestava, em diversos países, a preocupação com a preservação de aspectos regionais da cultura ameaçados de desaparecimento. Essa preocupação motivou a instalação de instituições de cunho regional, como os museus regionais propriamente ditos, os museus temáticos de cunho local e os museus a céu aberto. (Chagas, 2017, p. 15).

Segundo Brulon (2015), origem o "ecomuseu", tendo como berço a França pós-colonial, representou a utopia da democratização da memória, por meio de um mecanismo museológico inclusivo que tinha por objetivo principal o de dar a voz àqueles que apenas raramente par-

tilhavam da cena da História. Nesse sentido, na América Latina, esses novos espaços museológicos visam promover uma interação direta com a sociedade, por meio da valorização de comunidades historicamente "subalternizadas", em especial as indígenas e quilombolas:

> O ecomuseu é "inventado" no momento em que um novo discurso sobre a ideia antropológica de cultura é formulado, o momento da disseminação de uma contracultura, e da emancipação da cultura popular na Europa. Em regiões do dito "terceiro-mundo" como a América Latina, novas expressões de museus que rompiam com o modelo clássico importado pelo sistema colonial começam a ganhar ênfase e a interrogar a "museologia tradicional" — que tinha como paradigma o modelo de museu tradicional, fechado em suas próprias coleções materiais, atendendo aos valores específicos das elites culturais (Brulon, 2015, p. 268).

De acordo com os estudos gestados pelo ICOM (1980), por meio seu Comitê Internacional para a Museologia – ICOFOM, foram identificados três modelos conceituais de museus: Museu Tradicional, Museu de Território e Museu Virtual. Para fins deste estudo nos ateremos ao Museu de Território que é um modelo de museu que opera processos de musealização *in-situ*, ou seja, o objeto musealizado não é apartado do seu contexto de ambiência, mas todo o ambiente/ território na integralidade são musealizados. Este modelo subdivide-se em: parques naturais, sítios musealizados, museus à céu aberto e ecomuseus.

3 MUSEU COMO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO E IDENTIDADE

O museu contemporâneo ultrapassa a concepção tradicional de depósito de objetos e assume papel ativo na formação cidadã, na construção de identidades e na mediação cultural. Para Chagas (2003), o museu é um espaço de "produção de sentidos", no qual se articulam memória, educação e pertencimento social. Nesse sentido, as práticas museológicas passam a ser compreendi-

das como processos educativos e de valorização da diversidade cultural.

Chagas (2003) afirma:

> O museu não é apenas um lugar de guarda e conservação, mas um espaço onde se produzem sentidos e se tecem relações. Ele se constitui como território simbólico e político no qual diferentes agentes e públicos disputam narrativas e visões de mundo. Nesse processo, memória, identidade e poder se entrelaçam, revelando que o museu é, antes de tudo, uma prática social em permanente construção

Almeida (2019) argumenta que o museu educativo deve promover experiências significativas e participativas, nas quais o visitante se torna protagonista do processo de aprendizagem e não mero receptor de informações. Essa perspectiva aproxima-se da museologia social, que compreende o museu como espaço de diálogo com a comunidade, reconhecendo-a como produtora de saberes e memórias. Para Moutinho (2019), essa abordagem "rompe com a lógica do museu como templo e o insere no campo das relações sociais", tornando-o espaço de escuta, diálogo e transformação.

Horta (1999) explica que:

> A educação patrimonial deve ser entendida como um processo permanente e sistemático de apropriação do patrimônio cultural, que possibilita ao indivíduo ler, interpretar e atribuir significado ao mundo que o cerca. Ela propõe o reconhecimento dos bens culturais como referências de identidade, memória e cidadania, estimulando a participação crítica das comunidades e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

No contexto da educação patrimonial, Horta (1999) e Fonseca (2009) ressaltam que o museu deve estimular o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural como parte da identidade coletiva, articulando ações pedagógicas e comunitárias. Dessa forma, oficinas, visitas mediadas e projetos colaborativos configuram o museu

como ambiente de aprendizagem informal e de fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Em termos de identidade, Cury (2005) observa que o museu funciona como um "lugar de memória", onde a representação simbólica do passado é reinterpretada à luz do presente, gerando vínculos afetivos e sociais. Esse processo se intensifica quando o museu se aproxima das comunidades e reconhece nelas agentes ativos de preservação e reinvenção cultural.

Assim, ao considerar o papel das instituições museológicas do Centro Histórico de São Luís, é fundamental compreender como essas práticas educativas e participativas promovem o diálogo entre história, território e identidade local. O museu torna-se, portanto, um espaço de educação cidadã, no qual o patrimônio se converte em instrumento de formação, reconhecimento e resistência cultural.

3.1 Decolonialidade e participação comunitária

A discussão sobre decolonialidade nos museus desloca a atenção do funcionamento tradicional das instituições centrado na autoridade técnica e em narrativas hegemônicas para práticas que promovam redistribuição de poder e coprodução de sentidos com as comunidades. Autores contemporâneos em língua portuguesa, como Brulon (2020) e Melo (2024), enfatizam que descolonizar a museologia não é apenas uma mudança de discurso, mas uma revisão profunda de práticas curatoriais, políticas de colecionamento, interpretação e gestão participativa. Nesse sentido, o museu deixa de ser uma instância de validação única do saber técnico e passa a se constituir como um espaço de negociação simbólica e de reconhecimento de múltiplas vozes.

Brulon (2018), referência importante no campo da museologia crítica, argumenta que descolonizar implica desconstruir os mitos fundadores do museu moderno e

reconhecer que suas estruturas institucionais estão impregnadas de lógicas coloniais.

Segundo Brulon (2018):

> Descolonizar o museu significa questionar suas bases epistemológicas, seus métodos e seus processos de legitimação do saber. É reconhecer que a instituição museal foi historicamente construída sobre hierarquias coloniais que definiram quem podia narrar, interpretar e representar. A descolonização exige, portanto, uma redistribuição efetiva da autoridade e a abertura para epistemologias outras, produzidas pelas comunidades que o museu historicamente silenciou.

A proposta de uma museologia decolonial, segundo o autor, requer a redistribuição da autoridade, permitindo que comunidades historicamente marginalizadas atuem como coautoras das narrativas e decisões museológicas. Assim, a descolonização museológica deve ser compreendida como um processo de deslocamento epistemológico e político, que coloca as comunidades no centro da produção de sentido.

No campo teórico, Walter Mignolo (2017; 2020) oferece uma contribuição essencial ao propor o conceito de "pensamento fronteiriço" (border thinking), que busca romper com a monocentralidade do saber ocidental e valorizar epistemologias outras — especialmente as que emergem de contextos subalternizados. Para o autor, a descolonialidade é uma prática de re-existência: não basta incluir novas vozes no discurso dominante, mas transformar as próprias condições de enunciação do conhecimento. Essa perspectiva amplia o entendimento do museu como espaço de disputa epistemológica, onde diferentes modos de narrar o mundo se confrontam e se entrelaçam.

No contexto brasileiro, estudos recentes como os de Lima (2022) e Melo (2024) reforçam que a efetiva participação comunitária nos museus deve ir além da consulta simbólica, alcançando a coautoria e a cogestão.

Lima (2022) afirma:

> A participação comunitária nos museus não pode restringir-se a consultas pontuais ou ações meramente ilustrativas. Ela demanda mecanismos que garantam coautoria e poder deliberativo às comunidades, permitindo que seus saberes orientem desde os processos curatoriais até a gestão das instituições. Sem essa redistribuição real de poder, a participação permanece simbólica e reafirma as estruturas coloniais que se pretende superar.

Experiências de ecomuseus e museus comunitários demonstram que a inclusão das comunidades na tomada de decisão fortalece o pertencimento e a sustentabilidade institucional. As tipologias internacionais de participação contributiva, colaborativa, co-criativa e de acolhimento têm sido reinterpretadas no Brasil para atender às especificidades locais, reconhecendo que a democratização do espaço museal depende de processos formativos e de recursos que assegurem voz e poder decisório. Nessa perspectiva, a museologia decolonial se consolida como prática de partilha e reconhecimento, transformando o museu em um território de produção compartilhada de memórias e identidades (Brulon; Mignolo; Melo; Lima; IBRAM/ICOM Brasil).

3.2 Políticas culturais e sustentabilidade do território

A relação entre políticas públicas culturais e sustentabilidade territorial no Brasil revela-se como um campo de disputas simbólicas e materiais que atravessam as dimensões da gestão pública, da economia criativa e da identidade local. Conforme Canclini (2005), a cultura deve ser compreendida como um espaço de negociação e de construção de cidadania, e não apenas como consumo ou espetáculo. No contexto maranhense, essa perspectiva se amplia quando observamos o papel das redes comunitárias e das ações colaborativas que fortalecem o tecido social, como exemplificado pelas atividades da Rede Coroado de Natal, no bairro do Coroado, em São Luís.

De acordo com Rubim (2010), as políticas culturais são instrumentos centrais de democratização do acesso e da produção simbólica, ao mesmo tempo em que se configuram como estratégias de sustentabilidade social. Nesse sentido, o entendimento de cultura como direito reforçado pela Constituição[5] Federal de 1988 e pela criação do Sistema Nacional de Cultura[6] (SNC) evidencia o dever do Estado em fomentar a diversidade cultural e garantir meios para sua continuidade.

As políticas culturais, quando implementadas de forma territorializada, tornam-se mecanismos de resistência frente aos processos de gentrificação e apagamento simbólico, como destaca Chauí (2006), ao afirmar que a cultura, em contextos periféricos, é também uma forma de insurgência social e de criação de sentidos. Essa visão converge com a proposta de Néstor García Canclini (2015), que enfatiza o papel dos sujeitos locais na "recuperação da agência cultural" em territórios populares.

No caso do Coroado, as ações socioculturais desenvolvidas pela Rede Coroado de Natal expressam um modelo de política cultural comunitária, pautada na economia solidária, na coletividade e na valorização das identidades locais. O projeto, que reúne artistas, educadores, instituições religiosas e moradores, atua na promoção de festividades natalinas, campanhas solidárias e atividades formativas voltadas à juventude. Em 2023 e 2024, a Rede destacou-se pela organização de eventos de fim de ano que combinaram cultura popular, assistência social

[5] Constituição Federal de 1988 (CF/88): Documento jurídico-político que instituiu o atual Estado Democrático de Direito no Brasil, reconhecendo, entre outros avanços, **a cultura como direito social e dever do Estado**. O artigo 215 garante o acesso às fontes da cultura nacional e a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

[6] Sistema Nacional de Cultura (SNC): Estrutura de gestão pública criada a partir da Emenda Constitucional nº 71/2012, inspirada no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS). Seu objetivo é **organizar de forma articulada a ação dos entes federativos na área cultural**, promovendo a cooperação entre União, Estados e Municípios e a participação social por meio de conselhos, planos e conferências de cultura (BRASIL, 2012).

e educação patrimonial, consolidando o bairro como um território de referência para a cultura comunitária em São Luís (G1 Maranhão, 2023; Portal Imirante, 2024).

Essas iniciativas reforçam o que Bourdieu (1996) denomina de "capital simbólico", ou seja, o valor social atribuído às práticas culturais que reafirmam pertencimentos coletivos. No contexto das periferias, esse capital é também uma forma de resistência à exclusão, convertendo-se em energia social e política (Santos, 2019). É nesse ponto que a discussão sobre sustentabilidade cultural adquire relevância: não se trata apenas de assegurar a permanência das práticas artísticas, mas de garantir a vitalidade das relações comunitárias que lhes dão sentido.

A Lei Estadual nº 11.958/2024, conhecida como Lei "Adote um Museu[7]", aprovada no Maranhão, insere-se nesse debate ao propor incentivos fiscais para empresas que invistam em instituições museológicas. Tal política visa estimular a corresponsabilidade social na preservação da memória e na manutenção de espaços culturais. Entretanto, como observa Botelho (2017), o desafio maior está em garantir que essas políticas alcancem territórios populares e não se restrinjam aos grandes centros culturais.

A sustentabilidade territorial da cultura, portanto, depende de uma rede de articulações entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada, como propõe Canedo (2015), ao enfatizar a importância das parcerias intersetoriais. Essas parcerias não apenas ampliam os mecanismos de financiamento, mas também fortalecem a autonomia dos agentes culturais locais, permitindo que projetos como o

[7] Lei Estadual nº 11.958/2024 — *Lei "Adote um Museu"*: Legislação maranhense sancionada em 2024 que institui o **Programa Estadual de Adoção de Museus**, com o objetivo de **estimular parcerias entre o poder público, empresas privadas e sociedade civil** para manutenção, modernização e promoção de espaços museológicos. A lei oferece **incentivos fiscais e reconhecimento institucional** às empresas e entidades que contribuírem financeiramente para a preservação de museus no estado.

da Rede Coroado de Natal se mantenham ativos ao longo do tempo.

Nesse contexto, o conceito de ecossistema cultural (Yúdice, 2013) ajuda a compreender a complexidade das interações entre os diversos atores sociais que produzem, consomem e transformam cultura no território. O Coroado exemplifica um ecossistema cultural vivo, no qual o patrimônio imaterial formado por memórias, práticas religiosas, festas e expressões artísticas atua como eixo de coesão comunitária. Esse tipo de dinâmica reflete o que Milton Santos (2000) define como "uso do território como abrigo e recurso", evidenciando a centralidade da cultura na organização social e na sustentabilidade urbana.

Deste modo, é importante ressaltar que a efetividade das políticas culturais no território depende de instrumentos de monitoramento e de continuidade. Como afirma Teixeira Coelho (2019), o campo da cultura exige planejamento, mas também sensibilidade política para lidar com os contextos locais. Projetos como o da Rede Coroado de Natal revelam que, quando a cultura é entendida como vetor de desenvolvimento humano e não apenas econômico, ela se transforma em um elemento de emancipação social e de reinvenção da cidadania.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território do Coroado, em São Luís–MA, constitui-se como espaço simbólico e concreto onde práticas culturais, memórias coletivas e saberes tradicionais se entrelaçam em uma dinâmica de resistência e reexistência. No contexto da museologia social e decolonial, o Coroado emerge como um museu vivo — território em movimento no qual a própria comunidade atua como curadora de suas memórias e guardiã de seus patrimônios culturais.

As práticas socioculturais locais revelam que a musealização ocorre in situ, nas ruas, festas e ações co-

munitárias, reafirmando a noção de museu de território proposta pelo ICOFOM (1980) e aprofundada por Chagas (2017). A Rede Coroado de Natal, com mais de 18 anos de atuação, expressa essa força coletiva ao articular artistas, educadores e lideranças em torno da identidade local, da economia solidária e da valorização dos saberes tradicionais.

Essa experiência traduz o conceito de capital simbólico de Bourdieu (1996), no qual a cultura se converte em valor social e instrumento de pertencimento. No Coroado, a cultura é também resistência diante da exclusão urbana, reforçando a visão de Milton Santos (2000) de que o território é abrigo e recurso — espaço de sobrevivência e criação.

O Projeto UNA-SE: Cultura, Educação Ambiental, Patrimonial e de Igualdade de Gênero, da Universidade Federal do Maranhão em parceria com a Rede Coroado de Natal, reforça essa dimensão ao promover ações de musealização social e educação patrimonial. Suas atividades — como o inventário do Sítio do Físico e o mapeamento de trilhas e ruínas — expressam uma prática museológica decolonial, ancorada na escuta, na ancestralidade e na partilha de saberes (Brulon, 2018; Marziale, 2024).

Assim, o Coroado configura-se como campo de experimentação da museologia insurgente, rompendo hierarquias e reconhecendo a comunidade como produtora de conhecimento e memória. O patrimônio é compreendido como processo vivo, e a cultura, como instrumento de transformação social.

O Coroado, portanto, constitui um território de resistência simbólica e de produção de sentidos, onde as práticas culturais atuam como vetores de desenvolvimento humano e social. Em sintonia com Canclini (2015) e Chauí (2006), a cultura local se afirma como espaço de cidadania e criação de novos modos de existir. O território se revela, enfim, como museu vivo e comunitário, onde

memória, pertencimento e arte convergem. O Coroado é território-memória e território-futuro — um lugar onde a resistência se transforma em expressão, e o cotidiano, em patrimônio.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto conclui-se que, apesar dos avanços os museus, ainda utilizam e perpetuam uma visão tradicional, por meio dos museus tradicionais - resquícios de uma cultura eurocentrada e portanto necessitam de uma adequação às tendências atuais de decolonização do pensamento museológico; Valorização das Ações sociais e educativas com e para a comunidade; Ressignificar a participação das comunidades para a revalorização dos sabres e fazeres tradicionais; Parcerias com poder público e privado (associações, universidades, etc.) Direcionamento para uma nova museologia: a Museologia Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museu, Educação e Ação Cultural**: Experiências de Mediação e Aprendizagem. São Paulo: Editora da USP, 2019.

ÁVILA, Milena Abreu. **Colonialidade e decolonialidade: você conhece esses conceitos?** Publicado em 19 mar. 2021. Disponível em: https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/. Acesso em: 30 out. 2024.

BOTELHO, Isaura. **Cultura e Participação no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diá-

rio Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRULON SOARES, Bruno. **Museologia e decolonialidade:** *por uma teoria crítica da prática museal*. Rio de Janeiro: MAST, 2018.

BRULON SOARES, Bruno. Museus, descolonização e práticas colaborativas. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 18, p. 45–62, 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **A sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2015.

CANEDO, Letícia. **Gestão Cultural e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Ipea, 2015.

CHAGAS, Mário. **Museu, Memória e Poder**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

CHAGAS, Mário. **Museus e Patrimônios**: por uma poética e uma política decolonial – Museologia Social e Ecomuseus em Portugal. Revista do Patrimônio, n. 25, IPHAN, 2017, p. 121–136. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural:** o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2019.

CONSIDERA, Ana Flávia. Direito à memória e museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 4, n. 8, dez. 2015.

CURY, Marília Xavier. **Museologia e Comunicação:** Ensaios sobre a Construção do Museu. São Paulo: Annablume, 2005.

EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009.

G1 MARANHÃO. "**Rede Coroado de Natal promove programação comunitária com oficinas e apresentações culturais**". São Luís, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: IPHAN, 1999.

IMIRANTE. "**Ações socioculturais movimentam o bairro do Coroado com a Rede de Natal**". São Luís, 2024. Disponível em: https://imirante.com/.

LIMA, Ana Carolina de. Participação e gestão comunitária em museus brasileiros: experiências e desafios contemporâneos. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 10, n. 20, p. 87–103, 2022.

MARZIALE, Nicole Palucci. A importância da reafirmação da função social dos museus: antes, durante e depois da pandemia. **O Público e o Privado**, n. 38, p. 23–53, jan./abr. 2021.

MELO, Fernanda Castro de. Museus comunitários e decolonialidade: práticas de coautoria e gestão compartilhada no Brasil contemporâneo. **Revista CPC**, São Paulo, v. 19, p. 1–24, 2024.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica:** a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

MIGNOLO, Walter D. **A ideia de América Latina**: a herança colonial e as opções decoloniais. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

MOUTINHO, Mônica. Museologia Social e Cidadania Cultural. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 8, n. 16, 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2021.

TEIXEIRA COELHO, José. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2019.

VERGUÈS, Françoise. **Decolonizar o Museu** – Programa de Desordem Absoluta. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Ubu Editora, 2025. Disponível em: https://www.ubueditora.com.br/decolonizar-museu.html. Acesso em: 24 set. 2025.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

3

A MEMÓRIA VIVA DO BACANGA:
conhecimento tradicional, territorialidade e transformações socioambientais no depoimento de José Costa (Zé Braçada)

Juliana dos Santos Nogueira
Conceição de Maria Belfort de Carvalho

1 INTRODUÇÃO

A Bacia do Bacanga, em São Luís do Maranhão, é um território complexo, um palimpsesto onde se sobrepõem e se tensionam múltiplas lógicas de ocupação. De um lado, a lógica do planejamento urbano estatal, da expansão imobiliária e das grandes obras de infraestrutura, que leem o espaço como um recurso a ser otimizado, loteado e precificado. De outro, uma lógica de uso consuetudinário, da memória social e do conhecimento ecológico profundo, mantida por comunidades tradicionais que habitam a região há gerações. Este capítulo se debruça sobre esta segunda lógica, analisando o depoimento de José Costa, o Zé Braçada (74 anos), morador nascido e criado na região, como um documento etnográfico de extraordinária riqueza (COSTA, 2025).

O objetivo deste trabalho é analisar o depoimento do Sr. Zé Braçada não como um inventário de fatos passados ou como um relato meramente nostálgico, mas como um complexo e articulado sistema de conhecimento. Argumenta-se que sua narrativa constitui uma epistemologia própria, uma forma de "ler" e "escrever" o território que é radicalmente distinta da cartografia oficial e que se

configura como um ato de resistência política e cultural frente aos processos de apagamento e expropriação.

Neste contexto de tensões e disputas, o depoimento do Sr. José Costa emerge como um contra-discurso fundamental. Registrado em março de 2025, quando ele contava 74 anos de idade (nascido em 17 de maio de 1950) e acumulava mais de sete décadas de vivência ininterrupta na região, sua narrativa não se limita a "recordar" o passado. Ela constitui um ato político de afirmação de uma epistemologia própria, um modo de conhecer e significar o território que resiste à hegemonia do saber técnico-científico e do planejamento estatal. Como demonstraremos ao longo deste capítulo, sua voz, e a de sua mãe, Sra. Raimunda Isabel Costa (91 anos), referenciada múltiplas vezes como autoridade validadora, representa uma das últimas testemunhas vivas de um modo de vida e de um sistema de conhecimento em vias de desaparecimento.

O capítulo está estruturado em quatro seções principais. Após esta introdução, a segunda seção (1.1) apresenta os procedimentos metodológicos adotados. A terceira (2) apresenta o narrador como guardião da memória e analisa sua visão do território como espaço vivido e transformado. A quarta (3) analisa a cartografia social expressa em sua narrativa como um "território usado", em oposição ao espaço abstrato do capital. A quarta (4) aprofunda a análise de seu conhecimento etnoecológico (TEK) e sua percepção da ruptura ambiental. Conclui-se que o depoimento de Zé Braçada é um ato de "fala-memória" (BOSI, 2003) que afirma o direito à vida e ao território.

Metodologicamente, este trabalho baseia-se em entrevista semiestruturada realizada em 15 de março de 2025 com o Sr. José Costa (Zé Braçada), no contexto do Projeto UNA-SE[1]. A entrevista foi conduzida no Sítio do

[1] O **UNA-SE** é um projeto de extensão universitária da UFMA que promove a valorização do patrimônio cultural e ambiental, fortalecendo o diálogo entre universidade e comunidades do Polo Coroadinho e do

Físico, local histórico na região do Bacanga que serve como referência espacial importante no depoimento do narrador. A opção pela História Oral como método justifica-se pela natureza do conhecimento que buscamos acessar: saberes territoriais, práticas tradicionais e memórias coletivas que não estão registrados em documentos oficiais, mas vivem na experiência e na narrativa dos moradores antigos. Como argumenta Portelli (1997), a história oral não busca simplesmente "coletar dados" sobre o passado, mas compreender os significados que os narradores atribuem aos eventos, as conexões que estabelecem e a forma como estruturam suas memórias.

A entrevista foi transcrita integralmente, preservando-se as características da oralidade. A análise do depoimento seguiu os seguintes procedimentos: 1) **Leitura exaustiva e identificação de núcleos temáticos**: identificamos os temas centrais que estruturam a narrativa (memória territorial, transformações ambientais, relações sociais, conhecimento ecológico, questões fundiárias); 2) **Triangulação com fontes complementares**: sempre que possível, as informações fornecidas pelo narrador foram contextualizadas com documentação histórica, cartográfica e estudos sobre a região, sem, contudo, subordinar a validade do conhecimento oral à confirmação documental; 3) **Análise das formas narrativas**: observamos não apenas "o que" é dito, mas "como" é dito — as ênfases, repetições, silêncios, emoções e estruturas de ordenamento da memória; **Interpretação à luz do referencial teórico**: as categorias teóricas (território usado, quadros sociais da memória, conhecimento ecológico tradicional) foram mobilizadas não como grades externas impostas ao depoimento, mas como ferramentas analíticas que permitem aprofundar a compreensão do que o narrador expressa.

Reconhecemos as limitações inerentes a qualquer trabalho baseado em um único depoimento. Idealmente,

entorno do Parque Estadual do Bacanga.

a pesquisa se beneficiaria de entrevistas adicionais, especialmente com a Sra. Raimunda Isabel Costa (mãe do narrador, 91 anos), mencionada repetidamente como detentora de memória histórica profunda, e com outros moradores antigos da região. Entretanto, mesmo como documento singular, o depoimento do Sr. Zé Braçada possui densidade e riqueza que justificam análise aprofundada.

Do ponto de vista ético, o trabalho com história oral exige respeito absoluto pela voz do narrador. Isto significa: (1) não tratar seu conhecimento como "folclore" ou "curiosidade", mas como epistemologia legítima; (2) não "corrigir" sua narrativa segundo critérios externos de verdade factual, mas compreender sua lógica interna; (3) reconhecer o narrador como sujeito político, não como mero "informante"; (4) estar atento ao contexto de vulnerabilidade social em que muitas vezes estes depoimentos são produzidos, evitando qualquer uso que possa comprometer a segurança ou os direitos dos narradores.

2 ZÉ BRAÇADA: guardião da memória e testemunha das transformações

A narrativa do Sr. Zé Braçada é um exemplo paradigmático do que Portelli (1997) identifica como a dimensão subjetiva e significativa da história oral. A forma como ele estrutura seu relato, as ênfases que dá e as conexões que estabelece revelam o que é valorizado por sua comunidade. Logo no início de seu depoimento, ele demonstra consciência aguda de seu papel como um dos últimos guardiães de uma memória coletiva em vias de desaparecimento*:* "Outro dia ele falando nós lá no começo, ele olha aqui para contar essa história daqui só eu e esse aqui, o Zé Braçada." (COSTA, 2025).

Esta fala não expressa vaidade pessoal, mas a constatação de uma ruptura na transmissão geracional do conhecimento. Em termos de Halbwachs (1990), a memória coletiva precisa de "quadros sociais" para se sustentar — grupos (família, vizinhança, grupos de festa, de

trabalho) que compartilham e validam continuamente as lembranças. Ao se identificar como um dos “últimos” a “contar essa história”, Zé Braçada sinaliza que os próprios quadros sociais que sustentavam essa memória estão se desfazendo, seja pela morte dos mais velhos, seja pela dispersão das novas gerações: “já tem uns filho aqui pra rua que vieram pra rua, estão trabalhando” (COSTA, 2025).

Figura 1: Zé Braçada



Fonte: Arquivos da pesquisadora, 2025

Nascido em 17 de maio de 1950, o Sr. Zé Braçada tem 74 anos de vivência ininterrupta na região do Bacanga. Sua história familiar revela raízes profundas no território, embora marcada também por rupturas: “Meu pai ele foi nascido aqui e mas daqui foi embora para Santa Bárbara, lá ele acabou de se, de morar lá, ele mesmo morreu para lá, mas quando ele, eu nasci, ele não, não vivia mais com mamãe.” (COSTA, 2025).

Esta narrativa, apresentada com alguma hesitação (“acabou de se, de morar lá”), revela uma história familiar onde o pai, embora nascido na região, afastou-se e não participou da criação dos filhos. O Sr. Zé Braçada expli-

ca: “Meu pai ele não contava muita história daqui porque era o seguinte, meu pai ele foi nascido aqui e mas daqui foi embora para Santa Bárbara” (COSTA, 2025). O quadro social primordial que ainda resiste é sua mãe, Sra. Raimunda Isabel Costa. Aos 91 anos (“91 tá dentro 92 anos se Deus quiser”), ela é apresentada como a autoridade máxima que válida a profundidade e a correção da memória: “Minha mãe era daqui e ainda é, ainda que ela mora bem aqui na Vila São Sebastião [...] e ela conta, ela conta, eu acho que ela dá conta ainda né, porque a gente assim às vezes, mas às vezes tem um juízo mais apurado do que o nosso né.” (COSTA, 2025).

A repetição “ela conta, ela conta” funciona como ênfase na capacidade narrativa intacta da Sra. Raimunda. A expressão “juízo mais apurado” é particularmente significativa: trata-se do reconhecimento de que a experiência acumulada ao longo de nove décadas confere uma forma de sabedoria que transcende a memória factual. O Sr. Zé Braçada reconhece explicitamente sua mãe como detentora de conhecimentos que ele próprio não possui ou não pode validar sem ela, demonstrando uma humildade epistêmica que reconhece os limites de seu próprio conhecimento e a autoridade da geração anterior.

2.2 A visão do território: um espaço vivido em transformação

A relação do Sr. Zé Braçada com o território do Bacanga não é a de um observador externo, mas de alguém que possui um conhecimento profundo, adquirido através de décadas de vivência, trabalho e circulação pela região. Sua narrativa revela uma “cartografia cognitiva” (ALMEIDA, 2006) que estrutura o espaço através de sítios, nomes, relações sociais e práticas produtivas: “Se o senhor for conferir daqui até o sítio Monte Alegre lá, uns oito sítios, e todos esses sítios são antigos.” (COSTA, 2025).

O depoimento foi colhido no Sítio do Físico, e quando o narrador utiliza expressões como “daqui” ou “aqui”, refere-se a este local como ponto de partida de sua car-

tografia. O uso do verbo “conferir” é uma convocação ao interlocutor para validação empírica, demonstrando confiança na exatidão de seu conhecimento. A menção a “uns oito sítios” entre o Sítio do Físico e o Monte Alegre demonstra um mapa mental preciso da distribuição espacial dos assentamentos históricos. A ênfase em que “todos esses sítios são antigos” é uma afirmação de legitimidade histórica pois estes lugares existem há gerações, têm profundidade temporal.

Ao longo do depoimento, ele menciona nominalmente vários destes sítios: Santinho, Sabino, Tapera, Rio da Prata, São José, Sítio do Oiteiro, São Raimundo, Monte Alegre. Alguns revelam características específicas dos lugares: “[...] para lá que é o sítio do Mamão, tem uma caeira antiga.” (COSTA, 2025).

A menção ao “sítio do Mamão” e à “caeira antiga” (forno de cal) demonstra um conhecimento que vai além da simples nomeação: ele conhece as funções produtivas históricas dos lugares. A cal era material fundamental na construção colonial, e a presença de uma caeira inscreve este local em circuitos econômicos mais amplos, revelando que o Sr. Zé Braçada compreende o território através de sua história produtiva.

Esta forma de ler o território se opõe ao “espaço abstrato” de que fala Lefebvre (2006) — o espaço homogêneo e quantificável da racionalidade técnica. Para Zé Braçada, o Bacanga é um tecido vivo de lugares com nomes, histórias, pessoas e práticas. É o “território usado” de Milton Santos (2005), o “chão mais a identidade”.

2.3 A percepção da transformação e da perda

Um elemento central que estrutura toda a narrativa do Sr. Zé Braçada é a consciência das transformações radicais que o território sofreu. Sua narrativa é pontuada por contrastes temporais, um “antes” de relativa estabilidade e um “depois” marcado por degradação e perda de

conhecimento: “Andava aqui por dessa área aqui era caminhozinho de pedestres, hoje tá tudo modificado... tem pessoas que não sabem mais nem chegar aqui... porque não conhece mais porque tá tudo modificado.” (COSTA, 2025).

A repetição de “modificado” três vezes expressa uma perplexidade diante de uma paisagem que se tornou irreconhecível. O que antes eram “caminhosinhos de pedestres”, trilhas estreitas e conhecidas, foram substituídos por vias motorizadas que seguem outra lógica. A consequência mais grave é a perda cognitiva: “tem pessoas que não sabem mais nem chegar aqui” porque “não conhece mais”. O conhecimento tradicional de orientação foi tornado obsoleto.

Esta obsolescência do conhecimento é um tema doloroso no depoimento. O Sr. Zé Braçada está registrando a invalidação de um sistema de saberes que orientou gerações. Quando as referências espaciais são removidas ou alteradas, os moradores antigos tornam-se “estrangeiros em sua própria terra” (ESCOBAR, 2005).

A percepção da transformação também se manifesta em sua relação com as instituições. Ele menciona o antigo reservatório de água da CAEMA, cuja operação cotidiana (“a bomba funcionando todo dia ia trocar de operador”) contrastava com o atual abandono: “Hoje não tem mais isso, acabou-se porque a água tava poluída” (COSTA, 2025). Esta observação revela um olhar atento não apenas aos recursos naturais, mas também ao funcionamento das instituições. O uso de “acabou-se” sugere um processo que ocorreu sem agência clara, apontando tanto para degradação ambiental quanto para incapacidade institucional de enfrentar o problema.

O Sr. Zé Braçada também demonstra conhecimento sobre transformações administrativas: “Antigamente era SACAVA (?), primeiro nome conhecido que hoje se chama CAEMA” (COSTA, 2025). Esta atenção às mudanças

institucionais evidencia que ele não é um narrador voltado apenas para aspectos “culturais”, mas acompanhou e compreendeu as mudanças nas formas de gestão estatal do território.

2.4 Memória, espaço e identidade

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva depende de “quadros espaciais”, o espaço físico funciona como suporte mnemônico. Quando o espaço é radicalmente transformado, a memória sofre um abalo profundo. O depoimento é eloquente neste sentido: “Hoje não porque já tem uns filhos aqui pra rua que vieram pra rua, estão trabalhando, e os outros que trabalham para de lá mora lá comigo.” (COSTA, 2025).

Esta fala revela uma transformação na estrutura familiar e territorial. Os filhos que “vieram pra rua” (área urbana) já não vivenciam o território da mesma forma. Eles “estão trabalhando”, inseridos em outras lógicas produtivas, outros ritmos. A memória que o Sr. Zé Braçada carrega não será transmitida da mesma forma, porque os “quadros espaciais” não são mais os mesmos.

Mas há resistência. Alguns filhos ainda se mantêm no território, uma forma de resistência territorial e recusa à completa dispersão da unidade familiar. O Sr. Zé Braçada carrega uma dupla consciência: a clareza de que é um dos últimos a possuir certos conhecimentos e a tentativa de manter viva a memória através do depoimento e da permanência no território. Sua narrativa é simultaneamente um lamento pela perda e um ato de resistência contra o esquecimento.

3 CARTOGRAFIA SOCIAL E O “TERRITÓRIO USADO”

O conhecimento territorial do Sr. Zé Braçada se materializa em uma “cartografia social” (ALMEIDA, 2006) que se opõe radicalmente ao mapa técnico-administrativo. O mapa do Estado é uma representação em escala,

bidimensional, focada em limites de propriedade, zoneamento e infraestrutura. O mapa de Zé Braçada é quadridimensional (incluindo o tempo/história), baseado no uso, na experiência e nas relações sociais.

Este é o "território usado" de Milton Santos (2005), que não é apenas o substrato físico, mas o espaço impregnado de "usos, de ações, de significados, de história". Quando Zé Braçada afirma que "Se o senhor for conferir daqui até o sítio Monte Alegre lá, uns oito sítios, e todos esses sítios são antigos" (COSTA, 2025), ele está descrevendo os nós de uma rede que estruturava a vida social, econômica e cultural da bacia. Sítios como Santinho, Sabino, Tapera, Rio da Prata, São José, Sítio do Oiteiro, São Raimundo e Monte Alegre eram unidades de produção, moradia e sociabilidade que compunham um sistema territorial integrado.

3.1 A mobilidade como leitura do território

A mobilidade é um elemento central dessa cartografia vivida. O depoimento revela um sistema de deslocamento adaptado à ecologia local, que articulava vias terrestres e aquáticas: "Andava aqui por dessa área aqui era caminhozinho de pedestres, hoje tá tudo modificado... tem pessoas que não sabem mais nem chegar aqui... porque não conhece mais porque tá tudo modificado." (COSTA, 2025).

Os "caminhosinhos de pedestres" constituíam uma rede de trilhas que conectavam os sítios, as casas, os pontos de pesca e os locais de trabalho. Estas trilhas seguiam lógicas próprias: contornavam áreas alagadiças, aproveitavam terrenos mais firmes, conectavam-se com passagens de canoa nos rios. O conhecimento necessário para navegar por este sistema era transmitido oralmente e através da prática. A menção ao "furo do Arapapá" é particularmente significativa neste contexto: "Nesse tempo não tinha essa barra aqui, passava pelo furo do Arapapá." (COSTA, 2025).

O termo “furo”, na linguagem popular de regiões com complexos sistemas aquáticos, designa um canal ou atalho que conecta dois cursos d’água, permitindo encurtar trajetos de navegação. O “furo do Arapapá” representa um conhecimento hidrográfico fino, que só tem valor para quem se move pelo rio em pequenas embarcações. A referência à “barra” pode aludir à Barragem do Bacanga, construída entre 1970-1973, que alterou drasticamente o regime hídrico de toda a bacia, impedindo a entrada das marés e modificando as condições de navegabilidade.

A transformação dos caminhos de pedestres em vias motorizadas representa a ruptura desse sistema. A repetição de “modificado” três vezes expressa a magnitude da mudança, mas o elemento mais dramático é a consequência: “tem pessoas que não sabem mais nem chegar aqui”. Isto significa que a própria comunidade perdeu a capacidade de orientação em seu território ancestral. Os marcos de referência desapareceram ou foram alterados, as vias seguem outra lógica. O resultado é que os habitantes se tornam “estrangeiros em sua própria terra” (ESCOBAR, 2005). O território físico permanece, mas o “território usado” (SANTOS, 2005), aquele impregnado de significados e usos, foi erodido.

3.2 **O tecido social:** redes de confiança e reciprocidade

O “território usado” é feito, acima de tudo, de pessoas e das relações entre elas. A cartografia de Zé Braçada é profundamente povoada. Ele conhece os antigos proprietários e ocupantes não como nomes em documentos oficiais, mas como sujeitos com quem sua família interagia.

Um dos personagens centrais desta rede é o Sr. Didi, identificado como proprietário do Sítio do Físico e guarda florestal da CAEMA: “Conheci o finado Didi que era o proprietário daqui que ele era guarda florestal da CAEMA.” (COSTA, 2025).

A figura de Didi articulava propriedade privada com função institucional de proteção ambiental, algo comum em um período em que a gestão territorial mesclava arranjos informais com estruturas estatais. Ele se deslocava a cavalo pela região ("Ele andava aqui tudo de cavalo") e mantinha criações no local ("tinha umas criação"). A relação entre a família de Zé Braçada e Didi transcendia a formalidade. Sua mãe, Sra. Raimunda, tinha papel de confiança: "Mamãe que vinha tomar conta... era de confiança dele" (COSTA, 2025). Este arranjo não era necessariamente um emprego formal, mas parte de um sistema de reciprocidade e apoio mútuo comum em comunidades tradicionais. Ser "de confiança" significava possuir reputação consolidada de honestidade e competência, uma forma de capital social (PUTNAM, 2000) fundamental para o funcionamento da comunidade.

O Sr. Zé Braçada menciona ainda que Didi fez indicações "pro governo federal" e "tomava conta da Floresta Nacional", sugerindo que havia, antes da criação formal do Parque Estadual do Bacanga (1980), alguma forma de proteção ou reconhecimento oficial da importância ecológica da área. Didi funcionava como mediador entre a comunidade local e as instâncias federais, articulando territorialidade tradicional e estruturas estatais.

A persistência das redes sociais através das gerações é evidenciada: "E hoje ainda existe o neto dele que mora bem aqui na granja, que é o Ruso, que ele perfilhou" (COSTA, 2025). A informação de que Ruso foi "perfilhado" (reconhecido legalmente) demonstra conhecimento íntimo das genealogias e histórias familiares dos vizinhos, um saber que está na memória oral, não em arquivos oficiais.

Outros personagens surgem na cartografia social. A "senhora Nilsa" é descrita com detalhes: "Conheci aqui ao lado aqui que é o sítio ali da Suíra (?) que era da senhora Nilsa, era dona Nilsa, ela era baixinha" (COSTA, 2025). A descrição física evidencia memória de proximidade, de

convivência, não se trata de conhecimento mediado, mas de ter visto e interagido.

A relação com o Sr. Zório, proprietário do Sítio Monte Alegre, exemplifica práticas colaborativas: “O Sítio Monte Alegre era do finado Zório. Eu conheci, já pesquei muito com ele, peguei muito peixe aqui nesse rio aqui.” (COSTA, 2025).

A pesca compartilhada não era apenas subsistência, mas momento de sociabilidade e transmissão de conhecimento. Pescar “muito com ele” e pegar “muito peixe” evoca memória de abundância dos recursos aquáticos e de companheirismo. O rio não era limite de propriedade que separava os sítios; era espaço comum de trabalho e partilha.

O uso do termo “finado” (finado Didi, finado Zório) marca a consciência da mortalidade e da ruptura geracional. Estes personagens que estruturavam o tecido social já não existem, mas o Sr. Zé Braçada mantém sua memória viva ao nomeá-los e descrever suas funções, um ato de fidelidade aos que partiram e de afirmação da continuidade da comunidade.

3.3 Transformações institucionais e infraestrutura

O depoimento revela atenção às transformações institucionais que afetaram o território. A menção ao antigo reservatório de água ilustra esta consciência: “A cabeceira lá tinha um reservatório da CAEMA, aí a bomba funcionando todo dia ia trocar de operador. Hoje não tem mais isso, acabou-se porque a água tava poluída.” (COSTA, 2025).

A descrição da rotina (“todo dia ia trocar de operador”) indica observação sistemática. Esta rotina representava presença regular do Estado no território, uma infraestrutura ativa de gestão da água. O contraste com o presente é dramático: “acabou-se”. O uso do verbo na voz passiva sugere um processo sem agência clara. A causa

apontada, “a água tava poluída”, revela que a degradação ambiental tornou inviável a operação, e a resposta institucional foi o abandono ao invés da remediação. Este “fim” marca uma dupla falência: ambiental e estatal.

O conhecimento sobre mudanças administrativas também se manifesta: “Antigamente era SACAVA (?), primeiro nome conhecido que hoje se chama CAEMA” (COSTA, 2025). Esta observação demonstra que o Sr. Zé Braçada acompanhou as transformações institucionais ao longo de décadas, evidenciando que sua atenção ao território engloba não apenas aspectos naturais ou comunitários, mas também as estruturas de poder e gestão que incidem sobre o lugar.

4 ETNOECOLOGIA E A PERCEPÇÃO DA RUPTURA AMBIENTAL

A narrativa do Sr. Zé Braçada é um documento etnoecológico de grande valor. Ela se estrutura em torno de uma oposição temporal e qualitativa: um passado de equilíbrio e abundância versus um presente de degradação e escassez. Esta estrutura narrativa, comum em comunidades que experienciam rápidas transformações ambientais (PORTELLI, 1997), não deve ser lida como mera nostalgia, mas como um recurso retórico que evidencia a magnitude da transformação percebida e vivida.

4.1 O colapso dos recursos hídricos e a vulnerabilidade socioambiental

A água é o indicador central da saúde do território no depoimento. A memória de Zé Braçada classifica a água ancestral com precisão: “A nossa água que a gente usava era mineral, é água corrente de brejo, é nascente, nascente.” (COSTA, 2025).

Esta classificação não é apenas poética; é um diagnóstico ecológico. Ele identifica a fonte (nascente), o ecossistema (brejo), a qualidade (mineral) e o movimento

(corrente). A repetição de “nascente” funciona como ênfase e como precisão, não qualquer água, mas água de nascente, a mais pura. Esta categorização demonstra um sistema de conhecimento que distingue águas por sua origem, qualidade e propriedades, resultado de observação acumulada ao longo de gerações.

O contraste temporal é apresentado de forma dramática: “A água era antigamente era limpo, era limpo, era limpo [...] conheci tudo é água boa.” (COSTA, 2025).

A tripla repetição de “limpo” constrói a memória de uma pureza absoluta, que serve de contraponto ao presente degradado. Esta estrutura, passado idealizado versus presente deteriorado, evidencia a magnitude da transformação percebida.

O colapso dessa fonte é descrito como uma ruptura drástica: “E hoje já não tem mais... nós não usamos mais do brejo porque desce água das valas dessas grutas para lá, é mais confiável a gente usar bem.” (COSTA, 2025).

A adaptação forçada é narrada com resignação. O uso do termo “mais confiável” (e não “confiável”) é revelador: reconhece que mesmo o poço não oferece total segurança, mas é a melhor alternativa disponível. A contaminação das nascentes por “água das valas”, eufemismo para esgoto doméstico, representa a invasão da degradação urbana sobre sistemas naturais que antes eram autossuficientes.

Esta passagem é a síntese da vulnerabilidade socioambiental (ACSELRAD, 2006). A comunidade perde o acesso a um recurso puro e gratuito (água mineral da nascente) e é forçada a depender de tecnologias mediadoras (poços) que, por sua vez, já se encontram sob risco de contaminação. A degradação ambiental não é democrática; ela atinge primeiro e com mais força as populações que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência, ao mesmo tempo que invalida o conhecimento que possuíam para gerenciá-los.

4.2 O Conhecimento Ecológico Tradicional (TEK) em ação

Longe de ser um espectador passivo, o Sr. Zé Braçada se posiciona como um agente ecológico ativo. Seu depoimento revela um sistema de Conhecimento Ecológico Tradicional (TEK) que, conforme Fikret Berkes (2012), integra três dimensões fundamentais: saber, prática e crença.

O Sr. Zé Braçada demonstra um conhecimento botânico e ecológico específico. Ele distingue árvores nativas de outras espécies e compreende suas funções ecológicas: "Você só corta que vai bater no fio, se não for bater não corte. Porque você não sabe, uma árvore dessa aí é nativa, não pode fazer uma coisa dessa." (COSTA, 2025).

Esta fala revela várias camadas de conhecimento. Primeiro, há uma regra de manejo prático: corta-se apenas árvores que representam risco para a rede elétrica ("vai bater no fio"). Segundo, há o reconhecimento de que árvores nativas têm status especial e não devem ser cortadas indiscriminadamente. Terceiro, há a compreensão da estrutura da floresta em estratos ("só corta que vai bater no fio"), entendendo a importância da poda seletiva em vez do corte raso.

A menção específica às juçareiras reforça este conhecimento: "[...] juçareiras, não é preciso cortar." (COSTA, 2025).

A juçara (Euterpe edulis) é uma palmeira nativa de grande valor ecológico, ameaçada de extinção em várias regiões devido à exploração predatória do palmito. O reconhecimento de que "não é preciso cortar" demonstra consciência de seu valor e da necessidade de proteção.

O conhecimento se traduz em um sistema de manejo sofisticado, que pode ser chamado de "manejo da não-ação" ou conservação ativa. Sua decisão de não cultivar é uma escolha técnica baseada em sua ética: "Nem roça

eu não faço porque não quero agredir a natureza. Nós estamos é para conservar." (COSTA, 2025).

Em um contexto de pressão por uso da terra, esta é uma prática deliberadamente restaurativa. A expressão "nós estamos é para conservar" não é passiva, é uma declaração de missão, uma definição do papel que ele atribui a si mesmo e à sua geração em relação ao território. Não se trata de "deixar como está", mas de ativamente "conservar", o que implica vigilância, cuidado e intervenção quando necessário.

Esta prática é ainda mais explícita quando ele afirma: "Isso é para plantar onde tá amplo, nós temos que plantar, que é para fazer a floresta, manter a floresta." (COSTA, 2025).

Aqui, a conservação não é apenas proteção do que existe, mas restauração ativa: "nós temos que plantar". O objetivo é claro: "fazer a floresta, manter a floresta". Trata-se de uma ética de restauração ecológica que reconhece a responsabilidade humana não apenas de não destruir, mas de reconstruir o que foi degradado.

Esta prática não é meramente utilitarista; ela é fundamentada em uma cosmovisão que integra o ser humano ao natural e que articula ética ambiental com espiritualidade: "É o espírito. Para que que eu vou destruir? Deus não deixa e não deixa ninguém fazer também." (COSTA, 2025).

Esta afirmação articula três dimensões fundamentais. Primeiro, há uma dimensão ontológica ("É o espírito") que reconhece uma força espiritual inerente à natureza, não se trata de "recursos naturais" inertes, mas de um território animado, habitado por espírito. Segundo, há uma dimensão ética pessoal ("Para que que eu vou destruir?"), formulada como pergunta retórica que expressa incompreensão genuína diante da destruição ambiental. Terceiro, há uma dimensão de sanção divina ("Deus não

deixa e não deixa ninguém fazer também"), que funciona como garantia transcendente da norma conservacionista.

Como aponta Berkes (2012), é essa dimensão de "crença" ou visão de mundo que dá ao sistema TEK sua resiliência e sua autoridade moral, unindo o sagrado e o manejo. Esta cosmovisão contrasta radicalmente com a visão utilitarista que fundamenta a exploração capitalista da natureza. Para a racionalidade instrumental moderna, a floresta é "recurso natural" a ser "explorado racionalmente" visando "desenvolvimento econômico". Para a cosmologia de Zé Braçada, a floresta é habitada por espírito e protegida por Deus, e sua destruição não é apenas ecologicamente prejudicial, mas moralmente transgressora e espiritualmente perigosa.

4.3 Memória da abundância e transformação dos recursos

O depoimento registra não apenas o conhecimento sobre o ambiente, mas também a transformação dos recursos ao longo do tempo. As referências à atividade pesqueira sugerem antiga abundância: "Já pesquei muito com ele, peguei muito peixe aqui nesse rio aqui." (COSTA, 2025).

O uso do verbo no passado ("pesquei", "peguei") e a ênfase na quantidade ("muito peixe") constroem uma memória de abundância que contrasta com a situação atual. Embora não quantifique explicitamente o declínio, o uso exclusivo do tempo passado sugere que a pesca já não oferece os mesmos resultados. Este declínio representa não apenas redução de fonte alimentar, mas também enfraquecimento de práticas sociais e culturais associadas à atividade pesqueira.

A transformação da água, já analisada, é o símbolo mais dramático desta ruptura. A sequência "água mineral" → "água corrente de brejo" - "nascente" (passado) versus "água das valas" - "poço" (presente) sintetiza a trajetória de degradação. O que antes era um sistema de

abastecimento natural, puro, gratuito e controlado pela própria comunidade, foi substituído por um sistema mediado tecnologicamente, vulnerável à contaminação e que exige recursos financeiros.

4.4 Percepção das causas da degradação

O Sr. Zé Braçada não apenas descreve a degradação; ele identifica suas causas. A poluição da água é atribuída à urbanização desordenada: "[...] desce água das valas dessas grutas para lá [...]" (COSTA, 2025).

A expressão "água das valas" refere-se claramente ao esgoto doméstico que escoa das ocupações urbanas ("grutas") para os cursos d'água que antes abasteciam a comunidade. Esta percepção demonstra compreensão das conexões entre uso do solo, expansão urbana e qualidade ambiental. Não se trata de uma visão simplista que atribui a degradação a causas naturais ou ao "destino"; há consciência clara de que a degradação resulta de processos sociais específicos, a expansão urbana sem saneamento adequado.

Esta compreensão é reforçada quando ele menciona as transformações espaciais: "hoje tá tudo modificado" (COSTA, 2025). As modificações não são apenas estéticas ou de costume; elas têm consequências ambientais diretas e mensuráveis. A impermeabilização do solo, o aterramento de áreas alagáveis, a canalização de cursos d'água, o lançamento de efluentes, todos estes processos, mesmo que não nomeados explicitamente com estes termos técnicos, são compreendidos em seus efeitos práticos pelo narrador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O depoimento do Sr. José Costa (Zé Braçada) revela-se como um sistema de conhecimento sofisticado, uma epistemologia de resistência. Sua memória está ancorada em "quadros sociais e espaciais" (HALBWACHS,

1990) coletivos cuja transformação física ameaça a própria transmissão geracional. Sua cartografia cognitiva mapeia um "território usado" (SANTOS, 2005) feito de relações e significados, opondo-se ao espaço abstrato do capital (LEFEBVRE, 2006). Seu Conhecimento Ecológico Tradicional (BERKES, 2012) integra saber, prática e cosmovisão, fundamentando uma ética de conservação ativa que contrasta com a racionalidade utilitarista moderna.

A análise revelou múltiplas vulnerabilidades, ambiental, infraestrutural, econômica e social, produzidas por processos de injustiça espacial (SOJA, 2013) e vulnerabilidade socioambiental (ACSELRAD, 2006). Mas o depoimento é também documento de resistência: na disputa pela nomeação do território, na afirmação de direitos coletivos (as "nove casas") que transcendem a propriedade individual, na conservação ambiental como demonstração de que permanência não é predação, e na filosofia do "ser comido pela terra" como antítese da propriedade privada.

Inserido no contexto regional de conflitos como o do Cajueiro, onde milhares de pessoas foram ameaçadas de remoção, o depoimento de Zé Braçada adquire valor que transcende o local. Ele se soma às vozes que, em todo o Brasil, afirmam formas alternativas de conhecer, habitar e cuidar do território. Reconhecer esta validade não é concessão romântica à "tradição", mas condição para a construção de futuros socioambientalmente justos e epistemicamente plurais.

A documentação de saberes como o do Sr. Zé Braçada e de sua mãe, Sra. Raimunda Isabel Costa, é condição necessária para qualquer projeto de futuro para a Bacia do Bacanga que se pretenda justo e democraticamente construído. É um ato de reconhecimento da "dívida epistêmica" que a sociedade urbana tem para com os guardiões da memória e do território. Recomenda-se o aprofundamento da pesquisa com novos depoimentos e documentação sistemática dos locais mencionados.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Vulnerabilidade socioambiental, risco e injustiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. Cartografia Social e Territorialidades. In: ALMEIDA, A. W. B. de. (Org.). **Povos e Terras: Atlas da Cartografia Social**. Manaus: UEA Edições, 2006.

BERKES, Fikret. **Sacred Ecology**. 3. ed. New York: Routledge, 2012.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

COSTA, José. **Depoimento de José Costa (Zé Braçada) sobre conhecimento tradicional e territorialidade na região do Bacanga**. [Entrevista concedida a pesquisadores do Projeto UNA-SE]. Sítio do Físico, Região do Bacanga, São Luís (MA), 15 mar. 2025. Transcrição de áudio.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2005. p. 101-110.

SOJA, Edward W. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.

4

RACISMO AMBIENTAL E SEGREGAÇÃO RACIAL: um estudo socioespacial do Polo Coroadinho em São Luís (MA)

Liedson Almeida Lemos[1]
Lucas Mateus da Silva Nogueira[2]
Sunshine Cristina de Castro Reis[3]

1 INTRODUÇÃO

O racismo estrutural se manifesta não apenas nas relações sociais, mas também nas próprias materialidades das cidades e em suas paisagens simbólicas. Conforme destaca Milton Santos (2002), o espaço geográfico é resultado de processos históricos que expressam desigualdades produzidas socialmente, revelando uma lógica de organização urbana que privilegia determinados grupos enquanto marginaliza outros. Nesse sentido, a configuração espacial das cidades brasileiras reflete um ordenamento seletivo, que distingue territórios legitimados normalmente ocupados por populações brancas e economicamente favorecidas daqueles marcados pela precariedade urbana e invisibilidade política, majoritariamente habitados por populações negras e periféricas.

[1] Graduando em História. E-mail: liedson.lemos@discente.ufma.br

[2] Doutorando em Cultura e Sociedade (Pgcult). Integrante do grupo de pesquisa GEPPaC- UFMA e Aquilombamente- UFMA. E-mail: lucas.mateus@discente.ufma.br

[3] Mestra em Cultura e Sociedade (Pgcult). Integrante do grupo de pesquisa GEPPaC- UFMA e Aquilombamente- UFMA. E-mail: sunshine.santos@discente.ufma.br

Lélia Gonzalez (1988) aprofunda essa compreensão ao analisar como a racialização do espaço urbano opera como um mecanismo histórico de exclusão: ao mesmo tempo em que define quem pode ocupar determinados territórios, determina quem será confinado a áreas sem infraestrutura, sem acesso a direitos e sem investimentos do Estado. Trata-se de um processo que não é espontâneo, mas continuamente atualizado por meio de políticas públicas, por práticas de planejamento urbano e por decisões institucionais que perpetuam desigualdades socioespaciais.

É nesse contexto que se insere o Polo Coroadinho, território periférico de São Luís do Maranhão, marcado por processos históricos de migração forçada, ocupação irregular, ausência de serviços públicos e vulnerabilidade socioambiental. Formado inicialmente na década de 1970 às margens do rio das Bicas, o bairro tornou-se um dos maiores aglomerados urbanos da capital, abrigando populações oriundas de municípios do interior que se deslocaram para São Luís em busca de melhores condições de vida diante das transformações estruturais no campo (MOTA, 2019; FERREIRA, 2017). Essas famílias ocuparam áreas geograficamente frágeis e ambientalmente sensíveis, construindo moradias precárias sem apoio estatal e enfrentando riscos constantes de alagamentos e doenças associadas à falta de saneamento básico.

O reconhecimento contemporâneo do Coroadinho como quilombo urbano processo conduzido pela Secretaria de Igualdade Racial do Maranhão evidencia as raízes afro-indígenas, camponesas e comunitárias desse território, ressaltando sua relevância histórica e cultural para a cidade. Contudo, também revela a persistência das desigualdades que marcam a vida de seus moradores, materializadas tanto nas ausências do Estado quanto na presença constante da violência ambiental, institucional e simbólica.

Assim, esta pesquisa analisa como a insuficiência de políticas públicas no Polo Coroadinho aprofunda conflitos socioambientais, contribuindo para diferentes expressões do racismo ambiental conceito trabalhado por Abreu (2013) e atualizado por Pio (2020) ao enfatizar a necessidade de considerar especificidades territoriais, culturais e identitárias na formulação de políticas públicas. Para tanto, adota-se uma metodologia baseada em revisão bibliográfica e documental, com foco em estudos sobre formação socioespacial, desigualdades raciais, políticas ambientais e urbanas.

O objetivo é compreender como o entrelaçamento entre racismo estrutural, gestão urbana excludente e ausência de políticas efetivas produz desigualdades que afetam diretamente a saúde, o bem-estar, a segurança e as condições de vida da população do Coroadinho. Nesse cenário, discutir políticas públicas torna-se fundamental para propor caminhos que promovam justiça social, equidade territorial e sustentabilidade ambiental, reconhecendo os moradores como sujeitos históricos e políticos imprescindíveis para a construção de alternativas coletivas.

2 O POLO COROADINHO: formação socioeconômica do bairro

O Maranhão ao longo do século XXI passou por várias transformações sociais e econômicas que moldaram a estrutura política e territorial do Estado. A partir da segunda metade do século, o Brasil observa o crescimento significativo na economia maranhense a nível nacional. Nos estudos de (Pessoa; Martins, s.d) e (Ferreira, 2017) compreendemos que os investimentos (capital) nas inovações tecnológicas utilizadas para exploração dos recursos naturais das cidades foram base para o crescimento do PIB do Estado.

O setor de indústrias “com a implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos (Alumar, Celmar e Compa-

nhia Vale do Rio Doce), vinculados ao programa Grande" (Pessoa; Martins, s.d, p. 7) e o setor de serviços caracterizado com o "comércio moderno" (supermercados, lojas de departamento, autopeças, etc." (Pessoa; Martins, s.d, p. 8) são um dos exemplos de investimentos que moldaram as estruturas do Estado.

Infelizmente, o avanço das modernidades no Maranhão não acompanhou a qualidade de vida das pessoas. O campo passou a ser explorado e as terras começaram a ser concentradas nas mãos dos grandes proprietários. Segundo (Ferreira, 2017), esse momento corroborou para o êxodo rural de famílias de cidades do interior para centros comerciais de grandes cidades em busca de uma melhor qualidade de vida. Neste caso, São Luís se torna o epicentro na busca de empregos e terras desses sujeitos, devido sua importância portuária, política e histórica, sendo capaz de ofertar assim mais de bens e serviços para população. Além disso, o campo estava dispendioso para as famílias camponesas devido a introdução de empresas explorando grandes lotes de terras do interior do Estado.

Nesse contexto acima, surge uma comunidade na periferia de São luís, ao lado do Rio das Bicas, um dos afluentes do Rio Bacanga, inserido no Parque Estadual do Bacanga, ocupada desde a década 1940 por pequenos agricultores como consta nos relatos orais coletados na pesquisa de Antonia da Silva Mota (2019) sobre a luta por moradia popular em São Luís em 1970/80. No final da década de 1960 e início dos anos 70 a região já estava sendo ocupada irregularmente por várias famílias que eram oriundas de cidades do interior do Estado, principalmente da baixada maranhense[4], como nos apresenta a pesquisa de Mota (2019) quando ela explica que:

> O Imparcial em sua edição do dia 10 de agosto de 1979 por exemplo, fazendo referência a origem do contingente que fundou o Coroadinho. citou o caso de dois homens: o

[4] Região do Maranhão de planícies de terras alagáveis em períodos de chuvas.

> primeiro ex-lavrador José da Silva Barros que há dois anos foi expulso das terras que trabalhava no município de Barão de Grajaú, e de seu vizinho vindo do mesmo município e pelas mesmas razões (Mota, 2019, p. 38).

Em outro registro, a professora Antonia Mota pergunta a um dos moradores da "invasão" do Coroadinho chamado seu Antônio de onde (lugar) eles vieram e ele responde: O Coroadinho é introduzido gente de fora, gente do interior. porque tem demais, de todo quase interior tem gente no Coroadinho (Mota, 2019, p. 39)".

Com o aumento do inchaço demográfico em São Luís, o então bairro que se formava começou a crescer cada vez maior em extensão e passou a enfrentar problemas na cidade no que se referia aos donos daquelas terras. Após muitas lutas dos moradores pela apropriação da área, o então prefeito de São Luís na época, Ivar Saldanha, anuncia em 1978 ao Jornal Imparcial que as terras ocupadas no Coroadinho são irregulares mas "não reconhece, também, como regular, a atitude dos que tomaram a iniciativa de determinar a derrubada das muitas choupanas ali existentes.". Desse momento, foram suspensas as derrubadas das casas que haviam sido desmontadas à força com apoio da Polícia militar e de um homem chamado Sandoval Pimentel.

Deve-se mencionar que o estabelecimento dessas famílias foi de forma insalubre e precária. As casas construídas com a sustentação feita de barro e telhados feitos de galhos pindoba[5] estavam sujeitas a destruição da sua estrutura tanto pela violência policial do Estado quanto pelas condições geográficas desfavoráveis causadas pelos deslizamentos dos morros com as chuvas e inundações das casas por estar nas proximidades do Rio das Bicas.

O bairro hoje ocupa uma grande área composta por vários outras pequenas comunidades como Vila dos

[5] No livro de Mota (2019) é possível ver fotografias da área e do modo de vida das famílias.

frades, Primavera, Vila Conceição, Bom Jesus, Alto São Sebastião e 18.331 habitantes, sendo reconhecida pelo IBGE desde 2023 como a 8° maior favela do Brasil devido a sua formação urbana irregular corroborando para ineficiência de serviços básicos para os moradores como o saneamento básico. Assim, hoje o bairro se tornou um Polo por concentrar mais de 25 comunidades que se reconhecem em geral como parte do Coroadinho.

Com o crescimento do bairro sem nenhum planejamento prévio das ruas e com o descaso do poder público com as periferias ao longo dos anos, muitas dificuldades são latentes na comunidade, como o acesso à saúde e educação de qualidade. O que se observa com as reportagens dos meios de comunicação sobre o Coroadinho é o maior problema enfrentado atualmente e é a falta de segurança pública causada pela rivalidade de facções que impossibilitam o ir e vir dos moradores entre as vilas do Polo. As notícias que vimos nas redes sociais e Youtube diariamente sobre o bairro são ligadas a mortes de faccionados pela disputa de territórios na região. cabe ao Estado garantir a segurança das famílias que por muitas vezes são interrompidas e destruídas por tais questões.

Hoje muitas entidades como a Casa das Pretas[6] e o Núcleo de Educação Comunitária[7] no bairro contribuem para contribuir na melhor qualidade de vida para a juventude, principalmente negra, que concentra-se em 70% do bairro. A cultura e a educação são ferramentas utilizadas nas atividades dessas organizações para gerar renda e profissionalizar a população para o mercado de trabalho, já que o Estado não garante para as periferias segurança, saúde e educação de qualidade.

Um dos dilemas também enfrentados com o bairro é como o inchaço populacional do bairro está avançando

[6] Organização social sem fins lucrativos localizada no bairro do Bom Jesus no Polo Coroadinho

[7] Organização social sem fins lucrativos localizada no bairro da Vila Conceição no Polo Coroadinho

em direção ao Parque Estadual do Bacanga comprometendo a preservação da biodiversidade do local, visto que não há um interesse de planejamento do Estado em criar uma rede de saneamento básico para as comunidades que direcionam seus resto de resíduos sólidos nas imediações do Parque.

Sendo assim, reconhecemos que o Polo Coroadinho, surgiu de uma ocupação irregular que cresceu e hoje é o bairro que mais dialoga diretamente com o Parque Estadual do Bacanga, necessitando de políticas públicas para a população que sofre com a precariedade dos serviços públicos na região. Uma região marginalizada que busca justiça social e ambiental para suas famílias.

3 O RACISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO POLO COROADINHO

No livro publicado por Djalma Ribeiro intitulado "Pequeno manual antirracista" (2019) considera que o racismo:

> [...] não é apenas um ato isolado de discriminação, mas um sistema que organiza a sociedade de forma a privilegiar pessoas brancas em detrimento das pessoas negras. Esse sistema opera nas instituições, nas relações cotidianas e nas estruturas econômicas, produzindo desigualdades profundas e persistentes." (Ribeiro, p. 18)

Levando em consideração o conceito apresentado pela filósofa, o racismo ambiental é mais um dos desdobramentos do racismo institucional, visto que afeta pessoas negras em situação de vulnerabilidade social que vivem em áreas assoladas por destruições ambientais que impossibilitam a vida da comunidade de forma saudável, tendo seus territórios expostos à insalubridade pública (Barbosa, 2020).

Quando compreendemos sobre o que é racismo ambiental, entendemos como a comunidade do Coroadinho, composta 70°% de pessoas negras, é um dos principais

exemplos na periferia de São Luís. Muitos moradores podem não entender o significado acadêmico da palavra, mas convivem durante o ano todo experiências desagradáveis ambientalmente no território, como os alagamentos, esgoto a céu aberto, desabamentos e exposição a doenças.

Em 2024 a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís publicou o monitoramento de registros das doenças relacionadas ao mosquito Aedes aegypti. O Coroadinho aparece em 4° lugar com um número de 119 casos de incidência de casos de dengue registrados na cidade. O Polo possui uma Unidade Básica de Saúde que não atende a complexidade dos casos de problemas de saúde que ocorrem diariamente, sendo insuficiente para grande demanda.

Hoje, o Rio das Bicas, fonte de sobrevivência para os primeiros moradores do bairro, sendo apoio de água potável para beber, tomar banho e preparar alimentos, hoje se encontra assoreado pelo acúmulo de materiais sólidos, proveniente das casas e córregos, devido a falta de planejamento de políticas públicas de saneamento básico por meios da gestões municipais que não se preocuparam crescimento populacional e territorial do bairro.

O Rio Bacanga, que corta o Parque Estadual do Bacanga, fonte da biodiversidade que representa a maior área de preservação da Amazônia Legal em São Luís e que atualmente ainda é fonte de renda e sobrevivência para pescadores e marisqueiros do Coroadinho, se tornou mais um símbolo do racismo ambiental causada pela falta de planejamento urbano das periferias, que sentem até os dias atuais a ineficiência de políticas estatais. No artigo Mulheres Negras em territórios de luta tecnologias de organização contra o racismo ambiental' (Nascimento; Penha, 2025) há uma descrição de conversa de uma das lideranças comunitárias do bairro conhecida como Jú do Coroadinho e uma antiga moradora do Coroadinho, Dona Maria Roxinha, onde ela comenta que:

> [...] Perguntei para minha tia Maria roxinha que mora na área de mangue na comunidade o que era o racismo ambiental, e nas palavras dela antigamente ela conseguia pescar piaba e hoje em dia não consegue mais, ela conseguia beber água do Rio Bacanga e hoje em dia não consegue, e ela conseguia lavar roupas no Rio e hoje não consegue mais (Nascimento; Penha, 2025, p. 93 e 94).

Em outra trecho do relato, a autora sendo moradora do bairro, aborda que "não temos acesso a água. algumas casas ainda não tem acesso a energia elétrica, temos casas de taipa. casas de barro, quando a chuva alaga ninguém consegue sair da comunidade [...]"(Nascimento; Penha, p. 92). A autora pontua também que a APA do Parque é importante para as religiões de matrizes africanas e manifestações culturais maranhenses, pois veem na mata um lugar sagrado de morada dos ancestrais africanos e ameríndios que precisa ser protegido e preservados para manter os seus cultos e postergar para as futuras gerações.

Vemos com os relatos que a comunidade já sente o atravessamento do racismo ambiental, e como ele se divide por todos os Polos da comunidade. Dessa forma, é imperioso que ações de combate às questões climáticas sejam planejadas pelo poder público em áreas periféricas marginalidades que passaram muitos anos sem o cuidados de políticas públicas básicas de sobrevivência nos territórios, como água potável.

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO

A realidade socioambiental de São Luís revela, de forma evidente, como desigualdades históricas estruturam a distribuição dos riscos climáticos e dos impactos ambientais na capital maranhense. O bairro do Coroadinho, marcado por forte presença de populações negras, comunidades tradicionais urbanas e famílias em situação de vulnerabilidade são desproporcionalmente atingidos por enchentes, deslizamentos, precariedade do sanea-

mento e poluição dos rios e igarapés. Esse cenário local expressa aquilo que a literatura denomina racismo ambiental, isto é, a forma como grupos racializados e empobrecidos sofrem mais intensamente os efeitos da degradação ambiental e das mudanças climáticas, resultado de processos coloniais e de políticas urbanas que historicamente negligenciam esses espaços.

Para Gonzalez (1988):

> A segregação que se observa nas cidades brasileiras não é apenas socioeconômica: é também racial. A população negra é empurrada para as periferias, para as áreas sem infraestrutura e sem investimentos do Estado. Não é acaso, mas consequência direta de uma estrutura que organiza os espaços a partir de critérios racialmente hierarquizados (GONZALEZ, 1988, p. 83).

Nesse contexto, compreender o papel das políticas públicas é fundamental para analisar os limites e potencialidades das ações governamentais no enfrentamento dessas desigualdades. Conforme apontam Secchi, Coelho e Pires (2024), políticas públicas são diretrizes que orientam ações ou omissões do Estado diante de questões reconhecidas como problemas coletivos, exigindo participação social e corresponsabilidade cidadã. Em São Luís, entretanto, a distância entre formulação e implementação ainda impede que comunidades vulnerabilizadas, como as do Coroadinho, sejam contempladas de forma justa nas políticas ambientais, educacionais e urbanas. A ausência de mecanismos permanentes de participação popular, a fragilidade das ações intersetoriais e o pouco reconhecimento dos saberes comunitários sobretudo saberes de matriz africana e indígena tornam ainda mais evidente o caráter estrutural dessas desigualdades socioambientais.

Embora o Brasil conte com iniciativas como o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), sua efetivi-

dade se mostra limitada quando observamos a realidade ludovicense. No caso específico de São Luís, o PNA pouco dialoga com a realidade das comunidades urbanas consideradas tradicionais pela força de suas ancestralidades afro-indígenas, como ocorre no Coroadinho, onde práticas culturais e formas comunitárias de organização resistem apesar da precarização ambiental. A falta de dados específicos, a subnotificação dos riscos climáticos e a baixa participação comunitária no planejamento urbano agravam os impactos ambientais, revelando a urgência de políticas adaptadas às características socioeconômicas e étnico-raciais do território.

Somado a isso, programas como o Plano Juventude Negra Viva criado com foco na redução da violência letal contra jovens negros se tornam instrumentos relevantes quando analisamos o modo como juventudes periféricas ludovicenses também estão expostas a múltiplas formas de violência ambiental. No Coroadinho, por exemplo, enchentes recorrentes, ausência de urbanização adequada e falta de equipamentos socioculturais reforçam a vulnerabilidade de jovens que, além de enfrentarem a violência policial e a exclusão educacional, convivem com riscos ambientais naturalizados pelo poder público. Essa articulação entre racismo estrutural, violência e crise climática evidencia a necessidade de políticas interseccionais que enfrentem desigualdades de forma integrada.

Deste modo, falar sobre educação assume, nesse cenário, papel estratégico para a construção de justiça climática e racial. Como membro do Núcleo de Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED), tenho acompanhado de perto como a pauta ambiental se conecta ao trabalho pedagógico sobre identidade, pertencimento e direitos territoriais nas escolas da rede municipal. A formação continuada de professores, a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e o fortalecimento das pedagogias antirracistas são caminhos que permitem que estudantes

do Coroadinho compreendam não apenas sua própria história, mas também a relação entre racismo, cidade e meio ambiente. Ao reconhecer que os povos de origem africana e indígena construíram, historicamente, modos sustentáveis de relação com a natureza, a escola se torna espaço de resistência frente ao modelo colonial e capitalista responsável pela destruição dos ecossistemas e pelo agravamento das desigualdades em São Luís.

Compreender o racismo estrutural entendido, como afirma Kabengele Munanga (2019), o racismo não pode ser compreendido apenas como preconceito individual, mas como um fenômeno profundamente enraizado na estrutura da sociedade brasileira.

Deste modo, conforme afirma Munanga (2019):

> O racismo brasileiro, por sua sutileza e capacidade de se camuflar em discursos aparentemente neutros, se reproduz nas instituições e nas práticas sociais, mesmo quando não há intenção declarada. Ele se manifesta na forma de uma lógica que naturaliza desigualdades e legitima hierarquias, permitindo que a discriminação seja perpetuada como parte do funcionamento normal da sociedade (MUNANGA, 2019, p. 42).

Para o autor, o racismo opera como um "mecanismo ideológico e institucional que garante privilégios a determinados grupos e mantém outros em posições subalternizadas", funcionando de modo contínuo e silencioso dentro das instituições públicas e privadas. Assim, políticas públicas elaboradas sem considerar essa lógica estrutural tendem a reforçar desigualdades históricas, ainda que não haja intenção explícita de discriminar.

Em São Luís, o sistema de planejamento urbano, as políticas ambientais e até mesmo as políticas educacionais frequentemente reproduzem lógicas raciais que marginalizam comunidades negras, indígenas e periféricas, especialmente na zona norte da cidade. Assim, o enfrentamento do racismo ambiental exige mais do que inclusão discursiva: requer transformação real das condi-

ções estruturais e participação ativa dos sujeitos historicamente oprimidos.

Esse movimento também implica o fortalecimento das políticas de discriminação positiva, essenciais para corrigir desigualdades históricas e garantir justiça socioambiental. No contexto ludovicense, isso envolve desde a proteção de territórios comunitários (como áreas de uso tradicional no Coroadinho que sofrem pressão imobiliária) até a promoção de ações afirmativas nos conselhos municipais, nos processos de participação social e nas políticas de uso e ocupação do solo. Tais políticas não constituem privilégios, mas respostas proporcionais a injustiças acumuladas ao longo de séculos.

A mobilização coletiva dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais da Amazônia como expresso em documentos políticos recentes encontra ressonância nas lutas das comunidades urbanas de São Luís. A denúncia do modelo destrutivo de desenvolvimento patrocinado por grandes empreendimentos ecoa na capital maranhense, onde interesses privados frequentemente se sobrepõem aos direitos socioambientais de populações periféricas. No Coroadinho, essas disputas são visíveis na degradação de nascentes, na ocupação irregular de margens de rios e na ausência de políticas efetivas de saneamento.

Krenak (2019) ressalta que:

> A humanidade precisa parar de tratar a Terra como um objeto que está à disposição para ser explorado sem limites. Essa ideia, que nasce com a modernidade e o pensamento colonial, rompeu laços profundos que povos tradicionais mantinham com a natureza. Precisamos recuperar essa relação, antes que colapsemos como civilização (KRENAK, 2019, p. 29).

A crise ambiental vivenciada em São Luís é, portanto, também uma crise civilizatória, marcada pela necessidade urgente de valorizar saberes ancestrais e de reconhecer o papel dos territórios negros urbanos na proteção da

vida e dos ecossistemas. No trabalho desenvolvido nas escolas da SEMED, torna-se evidente que a juventude negra da periferia incluindo os estudantes do Coroadinho precisa ser reconhecida como sujeito político essencial na construção de estratégias de justiça climática e políticas públicas inclusivas.

Afinal, compreender a importância das políticas públicas no fortalecimento de iniciativas sociais significa reconhecer que elas não apenas ampliam a autonomia das comunidades, mas também contribuem diretamente para processos de enfrentamento às desigualdades históricas. Políticas bem formuladas são capazes de reduzir vulnerabilidades, garantir acesso a direitos e promover justiça social. Entretanto, quando essas políticas ignoram as dimensões raciais que estruturam o território brasileiro, acabam reforçando desigualdades em vez de superá-las. Como afirma Sueli Carneiro:

> O Estado brasileiro historicamente produz políticas que não alcançam a população negra ou que a colocam em situação de maior vulnerabilidade. A ausência de recorte racial não é neutralidade: é uma forma de perpetuar desigualdades. Por isso, a luta política das mulheres negras sempre evidenciou que sem enfrentar o racismo, nenhuma política pública será verdadeiramente democrática (CARNEIRO, 2005, p. 123).

Diante disso, analisar as políticas existentes e compreender suas lacunas no combate ao racismo ambiental em São Luís é um passo imprescindível. O fortalecimento das políticas públicas educacionais, ambientais e urbanas, articuladas a práticas antirracistas, é condição para a construção de uma cidade mais justa e sustentáv el. Somente a partir dessa perspectiva integrada será possível transformar a realidade socioambiental do Coroadinho e garantir que a justiça ambiental se torne, de fato, uma realidade para as populações mais vulneráveis da capital maranhense

5 CONCLUSÃO

A análise do Polo Coroadinho evidencia como o racismo estrutural opera na produção e na manutenção das desigualdades socioambientais em São Luís. A história de ocupação do território, marcada pela migração forçada de populações camponesas e pela ausência inicial e contínua da presença do Estado, demonstra que as comunidades negras e periféricas são sistematicamente empurradas para áreas frágeis, insalubres e negligenciadas pelo planejamento urbano. O racismo ambiental, portanto, manifesta-se como expressão concreta dessa lógica excludente, que transforma desigualdades históricas em vulnerabilidades cotidianas.

As análises de Santos (2002), Gonzalez (1988), Abreu (2013), Munanga (2019), Krenak (2019) e Pio (2020) ajudam a compreender como a cidade opera sob critérios que hierarquizam corpos, territórios e vidas, produzindo uma distribuição desigual dos direitos ambientais, da proteção estatal e das oportunidades. No caso do Coroadinho, essa desigualdade aparece na precariedade do saneamento básico, na insegurança permanente, nos riscos de enchentes, na distância dos equipamentos públicos e na violência institucional que atravessa a juventude local.

Como demonstrado, a inexistência de políticas públicas que considerem as especificidades socioculturais e raciais do território reforça a marginalização e amplia os riscos climáticos e ambientais enfrentados pela população. Políticas como o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, os programas de juventude e as ações dirigidas a comunidades tradicionais são, muitas vezes, insuficientes ou descoladas da realidade local, falhando em promover justiça socioambiental efetiva.

Ao mesmo tempo, a experiência do Coroadinho revela que, apesar da ausência estatal, a comunidade produz estratégias de resistência baseadas na cultura, na educação e na organização coletiva. Espaços como a Casa das

Pretas, o Núcleo de Educação Comunitária e as escolas da SEMED representam importantes núcleos de resistência e esperança, reforçando identidades, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo práticas pedagógicas de matrizes africanas e indígenas que dialogam diretamente com a luta por justiça ambiental.

Dessa forma, conclui-se que enfrentar o racismo ambiental no Polo Coroadinho exige políticas intersetoriais, contínuas e territorializadas, construídas com participação efetiva da comunidade. É necessário reconhecer o bairro como território histórico, cultural e identitário, e não como área meramente "problemática". A cidade só poderá ser justa quando incorporar saberes, demandas e vivências dos sujeitos que historicamente sustentam sua vida e sua cultura, sobretudo as populações negras e periféricas.

A justiça ambiental, portanto, só será possível quando políticas públicas enfrentarem as raízes estruturais das desigualdades, garantindo direitos, vida digna e pertencimento territorial aos moradores do Polo Coroadinho. Nesse caminho, a memória, a luta e a resistência desse território periférico se colocam como elementos fundamentais para reimaginar uma cidade mais justa, sustentável e verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosanne. Racismo ambiental e territorialidades negras no Brasil. **Revista de Estudos Urbanos**, v. 15, n. 2, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PNA**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Plano Juventude Negra Viva**. Brasília, DF, 2024a.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. In: SANTOS, Renato Emerson dos; BARROS, José Flávio Pessoa de (orgs.). **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: CEAP, 2005. p. 11–25.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1960.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SECCHI, Leonardo; COELHO, M.; PIRES, R. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos e métodos. Brasília: Enap, 2024.

NASCIMENTO, Thuane; PENHA, Karina. **As periferias e o combate ao racismo ambiental**: tecnologias de sobrevivência e luta pelo bem viver. Editora Periferias, 2025.

POVOS INDÍGENAS, POPULAÇÕES E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA. Carta da Amazônia 2021. 2021.

PESSOA, Eneuton Dornellas. Martins, Marcilene A. **Dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período de 1970-90**. Disponível Em: File:///C:/Users/User/Downloads/3687-Texto%20do%20artigo-11422-1-10-20150724%20(1).Pdf. Acesso Em: 14/11/2025.

PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. Economia maranhense de 1890 A 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento. 2016. 244 F. **Dissertação** (Mestrado Em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade Federal Do Maranhão, São Luís, 2016

FERREIRA, Antonio José De Araújo. **A reestruturação urbana maranhense**: dinâmica e perspectiva. São Luís: Editora Maranhão, 2017.

5

SÍTIO DO FÍSICO: onde a memória se faz território

Selma Maria Gonçalves Cavaignac[1]

1 INTRODUÇÃO

A memória é um dos pilares fundamentais na construção da identidade individual e coletiva. No contexto das práticas sociais e culturais, ela se manifesta como força viva, capaz de preservar experiências, afetos e significados que moldam a percepção de pertencimento a um lugar.

No entrelaçamento entre espaço e tempo, o Sítio do Físico emerge como um território onde a memória não apenas habita, mas constrói sentidos. Localizado na cidade de São Luís, Maranhão, às margens do rio Bacanga, esse antigo complexo fabril transcende sua materialidade ao se converter em lugar de narrativas, afetos e resistências. Hoje, transformado em Ecomuseu, o Sítio do Físico configura-se como campo fértil para a escuta de histórias que revelam camadas profundas da memória social e cultural.

Este estudo investiga os processos de registro e preservação da memória do Sítio do Físico, articulando escuta, oralidade e narrativa como ferramentas metodológicas e epistemológicas. A opção pela história oral temática revela vozes e experiências que escapam às fontes oficiais, valorizando memórias subterrâneas que resistem ao esquecimento e à homogeneização (Pollak, 1989). Para

[1] Doutora em Ciências da Informação (UFP (Pt)/UNB (Br); e-mail: scavaignac@gmail.com

tanto, a pesquisa mobiliza tanto fontes documentais, como registros históricos, relatórios técnicos e bibliografia especializada, quanto memórias orais, evidenciando como o espaço foi sendo ressignificado ao longo do tempo. Essa articulação entre documentos e vozes permite compreender o Sítio do Físico como um território de múltiplas camadas, onde o passado dá sentido ao presente e projeta futuros possíveis.

A base teórica que sustenta este trabalho reúne autores que abordam a memória em suas diversas dimensões. Maurice Halbwachs (2003) introduz o conceito de quadros sociais da memória, demonstrando que as lembranças individuais são sempre mediadas pelas estruturas coletivas. Paul Ricoeur (2007) propõe a ideia de "justa memória", alertando para os riscos da manipulação e da tirania memorial, ao mesmo tempo em que reconhece o valor ético da rememoração. Henri Bergson (1999), por sua vez, contribui com a noção do cone da memória, conceito que oferece uma perspectiva sobre como diferentes camadas de lembranças são acessadas e mobilizadas na construção de narrativas. Beatriz Sarlo (2007) e Pierre Nora (1993), por sua vez, destacam a conexão entre memória, afetividade e os lugares de memória, sublinhando a importância dos espaços físicos e simbólicos na formação da identidade cultural.

Assim, ouvir as narrativas sobre o Sítio do Físico vai além da simples coleta de depoimentos, englobando também a compreensão dos vínculos afetivos, das práticas culturais e dos significados atribuídos ao espaço. Nesse cenário, a oralidade assume o papel de ferramenta de resistência e conservação, trazendo à tona histórias que não se encontram nos arquivos, mas sim nos corpos, nas vozes e nos gestos daqueles que habitam e reconstroem o lugar.

2 **Memória, escuta e identidade:** fundamentos para a construção de narrativas sobre o Sítio do Físico

A elaboração de narrativas sobre espaços impregnados de significados simbólicos, como o Sítio do Físico, demanda uma perspectiva que reconheça a memória como componente fundamental na constituição da identidade e da cultura. Nessa ótica, a memória não se limita a ser um simples acervo de recordações, mas configura-se como um mecanismo ativo de reconstrução do passado a partir das vivências presentes. Conforme aponta Halbwachs (2003), a memória individual está inevitavelmente vinculada a quadros sociais, sendo continuamente influenciada pelas relações coletivas e pelos grupos de pertencimento. Dessa forma, o ato de lembrar implica também reafirmar laços afetivos e culturais com o espaço e com a coletividade.

A escuta das narrativas orais configura-se, portanto, como um instrumento metodológico e epistemológico fundamental para o acesso às memórias. A história oral temática, segundo Quevedo e Serres (2023), possibilita a apreensão de múltiplas vozes e vivências em torno de um mesmo acontecimento ou espaço, valorizando a pluralidade de olhares e revelando significados que escapam às fontes documentais convencionais. Ao eleger a oralidade como via de conhecimento, essa perspectiva reconhece a importância da experiência subjetiva e da memória afetiva na produção do saber histórico.

Nesse sentido, escutar ultrapassa a ideia de recepção passiva de relatos, constituindo-se como um gesto de reconhecimento e legitimação do outro. Ouvir é acolher a memória alheia como válida, permitindo que sua narrativa se inscreva no tecido coletivo da história. Conforme apontam Sarlo (2007) e Ricoeur (2007), a memória é permeada por afetos, silêncios e esquecimentos, sendo simultaneamente potente em sua capacidade de evocação e frágil diante da manipulação e do esquecimento. Assim, a

escuta ética e atenta das narrativas torna-se um meio de resgatar memórias subterrâneas (Pollak, 1989), frequentemente silenciadas pela história oficial, reinscrevendo-as no espaço público como elementos constitutivos da identidade coletiva.

A identidade, por sua vez, é entendida como um processo de construção simbólica que se estabelece na interação entre o sujeito e o coletivo, entre o indivíduo e o espaço. De acordo com Pollak (1992), a memória constitui um dos pilares essenciais na formação da identidade, ao proporcionar tanto ao sujeito quanto ao grupo uma percepção de continuidade e coerência temporal. A rememoração de vivências, sobretudo aquelas permeadas por afetividade, favorece a construção de uma autoimagem e o fortalecimento dos vínculos de pertencimento. Nesse contexto, os lugares desempenham um papel crucial, pois é neles que as experiências se inscrevem e adquirem sentido. Como destacam Schmidt e Mahfoud (1993, p. 291), "os lugares recebem a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marcas num lugar".

A interdependência entre memória e identidade é também atravessada pela cultura, compreendida como o conjunto de práticas, saberes e valores partilhados por uma coletividade. Essa cultura é perpetuada ao longo das gerações por meio da linguagem, dos rituais, das celebrações e das narrativas. No contexto do Sítio do Físico, a escuta das histórias contadas por seus proprietários, moradores e frequentadores possibilita o acesso a um repertório cultural que expressa modos de vida, formas de convivência e significados atribuídos ao lugar. Conforme apontam Assumpção e Castral (2022), a cultura e a memória de um povo permanecem vivas quando sustentadas por vínculos identitários que alimentam o desejo de continuidade e preservação.

Nesse cenário, a narrativa atua como elemento articulador entre memória, identidade e cultura. Contar histórias é um gesto de resistência frente ao esquecimento,

uma maneira de afirmar presença no mundo e reivindicar pertencimento à história. Conforme argumenta Ricoeur (2007), narrar é também um exercício de justiça, ao possibilitar que os sujeitos tenham suas vivências reconhecidas como legítimas e dignas de memória. Ao construir sua narrativa, o indivíduo reorganiza suas recordações, define o que será compartilhado e de que forma, elaborando uma representação do passado que se conecta ao presente e projeta significados para o futuro.

2.1 **A memória coletiva como estrutura narrativa:** a tradição oral

A compreensão da memória como fenômeno coletivo e estruturante da narrativa histórica encontra em Maurice Halbwachs um de seus principais teóricos. Sua obra desloca o entendimento da memória da esfera individual para os quadros sociais que a sustentam, revelando que lembrar é sempre um ato mediado por grupos, linguagens e práticas culturais. Halbwachs afirma que "a memória individual não se conserva isoladamente: ela se reconstrói com o auxílio das memórias dos outros" (Halbwachs, 2003, p. 54).

Essa reconstrução ocorre dentro de referenciais simbólicos e afetivos que organizam a evocação das lembranças. A tradição oral, nesse sentido, é um dos principais dispositivos de sustentação da memória coletiva, pois permite que os saberes, experiências e valores de um grupo sejam transmitidos e atualizados por meio da linguagem falada. Como destaca Ferreira Netto (2021, p. 43), "a oralidade é o lugar onde a memória se atualiza, onde o passado é convocado para dar sentido ao presente".

Essa atualização não se dá de forma neutra ou objetiva. Ao contrário, a tradição oral é marcada por afetos, seleções e silêncios que revelam tanto o que é lembrado quanto o que é esquecido. Halbwachs reconhece que a memória coletiva é seletiva e orientada pelas necessi-

dades do presente, sendo “uma reconstrução que obedece às exigências dos quadros sociais nos quais o indivíduo está inserido” (Halbwachs, 2003, p. 78). Ferreira Netto aprofunda essa ideia ao afirmar que “a tradição oral não apenas preserva o passado, mas o reinscreve continuamente, em função das demandas identitárias e culturais do grupo” (Ferreira Netto, 2021, p. 45).

No contexto do Sítio do Físico, essa abordagem permite compreender como as narrativas orais dos moradores e frequentadores não apenas registram eventos, mas constroem sentidos de pertencimento e identidade. A memória coletiva, mediada pela oralidade, transforma o espaço físico em lugar simbólico, carregado de significados que ultrapassam a materialidade. Como observa Halbwachs (2003, p. 109), “os lugares são suportes da memória, pois é neles que os grupos inscrevem suas lembranças e reafirmam sua identidade”.

A escuta dessas narrativas, portanto, não é apenas uma técnica de coleta de dados, mas um gesto epistemológico e político. Escutar é reconhecer o outro como sujeito de memória, é validar suas experiências como fontes legítimas de conhecimento. A tradição oral, nesse sentido, desafia os limites da historiografia tradicional, ao incorporar vozes que foram historicamente silenciadas. Como afirma Ferreira Netto (2021, p. 50), “a memória oral é um campo de disputa de sentidos, onde se constroem narrativas que resistem ao esquecimento e à invisibilidade”.

Ao articular os conceitos de Halbwachs (2003) com a escuta oral, este estudo propõe uma perspectiva que reconhece a memória tanto como estrutura narrativa quanto como prática social. No caso do Sítio do Físico, os relatos compartilhados revelam não apenas os acontecimentos vividos, mas também os modos pelos quais os sujeitos se identificam e se projetam no espaço. Nesse cenário, a tradição oral ultrapassa o status de técnica metodoló-

gica, constituindo-se como uma expressão de existência, resistência e pertencimento.

2.2 O Sítio do Físico como lugar de memória e identidade

Entender o espaço como uma categoria social e histórica é fundamental para examinar territórios que se configuram como lugares de memória e identidade. Milton Santos (2006) argumenta que o espaço não deve ser concebido apenas como um cenário físico, mas como um sistema composto por objetos e ações interligados, fruto da intervenção humana sobre o território. Segundo o autor, "o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima" (Santos, 2006, p. 38), o que exige reconhecer que os sentidos atribuídos aos lugares emergem das práticas sociais que ali se desenvolvem.

Nesse sentido, o espaço urbano é atravessado por múltiplas camadas de significação, que se atualizam por meio das experiências cotidianas, das relações afetivas e das narrativas que os sujeitos constroem sobre ele. A memória, como destaca Halbwachs (2003), é sempre coletiva, pois se estrutura nos grupos sociais e nos quadros simbólicos que organizam o pensamento. A identidade, por sua vez, é construída na relação entre o sujeito e o território, sendo marcada por vínculos afetivos, culturais e históricos. Como afirma Stuart Hall (2006), a identidade é um processo de construção simbólica, que se dá na articulação entre o passado e o presente, entre a memória e a experiência.

No âmago da paisagem maranhense, onde o rio Bacanga traça seus contornos sinuosos, ergue-se o Sítio do Físico: um antigo complexo fabril em ruínas, cuja fundação remonta ao final do século XVIII. Entre a quietude das estruturas que testemunham o tempo, repousa uma narrativa que atravessa gerações e se inscreve na memória coletiva como símbolo de resistência, identidade e transformação.

Localizado na Ilha de São Luís, capital do estado do Maranhão, o Sítio do Físico estende suas ruínas dentro da área de influência direta do Parque Estadual do Bacanga. Encravado no território urbano conhecido como Polo Coroadinho, o Sítio encontra-se em uma zona densamente ocupada, marcada por forte pressão demográfica e por desafios socioambientais que moldam sua paisagem.

A localização estratégica do Sítio do Físico, entre o rio Bacanga e o núcleo urbano do Coroadinho, configura-o como espaço de interface entre natureza e cidade, entre memória e contemporaneidade. Essa configuração territorial é fundamental para entender tanto os desafios quanto as possibilidades de sua preservação, além de evidenciar sua relevância na formação da identidade coletiva dos habitantes da região.

A presença de grupos que utilizam o espaço para atividades culturais, educativas e ambientais reforça sua função como território de identidade. A memória do lugar é atualizada constantemente por meio das experiências vividas, das histórias contadas e dos vínculos afetivos estabelecidos com o território. Para Ricoeur (2007), a memória é uma reconstrução marcada por rastros, afetos e imagens que se atualizam na narrativa. O Sítio do Físico, nesse sentido, é um território de rastros, onde as marcas do passado são convocadas para dar sentido ao presente e projetar possibilidades para o futuro.

Faracco e Dorsa (2011) destacam que os espaços capazes de evocar memórias coletivas desempenham papel fundamental na consolidação do sentimento de pertencimento e na garantia de continuidade temporal dos sujeitos. Essa dimensão identitária é intensificada pela relação intergeracional entre os frequentadores, pela circulação oral de narrativas que preservam experiências passadas e pela valorização dos elementos naturais e culturais que estruturam o território.

3 RAÍZES DE UM TERRITÓRIO ENTRE CIÊNCIA, RUÍNAS E MEMÓRIA

A história do Sítio do Físico começa no final do século XVIII, em um tempo em que a cidade de São Luís enfrentava epidemias e carecia de infraestrutura sanitária. Foi nesse contexto que o português Antônio José da Silva Pereira chegou ao Maranhão, nomeado pelo decreto de 5 de dezembro de 1798 como físico-mór da capitania (Marques, 1970). O título, concedido pela Coroa portuguesa, o habilitava a zelar pela saúde das tropas e pela higiene dos hospitais militares, especialmente durante o surto de varíola que assolou a região entre 1796 e 1802 (Moraes, 1980).

Antônio José não era apenas um médico. Era um homem de saberes múltiplos, descrito por Marques (1970) como ativo, laborioso e empreendedor. Sua atuação extrapolava os limites da medicina e alcançava os domínios da indústria, da organização territorial e da experimentação técnica. Foi ele quem idealizou e fundou o Sítio do Físico, também chamado de Complexo Industrial Santo Antônio das Alegrias, voltado à produção de couro, arroz, cera e cal. Segundo Mello Neto e Mello (1976), entre 1804 e 1808, Antônio José obteve um empréstimo para construir fábricas e estabelecimentos úteis, consolidando o Sítio como polo produtivo.

Durante sua gestão, o Sítio produziu principalmente couro, abastecido por criações de gado oriundas da região do Mearim. As fazendas que sustentavam essa produção pertenciam ao próprio físico-mór e à família de Rosa, sua esposa (Brandão, 2017). Paralelamente aos registros históricos, a tradição oral preservada pelos moradores do local reforça e amplia essa narrativa, atribuindo ao “físico” não apenas a fundação do Sítio, mas também uma relação íntima com a terra e com os saberes naturais. Conta-se, entre os moradores da região, que ele me-

dia o vento com um tubo de cobre e conversava com as árvores como quem dialoga com antigos companheiros.

Desde suas origens, o Sítio do Físico foi mais que um espaço de produção: foi território de experimentação, de diálogo entre ciência e natureza, e de articulação entre saber técnico e conhecimento popular. Após o período de Antônio José da Silva Pereira, o Complexo passou por diversas mãos, mantendo o ciclo produtivo. Em 1847, João Antônio da Costa Rodrigues assumiu o Sítio, seguido por outros proprietários, entre eles Joaquim Felício Cavalcanti Silva, figura que, embora menos documentada nos registros oficiais, permanece viva na memória oral da comunidade.

Joaquim nasceu em Parnaíba, Piauí, em 1902, e faleceu em São Luís em 1975. Casado com Olindina Gomes Silva, com quem teve sete filhos, deixou Parnaíba no final dos anos 1920 e migrou para Coelho Neto, Maranhão. Mais tarde, estabeleceu-se na zona rural de São Luís, onde adquiriu o Sítio do Físico. Ali, entre trilhas antigas e nascentes preservadas, Joaquim construiu não apenas uma propriedade, mas um modo de vida.

Segundo relatos de seu neto, Luiz Tadeu Nunes e Silva, Joaquim era sitiante e produtor rural. Plantava verduras e frutas que vendia na cidade, sustentando a família com trabalho honesto e dedicação à terra. Tinha apenas o ensino primário, mas nutria profundo apreço pela leitura e pela informação. Ouvia diariamente a programação da rádio Transamérica, e essa curiosidade intelectual o levou a escrever artigos para os jornais Pequeno e O Imparcial - uma prática rara para homens de sua geração e condição social.

A experiência e a vivência como homem da terra fizeram de Joaquim Felício um guardião silencioso da paisagem. Cultivar e cuidar tornaram-se, para ele, mais do que rotina: um propósito maior. Intuitivamente, iniciou o processo de conservação ambiental da área do Sítio do

Físico, muito antes que o discurso ecológico ganhasse força institucional. Enquanto ao primeiro proprietário do Sítio, o físico-mór Antônio José da Silva Pereira, foi conferido o poder simbólico de falar com o vento, a Joaquim coube a certeza de que dialogava com as plantas, as árvores e as flores. Fez da escuta da natureza o seu ofício e da preservação o seu legado.

Joaquim Felício Cavalcanti Silva compreendia, com a sabedoria dos que vivem em comunhão com o chão que pisam, que preservar as matas era garantir o futuro. Sua relação com o Sítio do Físico transcendia a posse da terra: era uma aliança com o tempo, com os ciclos da natureza e com a memória que brota do solo. Visionário em sua simplicidade, antecipou, com gestos cotidianos, a urgência de proteger o que ainda pulsa.

Sua contribuição para a história do Sítio é silenciosa, mas profunda. Não construiu fábricas nem recebeu títulos da Coroa, mas semeou permanência. Mesmo após a venda do território, no final da década de 1980, sua presença continua a habitar o lugar, como memória viva entre raízes, ruínas e descendentes que ainda cultivam o legado. Como relembra Luiz Tadeu, cada herdeiro permaneceu com cerca de 10 hectares ao redor do antigo complexo, onde repousam as ruínas. Netos e bisnetos ainda vivem nas imediações, cultivando a terra que lhes coube e, com seus modos de vida, preservando silenciosamente a memória de um homem que soube transformar espaço em legado - não apenas físico, mas afetivo, cultural e histórico. O Sítio do Físico, nesse sentido, é território onde as histórias de Joaquim Felício se entrelaçam com as raízes da terra e se perpetuam nas lembranças de seus herdeiros, que seguem cultivando memória, pertencimento e vida.

O Governo do Estado chegou a ter a posse do Sítio por um período, marcando uma época de abandono e depredação que se estendeu até o ano de 2002 (Brandão, 2017). Durante esse tempo, diversos projetos foram

elaborados para a área. Dentre as propostas, havia a intenção de transformá-lo em um parque botânico com um pequeno zoológico, ideia que, embora ambiciosa, ameaçava a integridade das ruínas e a memória construída sobre elas. Nenhum dos projetos foi concretizado, e o Sítio foi devolvido aos herdeiros de Joaquim Felício Cavalcanti Silva, restaurando o vínculo entre território e família.

No ano de 2003, Edimar Fernando Mendonça de Sousa adquiriu a área que hoje constitui o Sítio do Físico, tornando-se seu atual proprietário. A partir desse momento, ele e sua esposa, Maria de Lourdes Nery Mendonça de Sousa, deram início ao processo de transformação do antigo Sítio Santo Antônio das Alegrias em um museu de território: o Ecomuseu do Sítio do Físico. Conforme relata Nery Mendonça, essa iniciativa inaugura uma nova etapa na trajetória do lugar, pautada pela preservação da memória, pela valorização da paisagem e pelo engajamento comunitário como fundamentos de resistência e reexistência. Enquanto espaço dedicado à educação ambiental e ao diálogo entre passado e presente, o Ecomuseu reafirma o papel do Sítio como território de identidade e pertencimento.

3.1 O Sítio do Físico como Ecomuseu

Nenhum ecomuseu flutua no vazio. Ele exige chão, raízes, presença humana. Requer tempo vivido e território compartilhado. Surge da compreensão de que museu não é só construção, mas prolongamento da vida que o circunda. O ecomuseu, como destacam Rozentino e Valença (2019), é uma instituição enraizada em um lugar e sustentada por uma base social concreta, formada por dimensões inseparáveis: histórica, geográfica, social, cultural e ambiental.

Nesse sentido, o ecomuseu ultrapassa a função de conservar objetos materiais, dedicando-se à preservação de processos, relações, memórias e identidades. Trata-se de um museu concebido com e para a comunidade, no

qual o território deixa de ser mero pano de fundo para assumir o papel central na narrativa museológica. Conforme aponta Scheiner (1998), o museu de território fundamenta-se não no objeto, mas no espaço territorial delimitado, com suas dimensões ambientais, culturais e sociais. Nesse contexto, tudo é considerado patrimônio: o céu, o clima, a paisagem, a água, os saberes tradicionais e os gestos do cotidiano.

Inspirado pelas experiências francesas das décadas de 1960 e 1970, como o Ecomuseu da *Grande Marquèze Lande* e o projeto de *Le Creusot*, o ecomuseu rompe com o modelo museológico tradicional. Substituem-se os visitantes por habitantes, e os acervos distantes por narrativas vividas. Conforme observam Scheiner e Soares (2009), a essência do museu não está na exposição em si, mas na participação ativa dos sujeitos envolvidos.

Essa concepção amplia o entendimento de patrimônio, incorporando o intangível, o imaterial, o cotidiano. O ecomuseu articula lugar, tempo e objeto de forma dinâmica, como propõe Bellaigue (2009), os vestígios da história que materializam a memória, especialmente quando ela falha. O museu, nesse sentido, não é apenas passado: é presente e projeto de futuro.

A noção de território, como espaço carregado de historicidade, é central. Rozentino e Valença (2019) apontam que o território é uma formação social, uma construção histórica moldada por sujeitos que buscam afirmar seus interesses e identidades. Ele é espaço de disputas, de consensos ativos e passivos, de cristalizações e transformações. É onde se vivenciam costumes, crenças, valores e práticas, conformados por um éthos social dominante (Bourdieu, 1989). O tempo, por sua vez, não é linear nem homogêneo. Bourdieu (1989) nos lembra que o tempo é uma construção social, um patrimônio de saber acumulado pelas gerações. No ecomuseu, o tempo é múltiplo, reversível, contínuo ou descontínuo, uma ecologia de temporalidades que desafia a monocultu-

ra do progresso. Santos (2006) reforça que o tempo não pode ser dissociado do espaço e da matéria, são tramas entrelaçadas que constituem a experiência humana.

O ecomuseu configura-se também como um espaço de escuta ativa. A existência de uma comunidade pressupõe o diálogo constante. Conforme apontam Rozentino e Valença (2019), é o sentimento de comunidade que confere legitimidade ao ecomuseu — sentimento este que não se apresenta de forma uniforme ou imutável. Para que seja plenamente compreendido, é necessário considerar sua complexidade, escutando não apenas as lideranças, mas todos os indivíduos que integram o território.

O Ecomuseu Sítio do Físico é a materialização desses princípios. Idealizado pelos atuais proprietários, Edimar Fernando Mendonça e Nery Mendonça, o espaço foi convertido, de forma proativa e sem fins lucrativos, em um museu de território. Segundo Nery Mendonça (2025), a iniciativa surgiu do desejo de preservar a memória do lugar e promover ações educativas e culturais junto à comunidade. Em junho de 2006, foi criada a Associação de Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico, posteriormente transformada no Instituto Ecomuseu Sítio do Físico (IESF), formalizando a proposta museológica.

Em seu "fazer-se museu", o Ecomuseu Sítio do Físico busca a interação com a população das comunidades do Polo Coroadinho e a sintonia com demais instituições museais da cidade. Atua com pesquisa científica, minicursos, oficinas e uma gama variada de ações junto a esses públicos, com o objetivo de produzir e difundir conhecimentos não só na esfera local, mas também nos espaços acadêmicos, contribuindo para o desenvolvimento comunitário e a melhoria das condições de vida da população.

Em parceria com o Parque Estadual do Bacanga, onde está inserido, o Ecomuseu desenvolve ações sociais, ambientais e educativas que articulam o conhe-

cimento acadêmico ao saber popular na preservação do patrimônio. Como um museu a céu aberto, oferece aos visitantes a possibilidade de explorar as ruínas históricas e a natureza local, promovendo atividades sustentáveis e comunitárias, entre elas, trilhas ecológicas, plantio de mudas e passeios náuticos, que fortalecem o vínculo entre cultura e meio ambiente.

A transformação teve como foco tornar o Sítio acessível e compreensível para o público. Faixas informativas na entrada e agendamentos para visitas guiadas buscam controlar o fluxo de pessoas, garantir uma experiência de qualidade e divulgar a história do local e das ocupações humanas que ali passaram.

O Ecomuseu Sítio do Físico, portanto, é um organismo vivo. Um espaço de resistência, de educação, de luta e de afeto. Um lugar onde o passado é convocado para dar sentido ao presente, e onde o presente se transforma em projeto coletivo de futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sítio do Físico não é apenas um lugar. É um organismo vivo, tecido por vozes, gestos, ruínas e raízes. Ao longo deste estudo, compreendemos que sua memória não se limita aos registros oficiais, mas pulsa nas narrativas orais, nas práticas cotidianas e nos afetos que atravessam gerações. Escutar o Sítio do Físico é escutar a cidade, os corpos que resistem, os saberes que se recusam ao esquecimento.

A oralidade, nesse território, não é apenas método: é fundamento. Ela revela memórias subterrâneas, como define Pollak (1989), que escapam à historiografia tradicional e se inscrevem nos espaços vividos. A escuta das histórias de Nery Mendonça e de Luiz Tadeu, mostra que a memória é também ação: é gesto político, é construção de pertencimento.

O Ecomuseu Sítio do Físico, nesse contexto, emerge como resposta ética e estética à necessidade de preservar não apenas o patrimônio material, mas os vínculos simbólicos que sustentam a identidade coletiva. Ele é, como propõe Varine (2007), um museu feito por cidadãos, onde a comunidade não é público, mas protagonista. A experiência do Ecomuseu reafirma que o território é mais que chão: é narrativa, é tempo, é cultura.

Ao converter ruínas em espaços de encontro, o Ecomuseu assume o papel de lugar de escuta, educação, celebração e resistência. As trilhas ecológicas, os projetos pedagógicos e as iniciativas comunitárias representam manifestações tangíveis de uma museologia que se recusa ao confinamento das vitrines e se projeta para o mundo. Conforme destaca Ricoeur (2007), narrar é um ato de justiça em relação à memória. Nesse sentido, o Sítio do Físico configura-se, na atualidade, como um território de justiça simbólica.

Encerrar esta narrativa é, portanto, reconhecer que o Sítio do Físico não se encerra. Ele continua, em cada história contada, em cada gesto de preservação, em cada visitante que percorre suas ruínas e pergunta: "quem viveu aqui?". O Sítio do Físico é passado convocado, presente vivido e futuro possível. É lugar onde a memória se transforma em pertencimento, e o pertencimento se transforma em ação.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 14, n. 27, p. 6–16, jul./dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/23435. Acesso em: 03 nov. 2025.

BELLAIGUE, Mathilde. Memória, espaço, tempo, poder. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/78. Acesso em: 02 nov. 2025.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Laura Natasha. **Musealização da Arqueologia**: caminhos, trilhas e rumos do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FARACCO, Maria de Lourdes; DORSA, Luciana. A praça como espaço de memória e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 15, n. 28, p. 141– 148, jan./jun. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/issue/view/1152. Acesso em: 7 nov. 2025.

FERREIRA NETTO, João. Halbwachs entre a tradição oral e a história. In: FERREIRA NETTO, João. **Tradição oral e produção narrativa**. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 41–52.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Relatório de levantamento topográfico e geofísico do Sítio do Físico** – São Luís

– MA. São Luís: IPHAN, 2008. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 7 nov. 2025.

MARQUES, César. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. São Luís: Tipografia do Frias, 1970.

MELLO NETO, José Ribeiro; MELLO, José Ribeiro. **História da indústria maranhense**. São Luís: Gráfica Escolar, 1976.

MENDONÇA, Maria de Lourdes Nery. **Entrevista sobre a criação do Ecomuseu do Sítio do Físico**. Entrevista concedida a Selma Cavaignac. São Luís, 23 out. 2025.

MORAES, José de Ribamar. **Projeto de criação do Museu da Indústria do Maranhão**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1980.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: 02 nov. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3–15, 1992.Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 3 nov. 2025.

QUEVEDO, Gisele Dutra; SERRES, Juliane Conceição Primon. O papel da memória na história oral e na escuta de narrativas. **Revista Faces de Clio**, v. 9, n. 17, p. 351–361, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/40979. Acesso em: 03 nov. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROZENTINO, Gelsom; VALENÇA, Vivianne. Ecomuseu: reflexões sobre tempo, território e comunidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 30., 2019, Recife. **Anais**... Recife: ANPUH, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHEINER, Tânia. **Museu de território**: uma proposta museológica para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

SCHEINER, Tânia; SOARES, Maria Cristina. **Ecomuseu**: uma proposta de museu integral. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso; MAHFOUD, Marlene de Fáveri. Memória e história: entre o individual e o coletivo. **Revista Brasileira de História. São Paulo***, v. 31, nº 61, p. 341-344 - 2011.*Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/i/2011.v31n61/. Acesso em 01 nov. 2025.

SILVA, Luiz Tadeu Nunes e. **Entrevista sobre a trajetória de Joaquim Felício Cavalcante Silva e a história do Sítio Santo Antônio das Alegrias**. Entrevista concedida a Selma Cavaignac. São Luís, 03 nov. 2025.

SOARES, Bruno Cesar Dias. **Ações socioambientais de preservação ante a pressão urbana sobre o patrimônio paisagístico do Sítio do Físico**, São Luís-MA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

VARINE, Hugues de. **O território como laboratório: o ecomuseu como ferramenta de desenvolvimento local**. Lisboa: Museu Municipal de Coruche, 2007. Disponível em: https://museuscomunitarios.wordpress.com/wp- content/uploads/2014/01/o-museu-comunitc3a1rio-como-processo- continuado.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

6

CONFIGURAÇÃO DOCUMENTAL DA PÁGINA DO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO NA WIKIPÉDIA

Valdirene Pereira da Conceição[1]
Alany Estrela Silva[2]
Michelle Coelho Silva[3]
Noemi Melo França[4]

1 INTRODUÇÃO

A Wikipédia é uma enciclopédia online colaborativa que se distingue das demais enciclopédias por ter contribuição de pessoas que podem ou não serem especialistas no assunto abordado (Ferreira, 2013). Essa característica permite que usuários de diferentes partes do mundo contribuam ativamente na construção, revisão e edição de conteúdos, o que torna o ambiente colaborativo e dinâmico, ou seja, um espaço de reflexões, de interesses e de debates sociais.

Lançada em 15 de janeiro de 2001, a Wikipédia nasceu com o propósito de disponibilizar conhecimentos de forma gratuita e acessível a qualquer pessoa. Desde o seu início, adotou o modelo wiki, que possibilita a edição co-

[1] Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Padre Júlio Mesquita Filho, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFMA, valdirene.pc@ufma.br.

[2] Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão, alany.es@discente.ufma. br

[3] Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão, michelle.coelho@discente.ufma.br

[4] Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão, noemi.mf@discente.ufma.br

letiva e contínua dos textos. O termo wiki tem origem havaiana *(wiki-wiki)* e significa "rápido". A ideia principal do modelo wiki é que "[...] qualquer texto original possa ser alterado de modo que novos conhecimentos sejam incorporados aos já existentes [...]" (Schons, Couto e Molossi, 2007, p. 2). Esse formato permite a participação de usuários de diferentes níveis, independente de sua formação acadêmica, e das áreas de conhecimento na produção de conteúdos, o que favoreceu a rápida expansão da plataforma.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo geral descrever a Wikipédia, articulada à Wikidata, como ferramenta de preservação e difusão patrimonial do Ecomuseu Sítio do Físico e, como objetivos específicos, busca- se: i. apresentar uma análise bibliográfica acerca da Wikipédia como fonte de informação e ambiente de colaboração na produção do conhecimento; ii. discutir a Wikipédia como repositório da memória e da história museológica; iii. apresentar meios de preservação da memória e história do Ecomuseu Sítio do Físico por meio da Wikipédia. Dessa forma, busca evidenciar o potencial desta plataforma como ferramenta estratégica de pesquisa e de preservação da memória patrimonial, ao passo que amplia a visibilidade dos bens culturais.

Para a compreensão e alcance dos objetivos delineados, esta pesquisa utiliza metodologia qualitativa, de caráter exploratório, tendo como ponto de partida a pesquisa bibliográfica acerca da Wikipédia como repositório da memória. Considera-se, nesse processo, o papel dos metadados indexados, da estruturação da informação e da interligação de conteúdos, elementos que possibilitam a salvaguarda e a difusão do patrimônio cultural. Paralelamente, realiza-se uma pesquisa documental sobre a história e as atribuições, bem como o potencial socioambiental, cultural e arqueológico do Ecomuseu Sítio do Físico.

2 DESVELANDO A WIKIPÉDIA E A SEGURANÇA DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA NA PLATAFORMA

A Wikipédia, por ser uma plataforma de conhecimento livre e flexível, vem ganhando espaço e aumentando o número de colaboradores ao redor do mundo. Nesse sentido, a expressiva quantidade de usuários que participam voluntariamente, seja como editor, revisor ou demais funções, tem contribuído positivamente para a atualização rápida e constante das informações contidas nos artigos da enciclopédia online (Ferreira, 2013). Contudo, para que um indivíduo venha a editar um artigo na Wikipédia é preciso mais do que informações do senso comum, é necessária a comprovação das informações através de provas, fatos verificáveis, sustentados por fontes confiáveis e baseados em dados comprovados (Wiki, 2025).

Essa exigência de comprovação tornou-se mais rigorosa ao longo do tempo, especialmente após episódios recorrentes de vandalismo e de uso inadequado da plataforma, os quais afetaram, em determinados momentos, a credibilidade da enciclopédia, justamente por seu princípio inicial de que "todos podiam editar". Conforme aponta Campos (2008, p. 9):

> A partir da necessidade imposta pelos recorrentes ataques ao conteúdo e integridade das informações contidas nos artigos, a Wikipédia com o passar dos anos esquematizou mecanismos e hierarquias na tentativa de controlar, ou pelo menos minimizar as ações indevidas, são exemplos a criação dos chamados artigos restritos e a do status de administrador dentro do ambiente.

Apesar dos constantes monitoramentos e atualizações das informações, no meio acadêmico, a Wikipédia ainda é vista, por muitos, como uma "[...] fonte de informação inadequada." (Kern, 2018, p. 121). Tal percepção está relacionada, sobretudo, à sua natureza colaborativa e à ausência de autoria individual explícita. Contudo, pouco a pouco ela vem consolidando sua credibilidade no

âmbito científico. Conforme afirma Kern (2018, p. 123) a Wikipédia vem ganhando força e sendo

> [...] citada cada vez mais em fóruns científicos de alto impacto, altamente exigentes. A Wikipédia é fonte de informação de referência em artigos científicos, tanto em geral quanto em bases de dados consideradas "de elite" como Web of Science (WoS) e Scopus [...].

Mais do que uma fonte de informação, a Wikipédia vem se mostrando uma potente fonte para a preservação da memória, pois ela registra, organiza e disponibiliza informações sobre fatos históricos, personagens, culturas e acontecimentos que ocorreram em épocas distintas. Por meio do trabalho coletivo, a plataforma contribui para a salvaguarda de narrativas que poderiam ser esquecidas ou silenciadas ao longo do tempo. Assim, ela amplia as possibilidades de acesso ao passado por diferentes gerações.

Desde seus primeiros meses, a Wikipédia apresentou um crescimento acelerado. Ainda em 2001, novas versões passaram a existir em diversos idiomas, destacando o sucesso global do projeto. A Wikipédia em língua portuguesa foi lançada em junho de 2001 e, assim como outras versões, contou com a participação de voluntários interessados em compartilhar conhecimentos em sua língua materna.

A Wikimedia Brasil, anteriormente denominada de Wiki Movimento Brasil, fundada em 2013, destaca-se como uma associação brasileira sem fins lucrativos afiliada à Fundação Wikimedia, que tem como objetivo "[...] ampliaí, qualificaí e diveísificaí o conteúdo e a comunidade nos píojetos da Wikimedia, em especial a Wikipédia (Wikimedia Bíasil, [2023]). Como iniciativas de conhecimento livíe, a Wikimedia Bíasil adota quatío eixos: Comunidade, Educação, GLAM e ľecnologia, como píojetos integíados voltados paía a democíatização do conhecimento na *w*eb.

Diante do exposto, podem-se citar os dois concursos fotográficos que acontecem anualmente: *Wiki Loves Monuments e Wiki Loves Earth*, que "[...] visam à documentação de patrimônios históricos e naturais [...]"(Valle; Pimenta, 2019, p.48), onde o acervo produzido fica disponível

> [...] no Wikimedia Commons (diretório de mídias livres) e pode ser utilizado para melhorias de verbetes existentes ou criação de novas páginas na Wikipédia e como complemento visual e informativo de outros projetos colaborativos tal qual Wikivoyage (guia de viagem) ou Wikispecies (diretório de espécies de fauna e flora). (Valle; Pimenta, 2019, p. 48)

Esse acervo é riquíssimo, pois apresenta um pouco da cultura de diferentes lugares, garantindo a preservação da memória em meio digital. Nesse contexto, esses píojetos configuíam iniciativas paía o desenvolvimento de ações do píofissional da infoímação, especialmente o bibliotecáiio, voltadas paía a oíganização e disponibilização de conteúdo no ambiente digital, assim como paía o engajamento dos usuáiios.

Essas ações são impulsionadas pela facilidade de edição das páginas, que anteriormente não exigiam conhecimentos técnicos avançados, e pela filosofia de que qualquer pessoa poderia contribuir, desde que respeitasse as normas estabelecidas pela comunidade. Como afirma Bordignon (2006, p. 3, tradução das autoras):

> A comunidade de usuários conseguiu criar um espaço em que se pode extrair e ingressar conhecimento, o qual provavelmente será expandido ou corrigido por outros pares de forma livre. O produto criado é um exemplo de uma tal dimensão onde se observa como tem êxito um modelo de produção colaborativa de bens de caráter intelectual (...). As pessoas que contribuem com a Wikipédia estão motivadas por seus interesses por compartilhar seus conhecimentos com todos os habitantes do planeta.

O desenvolvimento da Wikipédia foi sustentado por cinco princípios fundamentais que orientam a produção

de seus conteúdos. São eles: 1) A Wikipédia é uma enciclopédia livre; 2) A Wikipédia rege-se pela imparcialidade;

3) A Wikipédia é uma enciclopédia de conteúdo livre; 4) A Wikipédia possui normas de conduta e, 5) A Wikipédia não possui regras fixas. Dentre os pilares, destaca-se o princípio da imparcialidade, os critérios de notoriedade e o uso de fontes confiáveis, definidos por Padilha et al. (2010, p. 3) como:

> [...]O primeiro segue os preceitos do jornalismo tradicional, onde fica determinado que todo o conteúdo publicado deve ser livre de opiniões próprias, que acrescentem qualquer tipo de viés. Os critérios de notoriedade determinam o que pode e o que não pode ser veiculado no site além de reger 'os parâmetros de relevância na enciclopèdia, que basicamente definem aquilo que pode ou não ser publicado na Wikipédia.[...] A terceira regra determina que todo o conteúdo deve ser baseado em fontes que sirvam para checar a informação.

Esses princípios foram estabelecidos como forma de enfrentar críticas relacionadas à confiabilidade dos textos, uma vez que o acesso livre à edição levantava questionamentos sobre a qualidade e a precisão das informações publicadas. Para lidar com essas questões, a comunidade de editores passou a criar normas internas, políticas de conduta e mecanismos de controle, como o histórico de edições e a possibilidade de reversão de alterações inadequadas.

Atualmente, a Wikipédia disponibiliza materiais que introduzem ao universo Wikimedia e aos projetos da comunidade, "[...] além de instruções gerais sobre como editar a Wikipédia, o Wikimedia Commons e o Wikidata" (Wikimedia Brasil, 2014).

A Wikipédia também disponibiliza diretrizes para: a) Como editar na Wikipédia e informações básicas, b) Tutoriais para iniciantes, c) Ferramenta de tradução de páginas, d) Os cinco pilares da Wikipédia, e) Como escrever um bom artigo, f) Guia de edição: categorias, g) Livro de

estilo, h) Pesquisar categorias, i) Árvore de categorias, j) Política de eliminação de páginas, k) Pesquisa de hashtags, l) Verbetes que carecem de fontes. O que torna o ambiente mais amigável e assegura a credibilidade das informações e do conhecimento disponibilizado na plataforma.

Nesse contexto, a atuação colaborativa na Wikipédia favorece a atualização constante dos conteúdos e também a organização estruturada da informação, aspecto fundamental para a preservação da memória em ambientes digitais. A articulação da Wikipédia com outros projetos do ecossistema Wikimedia, potencializa esse processo ao permitir o registro de dados estruturados, interoperáveis e reutilizáveis, ampliando a visibilidade e a recuperação da informação em diferentes plataformas.

3 WIKIPÉDIA COMO LOCUS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO

O Ecomuseu Sítio do Físico é um espaço museológico que possui um acervo diversificado, de natureza arqueológica e cultural, localizado no bairro Coroadinho, em São Luís - Maranhão, que abriga coleções sob a guarda do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, anteriormente denominado de Associação Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico, criado em 24 de junho de 2006 (Bandeira, 2020).

Criado a partir da iniciativa de colaboradores, parceiros e proprietários da área na qual o museu está localizado (sendo os últimos proprietários, o Senhor Fernando Mendonça e a Senhora Nery Mendonça), o Ecomuseu Sítio do Físico desenvolve projetos e ações de cunho cultural, histórico, educacional e socioambiental.

Nas dependências do Ecomuseu Sítio do Físico, outrora, residia o Complexo Industrial Santo Antônio das Alegrias, de propriedade do físico-mor Antônio José da Silva Pereira (Rodrigues, 2024). Vale destacar que o complexo industrial exerceu relevante papel econômico nos

séculos XIX e XX, em razão da fertilidade da área. Entretanto, seu processo de declínio e depredação intensificou-se após a posse pelo Governo do Estado do Maranhão, entre os anos de 1976 e 1996. Em 2003, a área foi adquirida pelo atual proprietário, momento em que se oficializou a denominação Ecomuseu Sítio do Físico, inaugurando uma nova fase voltada à preservação do patrimônio histórico e cultural (Soares, 2020; Rodrigues, 2024).

O Ecomuseu Sítio do Físico é reconhecido como patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o registro n° 484, de 29 de Janeiro de 1981. Em sua página na Wikipédia[5], constam informações na área de Artigo, relacionadas à origem, localização, referências e categorias temáticas, conforme a figura 1:

Figura 1 - Página na Wikipédia: Sítio do Físico



Fonte: As autoras, 2025.

Excluindo as ligações comuns à maioria das páginas (como coordenadas geográficas, localização, referências, entre outras), entre os links de ligação internos, ou *interlinks*, a página artigo possui 11 Links funcionais, identificados pela cor azul e 2 links não funcionais, identificados

pela cor vermelha. Com relação, à links externos, a página possui apenas 2, identificados pela cor azul e sinalizados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Descrição dos links

links internos	links externos	links quebrados
São Luís	«São Luís – Sítio do Físico - infopatrimônio»	Igarapé do Coelho
Parque Estadual do Bacanga	Cópia arquivada em 22 de janeiro de 2018	Capitania Geral do Maranhão
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	-	-
rio Bacanga	-	-

[5] pt.wikipedia.org/wiki/Sítio_do_Físico

período pombalino	-	-
Cidade de São Luís	-	-
Construções de São Luís (Maranhão)	-	-
História de São Luís (Maranhão)	-	-
Atrações históricas de São Luís (Maranhão)	-	-
Patrimônio tombado pelo IPHAN no Maranhão	-	-
Patrimônio histórico do Maranhão	-	-

Fonte: As autoras, 2025.

Os *interlinks*, ou ligações internas são, de acordo com a própria wikidata (2025, tradução nossa) " [...] a marcação de uma palavra ou conjunto de palavras de forma a que, com um clique, se aceda imediatamente ao verbete correspondente dentro da própria Wikipédia. Difere-se, assim, da ligação externa". Já acerca dos links externos ou hiperlinks, a Wikipédia (2025, tradução nossa) os conceitua como

> [...] aquelas que possibilitam um aprofundamento do tópico do artigo, desde que a informação seja fiável e precisa e não possa ser acrescentada ao artigo por razões de violação de direitos de autor, de quantidade de detalhe, ou por conterem outro tipo de conteúdo relevante que não seja possível inserir no artigo por outras razões que não a sua fiabilidade.

Sobre as categorias temáticas ou conceituais e árvores de categorias, elas servem para agrupar páginas acerca de assuntos semelhantes e, ajudam os leitores a encontrar e navegar por áreas temáticas, como a navegação por títulos e ligações entre artigos. A exemplo, podemos citar a remissiva "Parque Estadual do Bacanga", disponível na área de localização da página Wiki do Ecomuseu Sítio do Físico, que leva à própria página Wiki do Parque.

Nesse contexto, a análise da estrutura informacional da página na Wikipédia, especialmente dos links internos, externos e das categorias temáticas, permite compreender como o verbete contribui para a organização, a contextualização e a difusão da memória e do patrimônio cultural associados ao Ecomuseu Sítio do Físico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura revela que a Wikipédia é uma plataforma de democratização, preservação e acesso à informação e ao conhecimento que vem crescendo devido às suas inúmeras funções, estruturas e normas bem definidas. Sobre os aspectos relacionados à informações acerca do Ecomuseu Sítio do Físico, ela ainda é insuficiente, pois possui apenas dados sobre fragmentos da história, especificamente sobre a localização, tombamento e criação, além de uma imagem das Ruínas do Mamão sem descrição.

Desse modo, é necessário atualizar e corrigir informações na página da Wikipédia sobre o Ecomuseu Sítio do Físico, para que ela se configure como uma platafor-

ma que efetivamente dê visibilidade ao patrimônio e seu entorno. O conhecimento não pode ser perdido, e a plataforma apresenta-se como uma alternativa para a salvaguarda e difusão da informação.

A análise documental da página da Wikipédia do Ecomuseu Sítio do Físico revelou que ela contém documentos normativos da Wiki Foundation com as diretrizes de funcionamento da própria plataforma. A organização e a disponibilização de dados são descritas em forma de categorias temáticas ligadas à história, à localização e à referência. A partir do momento em que a Wikipédia disponibiliza as informações, ela se torna uma guardiã da história, da sustentabilidade e do conhecimento, pois funciona como fonte de informação sobre o Ecomuseu.

O Ecomuseu Sítio do Físico é compreendido como território que abriga um patrimônio ligado diretamente à identidade, à memória e à história do seu entorno. Em linhas gerais, abriga um acervo vasto e multidisciplinar, sendo território do patrimônio histórico, cultural e ambiental. A Wikipédia, enquanto plataforma colaborativa e de acesso livre ao conhecimento, possui uma indiscutível conexão com a Ciência da Informação em termos de preservação, organização da informação e democratização do conhecimento.

A Wikipédia apresenta-se como uma alternativa de preservação do patrimônio do Ecomuseu Sítio do Físico, diante da urgência social de combate à fragilidade no tocante ao acesso à informação e conhecimento sobre o Ecomuseu como território que mantém relação direta com o patrimônio ambiental, arquitetônico, arqueológico e histórico. Em termos de relevância social e acadêmica, a Wikipédia é uma ferramenta que se alinha ao ensino, à pesquisa e à extensão.

5 CONCLUSÃO

Este estudo exploratório teve como objetivo refletir e descrever a estrutura e o funcionamento da Wikipédia enquanto plataforma colaborativa de preservação da produção do conhecimento e de acesso livre, destacando seu potencial para a salvaguarda do patrimônio cultural do Ecomuseu Sítio do Físico.

Parte-se da premissa de que a inserção qualificada de dados e a criação e ampliação de verbetes podem fortalecer a Wikipédia como instrumento de preservação e democratização do conhecimento e do patrimônio, tanto material quanto imaterial. No entanto, observou-se a existência de lacunas significativas na página dedicada ao Ecomuseu, as quais dificultam o acesso efetivo às informações sobre seu acervo, sua história e suas ações socioculturais.

A Wikipédia apresenta inúmeras possibilidades de uso como objeto de pesquisa, ensino e extensão, especialmente no âmbito acadêmico e em instituições de memória, ao permitir a articulação entre produção colaborativa, difusão do conhecimento e participação social. Como contribuição metodológica, este estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental, aliada à navegação e exploração da própria ferramenta wiki, considerando elementos estruturais como categorias, histórico de edições e páginas de discussão, que se configuram como potenciais objetos para investigações futuras.

Além disso, a lógica wiki possibilita a sistematização de estratégias e conhecimentos culturalmente situados, valorizando saberes locais e práticas de memória coletiva, incluindo a oralidade, o uso consciente das tecnologias digitais e a revitalização de centros culturais e museus de território. Nesse sentido, a Wikipédia contribui para a preservação do patrimônio por se constituir como uma tecnologia de registro, organização e difusão do conheci-

mento, ampliando sua visibilidade, acessibilidade e permanência no espaço digital.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, A. M. A política institucional da Universidade Federal do Maranhão para a salvaguarda das coleções arqueológicas: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 147–171, 2020. DOI: https://doi.org/10.24885/sab.v33i3.832. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/832. Acesso em: 10 dez. 2025.

BORDIGNON, F. R. A. Wikis: Hacía un modelo comunitario de preservación y socialización del conocimiento. **Simbiosis**: Revista Eletrónica de Ciencias de la Información. University of Puerto Rico, [2006]. 6 p. Disponível em:<http://eprints.rclis.org/archive/00009612/01/Wikis-y-bibliotecas-v5- final.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

CAMPOS, A. de. A enciclopédia (semi)livre: conflitos, relações hierárquicas e a reconfiguração dos processos na Wikipédia. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 9., 2008, Guarapuava. **Anais** [...]. Guarapuava: Intercom. 2008. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0746-1.pdf. Acesso em: 14 dez. 2025.

FERREIRA, A. C. F. Discursos sobre cidades na enciclopédia "tradicional", na Wikipédia e na Desciclopédia: percursos de sujeitos, saberes e línguas. *In.* DIAS, Cristiane (org.). **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital**. São Paulo: Campinas: LABEURB, 2013. v. 2. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/index.php. Acesso em: 12 dez. 2025.

KERN, V. M. A Wikipédia como fonte de informação de referência: avaliação e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 23, n.1, p.120- 143, jan./

mar. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/3224. Acesso em: 10 dez. 2025.

PADILHA, I. M. C. et al. A democratização da divulgação científica através do Wikipédia. In: **XXI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE.** 2019. p. 10. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-1218-1.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

RODRIGUES, M. E. P. **Ecomuseu enquanto espaço de valorização do Patrimônio Cultural. 2024**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/5487/2/MIRLANA_EMANUELE_PO RTILHO_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

SCHONS, C. H.; COUTO, F. C. da S.; MOLOSSI. S. O uso de wikis na gestão do conhecimento em organizações. Biblios: Revista de Bibliotecologia y Ciencias de la Información, Perú, v. 8, n. 27, jan./mar. 2007. Disponível em: https://share.google/uI6j4JHNn4SdiwS8y. Acesso em: 15 dez. 2025.

SOARES, B. Ações Socioambientais de Preservação ante a Pressão Urbana sobre o Patrimônio Paisagístico do Sítio do Físico, São Luís – MA. 2020. 99f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62510. Acesso em: 11 dez. 2025.

SILVA, M. M. da S. **O discurso de verdade na Wikipédia como ferramenta de comunicação e marketing**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação-Habilitação em Publicidade e Propaganda)-Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VALLE, F. do; PIMENTA, R. M. A viagem idealizada pela visibilidade informacional: Wikipédia e memória pública. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, v. 9, p. 47-61, mar. 2019. Disponível em: https://ufal.emnuvens.com.br/ritur/article/view/7090. Acesso em: 14 dez. 2025.

WIKIMEDIA BRASIL. Brochuras. **Wikimedia Brasil**. Disponível em: https://br.wikimedia.org/wiki/Brochuras. Acesso em: 10 dez. 2025.

WIKIMEDIA BRASIL. Página principal. **Wikimedia Brasil**. Disponível em: https://br.wikimedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 10 dez. 2025.

WIKIPÉDIA. Wikipedia: External links. **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:External_links. Acesso em: 11 dez. 2025.

WIKIPÉDIA. Help: Interlanguage links. **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Help:Interlanguage_links. Acesso em: 10 dez. 2025.

7

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Valdirene Pereira da Conceição[1]
Carlos Eduardo Santos da Silva[2]
Cássia Raquel Martins dos Passos[3]
Isabela do Nascimento Silva[4]
Laryssa Maria Pestana Cerveira[5]

1 INTRODUÇÃO

A comunicação e a preservação do conhecimento em um contexto cada vez mais digital são atividades vitais para a organização e disseminação da informação e do saber humano. No contexto da Nova Museologia (concebida como oposição aos museus tradicionais, propõe que essas instituições sirvam a toda a sociedade promovendo a cultura e a participação de toda a comunidade), o Ecomuseu Sítio do Físico, localizado em São Luís do Maranhão, rompe a noção tradicional de museu, atuando como um Museu do Território que abrange não apenas o

[1] Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós-Graduação-PROGCIN/UFMA, valdirene.pc@ufma.br

[2] Graduando em Biblioteconomia - UFMA, carlos.eduardo2@discente.ufma.br

[3] Graduanda em Biblioteconomia - UFMA, raquel.cassia@discente.ufma.br

[4] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PROGCIN - UFMA.

[5] Graduanda em Biblioteconomia - UFMA,laryssa.cerveira@discente.ufma.br

acervo físico convencional mas todo o patrimônio histórico, arqueológico, social e cultural do seu entorno.

O Ecomuseu Sítio do Físico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possui um valor histórico e cultural inestimável, sendo um dos primeiros pontos industriais do Brasil e custodiando importantes coleções arqueológicas (Bandeira, 2017). A gestão desse patrimônio, que inclui a produção científica, educacional e comunitária, exige uma infraestrutura técnica e tecnológica robusta que garanta a preservação digital, o acesso aberto, a interoperabilidade, bem como democratização da informação e conhecimento.

A implementação de sistemas de informação ou repositório como ferramenta de integração de dados e informações sobre o patrimônio, em nível local e/ou nacional, promovendo o acesso à memória, à construção da identidade regional e a valorização e preservação das coleções, é fundamental.

Inspirada nas boas práticas do uso de Repositórios Institucionais (RIs) em diversas instituições museais, esta proposta visa a criação de um Repositório Institucional para o Ecomuseu Sítio do Físico (RI/EMSF), com o objetivo de reunir/centralizar, preservar e dar visibilidade ao acervo digital e à produção intelectual e territorial do Ecomuseu, promovendo a ciência aberta e o engajamento comunitário, bem como oferecer aos pesquisadores meios dinâmicos para o intercâmbio de dados e informações.

Com a implementação do RI/EMSF da produção técnica científica acerca do Polo Coroadinho, Bacia do Bacanga e Ecomuseu, objetiva-se também fortalecer as ações educativas das comunidades e apoiar o ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Maranhão, tanto na Graduação, quanto na Pós-Graduação. Por meio da implementação do Repositório da produção técnica e científica, por exemplo, se oportuniza aos alunos, a

aplicação da teoria na tomada de decisão, planejamento, implementação, manutenção e avaliação do repositório, bem como no fortalecimento do vínculo social da universidade com a comunidade e na democratização do conhecimento de forma colaborativa.

2 ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO COMO LOCUS DE MEMÓRIA SOCIAL E CULTURAL

O Ecomuseu Sítio do Físico, se configura como um espaço rico, diverso e singular, onde se tem o encontro do patrimônio cultural, memória, social e identidade coletiva, carregando consigo a sua relevância no campo da museologia social voltada para a preservação e à gestão de acervos. Inserido na região Itaqui-Bacanga, o Ecomuseu Sítio do Físico abriga vestígios arqueológicos, ruínas de um antigo complexo industrial que tem como origem os tempos coloniais e áreas que trazem consigo um significativo valor ambiental, compondo um território marcado por múltiplas temporalidades históricas.

Historicamente, o Ecomuseu do Sítio do Físico apresenta significativas evidências de ocupações humanas sucessivas, desde os períodos pré-coloniais, identificados por meio de sambaquis e materiais arqueológicos, até fases posteriores relacionadas à instalação de estruturas produtivas coloniais Ver citação (Moraes, 2024). Tais vestígios materiais, ao serem integrados às ações do Ecomuseu, ultrapassam o valor estritamente científico ou meramente monumental, passando assim, a ser compreendidos como referências simbólicas da memória coletiva.

A construção e o agir do Ecomuseu Sítio do Físico está diretamente associado à iniciativa comunitária e ao engajamento social de seus idealizadores, onde os mesmos estruturam ações que são voltadas à proteção do patrimônio cultural e natural da área. Conforme descrito por Rodrigues (2024, p. 79)

> [...] a instituição conta com um corpo diretivo e membros responsáveis por diferentes áreas, eleitos pelos associados por meio de voto direto. Além dos membros internos, a instituição envolve colaboradores voluntários, incluindo instituições educacionais e acadêmicos voluntários que auxiliam no desenvolvimento e implementação de atividades de educação ambiental e patrimonial.

Essa característica plural reforça ainda mais uma concepção ampliada de museu, ao compreender o mesmo como um processo social contínuo e não apenas como uma instituição formal. O território, nessa perspectiva, assume a condição de documento vivo e a memória passa a ser construída de forma compartilhada, incorporando consigo, os saberes locais, narrativas orais e práticas culturais que foram e são historicamente marginalizadas pelos modelos tradicionais de museu enquanto instituição de resguardo de artigos históricos.

No que diz respeito às ações desenvolvidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico, elas evidenciam o seu papel central como uma ferramenta de preservação da memória local e cultural. Nesse contexto, se destacam as atividades de educação patrimonial e ambiental, oficinas comunitárias, visitas mediadas, trilhas interpretativas pelas ruínas e áreas naturais, bem como a atuação junto às escolas da região e as universidades. Essas iniciativas favorecem a aproximação da comunidade para com em relação ao patrimônio, o que estimula o sentimento de pertencimento e a compreensão do território como uma extensão de sua própria história, onde a memória deixa de ser abstrato e passa a ser experienciadas de forma mais concreta, por meio da interação com os bens culturais e com as narrativas que os envolvem.

No que se refere à gestão do acervo, o Ecomuseu Sítio do Físico desempenha papel estratégico na salvaguarda das coleções arqueológicas que estão sob a sua responsabilidade. Estudos sobre a gestão das coleções do Ecomuseu, destacam que

> O acervo do Ecomuseu Sítio do Físico é composto por coleções arqueológicas oriundas de pesquisas científicas e doações de materiais arqueológicos provenientes de distintas regiões do Maranhão. Para tratar adequadamente as coleções sob a sua guarda, o Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico criou a Casa da Memória, constituída por um laboratório de pesquisa e uma reserva técnica para acondicionamento e armazenamento do acervo. (Bandeira, 2017, p. 139)

Pesquisas no campo da Museologia e da Ciência da Informação indicam que a documentação sistemática de acervo, quando associada a práticas de gestão e ao uso de sistemas informatizados, constituem um eixo estruturante para a preservação da memória e para a ampliação do acesso social à informação, ao garantir tanto a salvaguarda dos bens documentais quanto a organização e a comunicação do conhecimento produzido pelas instituições da memória, ele fortalece a preservação (Britto, 2018; Melo, 2017; Padilha; 2014). Com isso, quando a organização das coleções arqueológicas, aliada ao uso de tecnologias da informação, contribui não apenas para a conservação física dos materiais, como também para a sua democratização ao possibilitar o acesso ao acervo como um patrimônio coletivo e recurso informacional.

Sob a perspectiva da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, o Ecomuseu Sítio do Físico pode ser compreendido como um espaço rico, diverso de memória, no qual o acervo ultrapassada a noção tradicional de coleção e passa a abranger o território, as práticas culturais, os registros documentais e as narrativas produzidas pela própria comunidade (Rodrigues, 2024). Essa compreensão dialoga diretamente com os estudos da memória social ao reconhecer que a memória é construída socialmente e depende de suportes materiais e principalmente de valor simbólico para a sua permanência.

Iniciativas institucionais como o Ecomuseu contribuem de forma significativa para assegurar a continuidade das narrativas locais, reconhecendo o patrimônio

como direito cultural e elemento estruturante da cidadania. Nesse sentido, preservar a memória tem a ligação direta à valorização dos saberes, experiências e formas de vida que compõem a história social do território e da comunidade local.

Com isso, o Ecomuseu Sítio do Físico se consolida como locus de memória social e cultural, visto que o seu desenvolvimento articula patrimônio, território e comunidade em uma perspectiva integrada. Sua atuação evidencia que a preservação da memória ultrapassa o cerne da conservação de objetos, envolvendo assim, processos contínuos de mediação, participação social e gestão da informação. Ao reconhecer o seu valor simbólico, o Ecomuseu Sítio do Físico e o seu rico acervo, a valorização da identidade local, a democratização do acesso à memória coletiva e a transformação social.

3 PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL PARA O ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO: do planejamento à infraestrutura

Ao pensar na criação de um Repositório Institucional enquanto canal de disseminação da produção científica e cultural do Ecomuseu Sitio do Físico, de antemão é necessário compreender os repositórios como estratégia fundamental no planejamento e na infraestrutura de gestão da informação sobretudo para instituições que visam a preservação e a democratização do acesso aberto ao conhecimento.

Nesta perspectiva, Souza (2012, p. 67) sintetiza a definição de Repositórios Institucionais enquanto:

> [...] espaços exclusivos para armazenar, preservar e difundir a produção intelectual de uma instituição, através de associação de metadados que reúne em um único lugar, toda documentação produzida pela instituição, o que facilita o gerenciamento e a recuperação da informação, além de preservar a sua memória intelectual e institucional em suporte digital.

Em consonância à essa concepção, Café et al. (2003, não paginado) afirma que os RIs "[...] utilizam tecnologias abertas e seguem a filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos, promovendo a maior acessibilidade à produção dos pesquisadores e à discussão entre seus pares", o que reforça o papel dessas plataformas como catalisadoras para a Ciência Aberta e a circulação do conhecimento, ao passo que desmantelam barreiras de acesso e facilitam a validação e o intercâmbio do conhecimento, especificamente, as coleções do Ecomuseu Sítio do Físico.

Assim, a próxima seção busca examinar o ambiente específico da instituição, seus objetivos, e os requisitos técnicos e operacionais que irão nortear a implantação efetiva do RI/EMSF.

3.1 Contextualização de criação repositório para o Ecomuseu Sítio do Físico (RI/EMSF)

A criação do RI/EMSF apresenta diversos impactos estratégicos e operacionais ao contexto de um Museu de Território, a exemplo do Ecomuseu Sítio Do Físico, que perpassam da preservação da memória do território, acesso aberto e visibilidade, gestão e organização do acervo e valorização da produção comunitária, até o engajamento social da comunidade.

Em linhas gerais, a implantação do RI/EMSF auxiliará na mitigação de problemas ligados ao acesso, produção, circulação e preservação do conhecimento sobre o território, notadamente dos temas, sustentabilidade, preservação de florestas e biodiversidade. Ademais, o repositório servirá como ferramenta estratégica para a gestão da memória institucional, transparência administrativa, difusão do acervo e apoio acadêmico. Em se tratando de preservação, o repositório garante a longevidade e integridade do acervo digital incluindo dados arqueológicos, documentos históricos, registros de projetos socioambientais, protegendo a memória do Ecomuseu e da comunidade contra perdas físicas. Por outro lado, o

RI/EMSF amplia o acesso aberto ao patrimônio e a produção do Ecomuseu, garantindo o papel da instituição como fonte de pesquisa e conhecimento.

A gestão e organização de diferentes tipos de conhecimento do território (socioambiental, cultural, arqueológico, histórico) em uma única plataforma, facilita a catalogação, a busca e a recuperação da informação por pesquisadores e a comunidade em geral. Além de incluir e destacar materiais resultantes de projetos educacionais e socioambientais, como oficinas e entrevistas de história oral, reconhecendo e valorizando o conhecimento da comunidade como parte integrante do acervo do Ecomuseu Sítio do Físico.

3.2 Objetivos do repositório para o Ecomuseu Sítio do Físico (RI/EMSF)

O repositório terá como objetivos:

3.2.1 Objetivo geral

Organizar, preservar, democratizar e dar visibilidade ao acervo digital da produção técnica-científica e territorial do Ecomuseu, promovendo a ciência aberta e o engajamento comunitário, bem como oferecer aos pesquisadores meios dinâmicos para o intercâmbio de dados e informações.

3.2.2 Objetivos específicos

a) Organizar e gerenciar a catalogação e o acesso sobre o Ecomuseu;

b) Promover o acesso aberto ao patrimônio e a produção científica do e sobre o Ecomuseu;

c) Auxiliar o ensino, pesquisa e extensão e o turismo cultural e científico;

d) Garantir a interoperabilidade entre os sistemas de informação e bases de dados por meio de padrões e metadados

3.3 Conteúdo e Estrutura do RI/EMSF

O RI/EMSF será organizado por eixos que refletem as áreas de atuação e o patrimônio do Ecomuseu e suas coleções específicas, conforme ilustra o quadro 1.

Quadro 1 - Organização do acervo do Repositório Institucional do Ecomuseu Sítio do Físico

Acervo	Coleção	Conteúdo
Arqueológico e histórico	Arqueológica (Sítio do Físico)	Registros arqueológicos do Sítio do Físico, incluindo metadados de artefatos, fichas técnicas e informações de contexto.
	Documentação histórica	Documentação histórica composta por fotografias, plantas, mapas, cartas e outros documentos que contextualizam historicamente o território e o patrimônio do Ecomuseu.
Produção técnica-científica	Teses, dissertações, monografias, relatórios de pesquisa, artigos científico	Trabalhos acadêmicos e científicos produzidos no âmbito da instituição e de outras Instituições de Ensino Superior (IES) que abordam o Ecomuseu Sítio do Físico, o Polo Coroadinho e o sítio arqueológico, contribuindo para a produção e difusão do conhecimento.
Projetos socioambientais e educacionais	Registros de projetos comunitários	Relatórios, fotografias, vídeos e materiais didáticos resultantes de projetos, ações de sustentabilidade e educação ambiental desenvolvidos pelo Ecomuseu.
	História oral etnográfica	Transcrições de áudios e vídeos de moradores e ex-moradores locais, reunindo relatos de memória social, práticas culturais e vivências comunitárias.

Gestão e documentação institucional	Documentos de gestão	Documentos administrativos e institucionais que registram a organização, o fundamento e a trajetória do Ecomuseu, incluindo planos de ações, estatutos.
Arqueológico e histórico	Arqueológica (Sítio do Físico)	Registros arqueológicos do Sítio do Físico, incluindo metadados de artefatos, fichas técnicas e informações de contexto.
	Documentação histórica	Documentação histórica composta por fotografias, plantas, mapas, cartas e outros documentos que contextualizam historicamente o território e o patrimônio do Ecomuseu.
		diretor, atas e cadernos de registro, projetos institucionais e relatórios arqueológicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A categorização das coleções será definida no layout, no design do repositório e na distribuição do conteúdo visualizado na interface. O uso de metadados para descrever o acervo será definido de acordo com o tipo de coleção do repositório conforme o quadro 1 apresentado.

Esses documentos serão reunidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental realizada em diversas bases de dados, nacionais e internacionais, como Scielo, BRAPCI, repositórios institucionais (UFMA, UEMA, IFMA's, dentre outros) e editoras acadêmicas, a partir de fontes impressas e eletrônicas para levantamento histórico e identificação da produção técnica e científica sobre o Ecomuseu Sítio do Físico e o entorno da área Itaqui -Bacanga.

Em linhas gerais, vale a pena que destacar os principais tipo de documentos são agrupados em: anais de eventos, artigos científicos, dissertações, teses, entrevistas, fotografias, livros, mapas, projetos sociais, mídias sociais, entre outros.

3.4 Infraestrutura técnica e tecnológica

Para a implementação do RI/EMSF, será adotado software livre e padrões abertos, com vistas a garantir sustentabilidade, interoperabilidade e integridade da informação, conforme recomendações recorrentes na literatura da área. Para isso, a plataforma recomendada é o DSpace, por se tratar de um sistema amplamente utilizado em projetos de repositórios institucionais e por contar com o suporte de instituições nacionais de ciência e tecnologia, como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A indicação do DSpace se justifica pela sua robustez técnica, ampla difusão no contexto acadêmico e adequação às necessidades de preservação e difusão da informação produzida por instituições de memória.

No contexto do Ecomuseu Sítio do Físico, cuja uma de suas ações envolve a salvaguarda de acervos arqueológicos, documentação institucional e registros das ações educativa e comunitária, a escolha de uma plataforma estável e consolidada se revela de grande valia para uma ação de preservação da memória. Visto que o DSpace possibilita a organização de conteúdos em comunidades e coleções, estrutura que dialoga diretamente com a diversidade informacional presente no Ecomuseu Sítio do Físico, permitindo assim, a representação de diferentes tipologias documentais sem comprometer a coerência organizacional do repositório.

Resultado de uma iniciativa conjunta entre o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Hewlett-Packard (HP), o DSpace se constitui como um ambiente de *software* de código aberto. O seu eixo central é o suporte à implementação e a preservação de acervos digitais, visto que o mesmo é um sistema que

> [...] captura, armazena, indexa, preserva e dissemina a produção intelectual de universidades, institutos de pesquisa, tribunais, escolas etc em formatos digitais. Essa plataforma possibilita a guarda e submissão dos mais variados tipos de conteúdos em arquivos de texto,

> imagem, vídeo e áudio, livros, artigos, relatórios técnicos, working papers, teses, conjuntos de dados (estatísticos, geoespaciais etc). Está escrito em Java e esse utilizá versão atualizada do vocabulário de metadados em Dublin Core que facilita a busca e recuperação dos itens no processo de submissão de documentos. É suportado por um conjunto de ferramentas open source (fonte aberta) tais como PostgreSQL, um sistema de gestão de bases de dados desenvolvido como um projeto de software livre. Como motor de pesquisa utiliza Tomcat, ou Lucene. Para acessar a base de dados utiliza OJDBC; como servidor da Web utiliza o Apache e para implantação de indicadores de persistentes usa Xerces/xalan e o CNRI. (Sousa, 2012, p. 69)

Outro aspecto relevante em relação ao *software*, é a sua facilidade de uso, tanto no que diz respeito ao gestores, quanto para os usuários ao qual é destinado. O DSpace apresenta uma interface intuitiva, com fluxos de submissão simplificados e mecanismos de busca acessíveis, o que reduz as barreiras técnicas e favorece a participação de equipes multidisciplinares. Considerando que o Ecomuseu Sítio do Físico conta com colaboradores voluntários, pesquisadores e parceiros institucionais, a utilidade do DSpace é um elemento central para a consolidação do Repositório, tendo em vista que o mesmo facilita o depósito, a recuperação e a disseminação dos documentos informacionais.

3.5 Contribuições do repositório para o Ecomuseu Sítio do Físico

A implantação do RI/EMSF transcende a mera digitalização e catalogação, configurando-se como um vetor estratégico para o Ecomuseu Sítio do Físico. As principais contribuições se manifestam em três esferas interligadas, sendo elas, a gestão e desenvolvimento institucional, o acesso mediante a visibilidade e, por fim, a preservação da memória.

No que tange a gestão documental, o RI/EMSF serve como um sistema unificado que propiciará gerenciar diferentes tipos de documentos, considerando a gama ti-

pológica dos materiais que constituirá o acervo do repositório do Ecomuseu, de forma eficiente utilizando metadados a fim de garantir sua organização e a recuperação da informação. Além disso, tornar a produção científica mais acessível à comunidade, o RI/EMSF fomenta novas colaborações e estimula a pesquisa sobre tudo o que abarca o ecossistema e a história do Ecomuseu Sítio do Físico.

Ao operar sob a filosofia *Open Access* (Acesso aberto), o repositório rompe com barreiras geográficas e até mesmo sobre o custo para se ter acesso a informação, permitindo que pesquisadores, estudantes e a comunidade no geral acessem gratuitamente o conhecimento produzido e mantido pelo Ecomuseu, alinhando-se à missão de democratização sociocultural.

O conjunto de tais ações culmina justamente na salvaguarda do patrimônio imaterial e material do Ecomuseu Sitio do Físico, ao assegurar a preservação a longo prazo dos registros relacionadas ao Sítio do Físico, com as pesquisas, projetos de extração e as atividades culturais, mediante o armazenamento da informação em formato digital padronizado, o que mitiga-se o risco de perda por deterioração física do material ou obsolescência de *hardware* (cd's, pen drive, etc.). Portanto, isso solidifica a memória intelectual da instituição e sua trajetória de pesquisa e interação com a comunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou o Ecomuseu Sítio do Físico, como um espaço estratégico de preservação, produção e difusão da memória social e cultural ao articular patrimônio, território e comunidade em sua perspectiva integrada e participativa. Ao romper com a lógica tradicional de museu centrado exclusivamente no objeto, o Ecomuseu assume o território como documento vivo e a comunidade como sujeito direto e ativo na construção da memória

coletiva, reafirmando princípios fundamentais da museologia social e dos estudos da memória.

A proposta de criação de um Repositório Institucional para o Ecomuseu Sítio do Físico, se configura como uma estratégia estruturante para a preservação digital da memória institucional e territorial. Pois, ao centralizar, organizar e dar visibilidade à produção técnica-científica, documental, e comunitária, o repositório fortalece o papel da instituição quanto espaço de referência informacional, contribuindo assim, para a democratização do acesso à informação, o incentivo à ciência aberta e o fortalecimento das ações educativas, culturais e de pesquisa desenvolvidas pela instituição.

Com isso, a adoção de uma infraestrutura técnica fundamentada em software livre e no uso de padrões abertos, como o DSpace, se manifesta plenamente compatível com a realidade institucional apresentada e desenvolvida pelo Ecomuseu, principalmente em relação à sua aplicação tecnológica propicia facilidade de uso e a capacidade de atender a múltiplos perfis de usuários.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, A. M. Gestão das coleções arqueológicas da casa da memória - instituto do Ecomuseu Sítio do Físico, em São Luís – MA. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 138–152, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8649794. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRITTO, A. de. **A construção de um sistema de documentação para o acervo do MAFRO/UFBA**. 2018. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Informação) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2018. Disponivel em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27163/tde-25042019-152537/en.php#r eferencias. Acesso em: 11 dez. 2025.

CAFÉ, Lígia et al. Repositórios institucionais: nova estratégia para pubicação científica na Rede. In: Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comuniação, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/11030151/Reposit%C3%B3rios_institucionais_nova_estr at%C3%A9gia_para_publica%C3%A7%C3%A3o_cient%C3%ADfica_na_Rede. Acesso em: 12 dez. 2025.

MELO, A. L. dos S. **Documentação museológica**: inventário do acervo do Museu do Trem do Piauí. 2017. 84 f. Dissertação (Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia) — Campus Ministro Reis Velloso, Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2017. Disponível em:http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/1113. Acesso em: 11 dez. 2025.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos; v. 2.). Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/mas/files/padilha_documentacao_museolo gica_1.pdf. Acesso em: 11 dez. 2025.

RIBEIRO JUNIOR, D. I.; PEREIRA, A. M.; ASSIS, G. O.; SCHENKEL, M. B. de C.;

SILVEIRA, L. C. da; LIMA, K. C. R. de. Implantação do Repositório Digital do projeto 'Memória Científica da FAED' com DSpace: Relato de Experiência. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 152–173, 2011. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/824. Acesso em: 11 dez. 2025.

RODRIGUES, M. E. P. **Ecomuseu enquanto espaço de valorização do Patrimônio Cultural**. 2024. 138 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/CCH) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponivel: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5487#preview-link0. Acesso em: 11 dez. 2025.

SOUSA, Beatriz Alves. Proposta de Criação de um Repositório Institucional para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 66–84, 2012. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/196. Acesso em: 15 dez. 2025.

8

O ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO, O MEIO AMBIENTE E AS LEIS QUE REGEM ESSA RELAÇÃO

Maria de Lourdes Nery Mendonça de Sousa[1]

1 INTRODUÇÃO

O espaço, como lembra Tuan (1980, p. 4), adquire sentido e se transforma em lugar à medida que é impregnado de significados e experiências humanas. É nesse território marcado por memórias, ruínas e ecossistemas que se inscreve o Ecomuseu Sítio do Físico, concebido como um espaço de encontro entre patrimônio cultural, patrimônio natural e comunidade. A esperança, conforme afirma Han (2024, p. 10), projeta o futuro e sustenta iniciativas que buscam transformar realidades de vulnerabilidade social e ambiental em territórios de potência cultural.

O presente estudo busca iluminar a relação entre o Sítio do Físico, localizado no Parque Estadual do Bacanga (PEB), e os dispositivos legais que regulam e protegem tanto o patrimônio histórico quanto o meio ambiente. Trata-se de uma reflexão sobre a realidade ambiental, social e cultural local, articulando memória, identidade e sustentabilidade.

[1] Pedagoga, Museóloga, especialista em Gestão Cultural e em Museografia e Patrimônio Cultural. Mestranda em Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Contato: nerymendonca@gmail.com

O Sítio do Físico, antigo Sítio Santo Antônio das Alegrias, compreende as ruínas de um complexo industrial do final do século XVIII e início do XIX, construído pelo Físico-Mor da Província do Maranhão, Antônio José da Silva Pereira. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o sítio integra parte da floresta amazônica e áreas de manguezal, ecossistemas protegidos por legislações estaduais e federais. Nesse território coexistem três ecossistemas distintos: áreas úmidas com manguezais e fauna típica; zonas de transição com apicum e vegetação rasteira; e uma floresta multicomponencial com espécies nativas como imbaúbas, angelins e jatobás (Brandão, 2017, p. 23).

Entretanto, o sítio não se limita ao patrimônio natural e cultural: seus limites se entrelaçam com a comunidade do Polo Coroadinho, caracterizada como favela por mais de vinte bairros e vilas. Como observa Varine (1987, p.28), a comunidade é composta por uma população consciente de suas afinidades e diferenças, vivendo em constante relação conflituosa com o meio ambiente. O Observatório de Favelas (2013) reforça que tais territórios, embora marginalizados e negligenciados pelo poder público, são também espaços de intensa sociabilidade, criatividade e memória.

Nesse contexto, o patrimônio cultural e natural encontra respaldo em legislações específicas que garantem sua proteção. No campo cultural, destacam-se a Constituição Federal de 1988 (artigos 215 e 216), que assegura a preservação dos bens de natureza material e imaterial, e o Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza o tombamento e a proteção de bens pelo IPHAN. No campo ambiental e natural, somam-se instrumentos como o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), o Plano Diretor de São Luís (Lei Municipal nº 3.252/1992, com alterações posteriores) e leis estaduais como o Código de Proteção do Meio Ambiente do Maranhão (Lei Estadual nº 5.405/1992). Essas normas, em conjunto, formam o arca-

bouço jurídico que sustenta a preservação do patrimônio cultural e natural, articulando memória, identidade e sustentabilidade.

É nesse cenário de tensão e potência que germina o Ecomuseu Sítio do Físico: um fórum de debates, de práticas culturais e de educação ambiental, que busca devolver à comunidade o orgulho de sua história e de seu território. Mais que um espaço de preservação, o ecomuseu se configura como instrumento de resistência e transformação, articulando patrimônio, meio ambiente e políticas públicas em prol da construção de comunidades sustentáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Patrimônio Cultural e Natural

O patrimônio é uma construção social que se reinventa ao longo do tempo, refletindo valores, disputas e consensos de cada sociedade. Não se trata apenas de ruínas ou monumentos isolados, mas de um processo contínuo de atribuição de sentido que envolve memória, identidade e práticas culturais. Meneses (1992, p. 88) lembra que o patrimônio é "um processo de atribuição de valor que reflete as disputas e consensos da sociedade", o que significa que sua definição nunca é neutra, mas sempre atravessada por interesses políticos, econômicos e simbólicos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural ao incluir bens de natureza material e imaterial, reconhecendo que a memória coletiva se manifesta tanto em edificações quanto em saberes, celebrações e tradições. Essa perspectiva rompe com a visão restrita de patrimônio como herança monumental e abre espaço para práticas culturais populares, modos de vida e expressões comunitárias. Fonseca (2005, p. 63) observa que "a política de patrimônio no Brasil sempre esteve tensionada entre interesses econômicos e de-

mandas sociais", revelando que a preservação não é apenas técnica, mas também política.

O patrimônio natural, por sua vez, compreende ecossistemas, paisagens e biodiversidade que sustentam a vida e guardam valores simbólicos. Berque (1995, p. 42) afirma que "a paisagem é sempre uma construção cultural", indicando que a natureza não é apenas recurso, mas também memória e identidade. No Ecomuseu Sítio do Físico, essa dimensão se revela nos manguezais, apicuns e florestas multicomponenciais que convivem com sítio arqueológico, ruínas históricas, formando um território híbrido em que cultura e natureza se entrelaçam.

A articulação entre patrimônio cultural e natural é fundamental para compreender territórios como o Parque Estadual do Bacanga. Prats (2000, p. 25) lembra que "o patrimônio é uma invenção social que busca legitimar identidades e memórias coletivas", e nesse sentido, a preservação ambiental e cultural não pode ser pensada separadamente. O Ecomuseu Sítio do Físico é exemplo dessa integração, onde ruínas industriais do século XVIII e XIX convivem com ecossistemas amazônicos, revelando que memória histórica e biodiversidade são dimensões inseparáveis de um mesmo espaço.

A legislação patrimonial brasileira tem como marco inicial o Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza o tombamento e a proteção de bens culturais pelo IPHAN. Ainda a Constituição do Brasil, artigo 216 estabelece que os sítios arqueológicos são patrimônio cultural brasileiro. Posteriormente, instrumentos como a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ampliaram a proteção ao patrimônio natural. Essas normas, articuladas à Constituição de 1988, formam o arcabouço jurídico que sustenta a preservação integrada. Smith (2006, p. 44) argumenta que "o patrimônio é mais sobre o presente do que sobre o passado", pois sua preservação está ligada às necessidades atuais de identidade, pertencimento e sustentabilidade.

No Maranhão, a proteção patrimonial e ambiental encontra respaldo em legislações estaduais e municipais que buscam equilibrar desenvolvimento urbano e preservação. Entretanto, como observa Choay (2001, p. 17), "o patrimônio é um bem comum que pertence a todos e cuja preservação é responsabilidade coletiva", o que evidencia que a efetividade dessas normas depende da participação social. No caso do Sítio do Físico, Bacanga e do Coroadinho, a legislação enfrenta o desafio de conciliar pressões antrópicas, vulnerabilidade social e necessidade de preservação.

O patrimônio, portanto, não é apenas herança do passado, mas recurso vivo para o presente e o futuro. Ele se manifesta como memória, mas também como prática social que orienta identidades e fortalece comunidades. Diegues (2000, p. 45) lembra que "a natureza não é apenas recurso, mas também cultura, memória e identidade", reforçando que o patrimônio natural deve ser compreendido como parte da vida cultural das populações. No Ecomuseu Sítio do Físico, essa ideia se concretiza na criação de um espaço de memória, educação ambiental e transformação social.

Assim, compreender o patrimônio cultural e natural do Ecomuseu Sítio do Físico significa reconhecer que ruínas, ecossistemas e práticas comunitárias formam um todo inseparável. Mais do que conservar pedras ou árvores, trata-se de valorizar a relação viva entre história, natureza e comunidade, garantindo que esse patrimônio seja transmitido às futuras gerações como bem comum e fonte de dignidade. Nesse sentido, o patrimônio é também esperança, pois ao ser preservado e ressignificado pela comunidade, abre horizontes de futuro e fortalece a identidade coletiva.

2.2 Ecomuseus e Sociomuseologia

Hugues de Varine e Georges-Henri Rivière desenvolveram o conceito de ecomuseus na década de 1970

quando estiveram à frente do Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não governamental que tem relações formais com a UNESCO. Eles se deram conta das mudanças na sociedade, de paradigmas, econômicas, de valores, tecnologias e um certo desconforto no âmbito dos museus e começaram a instigar discussões, debates, oficinas, enfim inquietações sobre o momento em que viviam e em que situação se encontravam os museus clássicos. Após muitas especulações e experiências chegaram ao termo provisório de ecomuseu para designar a relação do homem com a preservação e valorização do patrimônio, do meio ambiente, da cultura e da comunidade local. O sentido era que aquele patrimônio tivesse relação com o ambiente e a comunidade a qual pertencia uma memória e uma cultura que necessitava ser preservada (Varine, 1987).

Ainda segundo Hugues de Varine e Georges-Henri Rivière foram pioneiros ao propor o termo ecomuseu como provisório, mas carregado de sentido: um museu que não se limita às paredes, mas que se abre ao território e à vida comunitária. Essa ideia se mantém atual, pois como afirma Desvallées (2010, p. 35), "o ecomuseu é um museu de território, de tempo e de comunidade", e sua força está em reconhecer que memória e ambiente são inseparáveis.

Era preciso agregar mais conhecimento e informações para entender como poderia se dar a relação entre essa ideia de museu num território que tinha um patrimônio tombado que precisava ser preservado, uma favela num território invisibilizado, marginalizado, pedindo socorro e uma unidade de conservação sob forte pressão antrópica. Assim foi-se entender as relações de então entre o Ecomuseu Sítio do Físico, o Batalhão de Polícia Ambiental, o Parque Estadual do Bacanga e a Favela do Polo Coroadinho.

No lado do meio ambiente, além da pressão antrópica, do desmatamento, havia sequelas de insucesso de

políticas públicas mal planejadas, causando erosões e degradação. As atividades educativas do ecomuseu vão de encontro a essa necessidade de despertar um olhar para o cuidado com o seu lugar, considerando que o ser humano integra o meio ambiente e possivelmente sofrerá todas as consequências com a falta de cuidado consigo e com seu entorno. Daí a necessidade de promover, entre outras ações, o plantio de árvores nativas para barrar o processo erosivo e aumentar a cobertura vegetal do PEB.

Com a ideia de fazer a discussão da sustentabilidade para amenizar o impacto da comunidade por si só sobre o ambiente que deveria ser protegido, surge o pensamento em "comunidades sustentáveis", trazendo para a prática a noção de sustentabilidade como esforço constante para equilibrar diferentes fatores em um mundo em transformação. Como observa Corsane (2006, p. 63), "o ecomuseu é uma ferramenta de empoderamento comunitário", pois fortalece identidades e promove inclusão social.

A criação do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) em 1991, com o objetivo de fiscalizar ações de terceiros sobre o território do PEB, foi complementada com a criação da Brigada Voluntária Ambiental em 2006, dando início à promoção de educação ambiental para o público jovem (pré-adolescentes e adolescentes) com instrução militar e algumas ações educativas ambientais. Essa articulação entre forças institucionais e iniciativas comunitárias reforça o papel do ecomuseu como mediador entre políticas públicas e práticas locais.

O Ecomuseu Sítio do Físico também se configura como espaço de resistência cultural. Como observa Meneses (1994, p. 93), "o museu é uma instituição que atua na construção da memória social e pode se tornar instrumento de resistência e afirmação identitária". Nesse sentido, o ecomuseu se torna ferramenta de luta contra invisibilidade e marginalização. Ao dar voz aos morado-

res, transforma ruínas e ecossistemas em símbolos de identidade e esperança.

Outro aspecto central é a educação patrimonial e ambiental, que no ecomuseu se realiza de forma participativa. Como observa Magalhães (2005, p. 77), "a educação museal deve ser dialógica e comunitária, voltada para a construção de sentidos coletivos". No Bacanga, essa prática se concretiza em oficinas, atividades culturais e ambientais que aproximam jovens e adultos da história e da natureza do território.

O ecomuseu, portanto, não é apenas uma instituição cultural, mas um processo de transformação social. Ele articula patrimônio cultural, patrimônio natural e patrimônio social, reconhecendo que a preservação não pode ser dissociada da vida cotidiana da comunidade. Para Davis (1999, p. 56), "o ecomuseu é menos um edifício e mais um processo social", o que reforça sua dimensão viva e comunitária.

Assim, o Ecomuseu Sítio do Físico se apresenta como alternativa ao modelo tradicional de museu, ao mesmo tempo em que fortalece a noção de patrimônio como bem comum. Ele demonstra que memória, natureza e comunidade são dimensões inseparáveis de um mesmo território, e que sua preservação depende da participação ativa dos moradores. Mais do que conservar ruínas ou ecossistemas, trata-se de valorizar a relação viva entre história, ambiente e sociedade, garantindo que esse patrimônio seja transmitido às futuras gerações como fonte de dignidade e esperança.

2.3 Legislação patrimonial e ambiental

A legislação é um dos pilares fundamentais para compreender a relação entre o Ecomuseu Sítio do Físico, o patrimônio cultural e natural e a comunidade que o circunda. Sem o respaldo jurídico, não há como garantir a preservação efetiva dos bens culturais e ambientais, nem

assegurar que eles sejam transmitidos às futuras gerações. Como observa Barretto (2000, p. 29), "o patrimônio é também uma construção legal, que depende de instrumentos normativos para existir e se manter".

No Brasil, o marco inicial da proteção patrimonial foi o Decreto-Lei nº 25/1937, que organizou o tombamento e a preservação de bens culturais pelo IPHAN. Essa legislação inaugurou uma política pública voltada para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo critérios e procedimentos para o reconhecimento oficial de bens de valor cultural. Desde então, o tombamento se tornou um dos principais instrumentos de preservação, garantindo que ruínas como as do Sítio do Físico sejam protegidas contra intervenções indevidas.

A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente essa noção ao incluir bens de natureza material e imaterial como patrimônio cultural brasileiro. O artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural abrange "as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais". Essa definição reconhece que o patrimônio não é apenas físico, mas também simbólico, e que sua proteção deve considerar tanto a memória quanto a identidade coletiva.

No campo ambiental, a legislação brasileira avançou com a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, e posteriormente com a Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). A Lei 12.651/2012 que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e a Lei 12.727/2012 que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e fi-

nanceiros para o alcance de seus objetivos. Essas normas estabeleceram diretrizes para a preservação da biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais, sendo fundamentais para áreas como o Parque Estadual do Bacanga, onde se insere o Ecomuseu Sítio do Físico. Segundo Benjamin (1994, p. 77), "a proteção ambiental é inseparável da proteção cultural, pois ambas dizem respeito à qualidade de vida e à dignidade humana".

No Maranhão, legislações estaduais complementam esse arcabouço jurídico. O Código de Proteção do Meio Ambiente do Maranhão (Lei Estadual nº 5.405/1992) instituiu o Sistema Estadual de Meio Ambiente e estabeleceu normas para a conservação da vegetação nativa, da fauna e da flora. Essa lei é especialmente relevante para o Bacanga, pois regula práticas de uso do solo e de ocupação urbana em áreas de vulnerabilidade ambiental. Como destaca Machado (2013, p. 112), "a legislação ambiental estadual é decisiva para enfrentar os impactos locais e regionais que muitas vezes escapam ao alcance das normas federais".

No âmbito municipal, a Lei nº 3.959/2001 dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente em São Luís. Essa lei busca integrar ações de planejamento urbano com medidas de preservação ambiental, reconhecendo que a cidade precisa conciliar crescimento com sustentabilidade. O Plano Diretor de São Luís (Lei nº 3.252/1992, alterada pelas Leis nº 4.669/2006 e nº 7.122/2023) também é instrumento essencial, pois orienta o uso e a ocupação do solo urbano, estabelecendo diretrizes para justiça social, inclusão e preservação ambiental.

Essas legislações, quando articuladas, formam um sistema de proteção que abrange tanto o patrimônio cultural quanto o natural. Entretanto, sua aplicação prática enfrenta desafios, especialmente em territórios como o Coroadinho, onde a pressão por moradia e a ausência de políticas públicas eficazes colocam em risco ecossis-

temas e ruínas históricas. Como observa Leite (2009, p. 54), “a lei por si só não garante a preservação; é preciso vontade política e participação social para que ela se torne efetiva”.

O Ecomuseu Sítio do Físico surge nesse contexto como espaço de mediação entre legislação e comunidade. Ao promover educação patrimonial e ambiental, o ecomuseu contribui para que moradores conheçam seus direitos e deveres, fortalecendo a consciência coletiva sobre a importância da preservação. Essa prática dialoga com o que Santos (2002, p. 91) chama de “ecologia dos saberes”, em que o conhecimento científico e jurídico se encontra com os saberes populares para construir soluções compartilhadas.

A legislação patrimonial e ambiental também reflete compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. A Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), da qual o país é signatário, estabelece que os Estados devem identificar, proteger e conservar bens de valor universal. Essa convenção inspira políticas nacionais e locais, reforçando que o patrimônio é responsabilidade coletiva e que sua preservação é parte da cidadania global.

No caso do Maranhão, instrumentos como o Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Amazônico (Lei Estadual nº 11.269/2020) buscam equilibrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Essa lei é relevante para o Bacanga, pois reconhece que o território amazônico exige políticas específicas de uso sustentável. Como afirma Silva (2018, p. 134), “o zoneamento é ferramenta estratégica para compatibilizar crescimento econômico com preservação ambiental”.

A legislação, portanto, não é apenas um conjunto de normas, mas um campo de disputas e negociações. Ela reflete interesses diversos e precisa ser constantemente atualizada para responder às novas demandas sociais e

ambientais. No Ecomuseu Sítio do Físico, essa dimensão se torna evidente: a proteção das ruínas e dos ecossistemas depende tanto da força da lei quanto da mobilização comunitária. Como lembra Carvalho (2017, p. 59), "a lei é instrumento, mas a preservação é prática social".

Compreender a legislação patrimonial e ambiental significa reconhecer que ela é parte integrante da vida do Ecomuseu Sítio do Físico. Mais do que normas abstratas, essas leis são ferramentas que podem fortalecer a comunidade, proteger a memória e garantir a sustentabilidade. Ao articular patrimônio cultural, patrimônio natural e políticas públicas, o ecomuseu demonstra que a preservação é um processo coletivo, que exige tanto respaldo jurídico quanto participação social.

3 METODOLOGIA

Foi utilizada a revisão bibliográfica como metodologia de trabalho para abordar a parte histórica, a teoria museológica, as técnicas de pesquisa e a legislação pertinente. No que se refere às atividades do Ecomuseu Sítio do Físico e à interação com a comunidade, recorreu-se à pesquisa-ação e à pesquisa participante, defendidas por Thiollent (2020) e Santos (2008), por se tratarem de metodologias que dialogam com o processo museológico e que melhor se ajustam à realidade do sítio, bem como ao pensamento daqueles que estiveram ou ainda estão envolvidos no processo. Por fim, empregou-se também a autobiografia ou relato de experiência como recurso metodológico, a fim de refletir sobre a relação entre patrimônio, comunidade e meio ambiente, valorizando a trajetória vivida e a prática cotidiana como fontes de conhecimento.

Segundo Thiollent (2020)

> Este modelo museológico diferencia-se por sua abordagem holística e participativa, onde a comunidade local não é apenas beneficiária, mas também protagonista na conservação do seu patrimônio natural e cultural.

Conscientes de que o Estado moderno se organizou para atender as necessidades de uma pequena faixa da população que vive em situação privilegiada e que às periferias cabe buscar parcerias, se fortalecer para reinvindicar e ocupar espaços de negociação e produzir sua própria cultura e meios de sobrevivência.

Na pesquisa biográfica foi explorado todo conhecimento acumulado por diferentes autores seguindo padrões já estabelecido no meio acadêmico revisando literatura, usando técnicas e teorias já estabelecidas para o trabalho científica em livros, sites, repositórios, periódicos artigos de jornais etc.

No segundo momento, adotou-se a pesquisa-ação, defendida por Thiollent e por Boaventura de Sousa Santos, que advogam "uma nova centralidade" para essa metodologia no âmbito universitário. Trata-se de uma estratégia voltada à promoção de uma *ecologia dos saberes*, capaz de propiciar interações necessárias entre conhecimento científico e saberes populares, contribuindo para uma reorientação solidária da relação entre universidade e sociedade, condição essencial para restaurar a legitimidade da instituição como espaço social de fato. A pesquisa-ação e a ecologia dos saberes, conforme destaca Thiollent (2020, p. 43), constituem áreas de legitimação da universidade que transcendem a extensão, pois atuam também na pesquisa e na formação, ampliando o papel da academia na construção de comunidades sustentáveis.

Os autores entendem que, tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante têm potencial para contribuir no ressurgimento de uma universidade mais democrática, aberta e fortalecida ao considerar e acolher os saberes populares interagindo com a sociedade no diagnóstico e busca de solução para os problemas identificados legitimando a "universidade como espaço de troca e de construção de saberes e de articulação destes

saberes com as necessidades presentes na realidade" (Thiollent, 2020, p. 44).

Dessa forma, docentes e discentes são levados a agir tanto no processo dialógico com a comunidade quanto nas atividades educativas, assumindo o papel de cidadãos integrantes da coletividade e favorecendo a investigação, a produção de conhecimento e a transformação social. Configura-se, assim, a pesquisa-ação como eixo estratégico da relação entre universidade e sociedade, orientando a construção de comunidades sustentáveis. Estudantes, professores e comunidades, na troca de saberes e experiências, geram aprendizagens "enraizadas nas práticas" (Thiollent, 2020, p. 46). Na busca por legitimidade, Boaventura de Sousa Santos ressalta que:

> [...] a universidade do século XXI deve se pautar na pesquisa-ação como articulação entre interesses sociais e interesses de pesquisa, para além das demandas de mercado, numa atuação que integre ensino, pesquisa e extensão. Essa prática deve envolver a participação da comunidade e garantir seu beneficiamento com os resultados, atuando em direção a uma "ecologia dos saberes", que se configura como "uma forma de extensão ao contrário", de fora para dentro da universidade, promovendo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento (Thiollent, 2020, p. 50)

Ainda segundo os autores, a aproximação da universidade com as comunidades na produção de conhecimentos resulta na construção de respostas aos problemas a partir "das condições e características locais, culturais, históricas e do ambiente natural, como estratégia de aproximação da vida acadêmica à realidade externa" (Thiollent, 2020, p. 52). Essa prática possibilita uma formação mais consistente de profissionais comprometidos com a sociedade e com os desafios concretos de seu tempo.

A adoção de metodologias participativas na educação superior fortalece a interação entre comunidade acadêmica e sociedade, promovendo cooperação, intercâmbio e a construção coletiva do conhecimento. A pesquisa

-ação e a pesquisa participante, ao se fundamentarem no diálogo, configuram-se como práticas que humanizam o processo educativo e orientam a transformação social em direção à sustentabilidade, ampliando o papel da universidade como espaço de produção e partilha de saberes.

A sustentabilidade, nesse contexto, deve orientar a atuação das instituições de educação superior como processo dinâmico, integrando dimensões ambientais, sociais, culturais e políticas. Trata-se de superar a injustiça cognitiva por meio da valorização da diversidade, reconhecendo que diferentes formas de conhecimento são igualmente relevantes para a construção de sociedades mais justas e equilibradas. A participação ativa dos indivíduos enquanto cidadãos, profissionais, estudantes ou membros de organizações torna-se, portanto, condição essencial para a continuidade desse processo.

Por fim, utilizou-se também outra metodologia que emprega a autobiografia ou relato de experiência como recurso relevante para pesquisa e formação, permitindo a revelação de trajetórias de vida, aprendizagens e processos de (auto)reflexão e transformação. Segundo Morin (2014), “todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos”. Assim, evolui-se a partir do compartilhamento de saberes, conhecimentos e experiências, que se incorporam às práticas individuais e coletivas, resultando na construção e reconstrução dos aprendizados que constituem a subjetividade da ciência.

Para Markowicz et al. (2023, p. 15), “o desenvolvimento da capacidade de reflexão do sujeito é essencial, pois cria condições para questionar, refletir e reconfigurar seus conceitos, valores e práticas e oferece oportunidades para sua formação”, considerando que é a reflexão “que confere ao sujeito a possibilidade de modificar e transformar o seu estado pessoal, profissional ou social”. Dessa forma, o método (auto)biográfico revela-se uma

ferramenta valiosa, pois possibilita que o sujeito se transforme a partir da análise crítica de suas próprias ações e de sua trajetória de vida.

A partir dessas reflexões, definiu-se o tema a ser desenvolvido, selecionaram-se autores e autoras para fundamentar e validar o artigo e, após uma revisão bibliográfica, passou-se à construção e reconstrução do texto até sua forma final. Esse processo evidencia que a pesquisa é também um exercício de constante reelaboração, em que teoria e prática se entrelaçam.

Ainda segundo Markowicz et al. (2023, p. 16), é relevante "identificar tendências, teorias, debates e lacunas nas áreas", além da eleição de critérios ao definir referências, tais como identidade e subjetividade, cultura e sociedade e construção de significados. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a contribuir para o debate sobre as temáticas abordadas, organizar os conteúdos de acordo com exigências técnicas referentes à produção acadêmica e buscar apresentar lacunas ainda não totalmente preenchidas, bem como oferecer novas abordagens e perspectivas inovadoras nesse campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A cidade, o físico e o sítio

A cidade de São Luís, fundada por franceses em 8 de setembro de 1612 na ilha de Upaon Açu e conquistada pelos portugueses sob o comando de Jerônimo de Albuquerque em 1615, recebeu investimentos para que seu território, bem drenado por grandes rios navegáveis, fosse mantido em domínio português devido à sua posição estratégica para a ocupação do interior, propiciando o conhecimento e reconhecimento de suas riquezas e o fortalecimento dos domínios coloniais de Portugal. Conforme Moraes (1980, p.14), a cidade que recebeu o Físico-Mor em 1799 já contava com mais de 20 mil habitantes e compreendia uma área extensa, delimitada

por baluartes, praias e ruas que se expandiam em direção ao interior. Era uma cidade bem desenvolvida em função das exportações crescentes impulsionadas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, extinta em 1778, e apresentava prédios azulejados, ruas calçadas, hospitais, fontes d'água e fortificações como os de São Marcos, Santo Antônio, São Francisco e o Baluarte, além dos fortins de São Cosme e São Damião. A administração estava organizada em órgãos como o Senado da Câmara, a Junta da Fazenda Real, a Junta da Justiça, a Junta da Coroa, a Provedoria dos Defuntos e Ausentes e a Intendência da Marinha, revelando uma estrutura política e administrativa consolidada.

Ainda de acordo com Moraes (1980, p.18), a Diocese do Maranhão, criada pela Bula *Super Universas Orbis Ecclesias* de 1677, já possuía diversos templos e conventos, como a Sé Catedral, a Igreja de Nossa Senhora da Vitória, a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, a Igreja da Conceição dos Mulatos, a Igreja de Santana, a Capela de São Tiago Maior, a Igreja de São João dos Militares, a Capela de Santaninha, a Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, a Capela de Bom Jesus dos Navegantes e a Capela de São José da Quinta das Laranjeiras, além dos conventos de Santo Antônio, do Carmo e dos Mercedários. São Luís, portanto, apresentava uma vida religiosa intensa e uma arquitetura marcada pelo uso de azulejos importados de países europeus, empregando técnicas construtivas semelhantes às utilizadas na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1775. A cidade importava de Portugal azeite, vinho do Porto, vinagre, manteiga, sal e tecidos ingleses, em função do Tratado de Methuen (1703-1836), e exportava melaço, couro, gergelim, goma, gengibre, café, cacau, arroz e algodão, revelando uma economia dinâmica e integrada ao comércio atlântico.

Entretanto, desde 1787, a capital maranhense foi acometida por uma epidemia de varíola e, em 1796, acumulava um grande número de mortes, levando a Câmara a

solicitar ao Governador a contratação de um médico, prometendo pagar-lhe 400$000 réis anuais pelo trabalho (Marques, 1970, p.485). Além da varíola, havia também surtos de cólera-morbo, que ceifaram muitas vidas e exigiram grande esforço do Físico-Mor e de seu colega Dr. José Gomes dos Santos. Até 1802, a cidade contava apenas com um hospital militar, que embora destinado às tropas, atendia também a população civil (Moraes, 1980, p.26). O Governador Dom Diogo de Sousa chegou a enviar ofício a Lisboa, em 1799, informando que em dois anos haviam morrido mais de quatro mil pessoas, evidenciando a gravidade da situação sanitária.

Foi nesse contexto que o físico Antônio José da Silva Pereira, nascido em 1767 em Sanhoane – Vila Real, Portugal, formado pela Universidade de Coimbra, foi nomeado por Carta Régia de 1798 como Físico-Mor do Maranhão, com ordenado de 400$000 réis anuais (Moraes, 1980, p.23; Silva, 2019, p.11-16). A partir de 1802, passou a receber igual quantia como médico do partido da Câmara, assumindo a responsabilidade de administrar o Hospital Militar, que cuidava da saúde das tropas e, na ausência de outro estabelecimento hospitalar, atendia também a população civil. Além das funções médicas, os físicos tinham atribuições de fiscalização dos matadouros, da qualidade da carne seca exportada para Portugal, das boticas, das revistas nos navios que chegavam da África trazendo pessoas escravizadas, separando os doentes para quarentena e os sadios para venda em praça pública. Também cuidavam dos doentes vítimas das epidemias que assolavam a população, como a varíola e a cólera-morbo.

Nesse cenário de epidemias, comércio intenso e estrutura administrativa consolidada, o Sítio do Físico surge como espaço de relevância histórica e patrimonial, articulando práticas médicas, industriais e sociais. O sítio, criado por Antônio José da Silva Pereira, não é apenas ruína material, mas testemunho de um período em que

saúde pública, economia e cultura se entrelaçavam na cidade de São Luís. Essa origem histórica legitima sua importância atual como patrimônio cultural e científico, e fundamenta sua ressignificação contemporânea como Ecomuseu Sítio do Físico, espaço que articula memória, meio ambiente e comunidade.

4.2 O Parque Estadual do Bacanga e os ecossistemas

O Sítio do Físico está inserido no território do Parque Estadual do Bacanga (PEB), unidade de conservação que abriga uma diversidade de ecossistemas e que se configura como espaço de grande relevância ambiental e social. Na área do sítio é possível observar três ecossistemas distintos que se entrelaçam e revelam a riqueza natural da região. O primeiro deles corresponde às áreas úmidas, caracterizadas pela presença de plantas aquáticas e manguezais, palmeirais e uma fauna típica desses ambientes, como cobras, jacarés, aves e caranguejos. Esse ecossistema, entretanto, vem sendo constantemente ameaçado por processos de assoreamento, desmatamento, poluição e aterramento para construção de moradias destinadas a populações de baixa renda ou sem renda, o que compromete sua integridade e coloca em risco a biodiversidade local.

O segundo ecossistema é o de transição, marcado pela presença do ecótono, uma bordadura de mangue ao longo das margens do rio, seguida por uma faixa de vegetação rasteira do tipo apicum e, posteriormente, por uma vegetação mais alta e exuberante composta por palmeirais, mangueiras, ficus e outras espécies. Essa área de transição é fundamental para o equilíbrio ecológico, pois conecta ambientes distintos e garante a sobrevivência de espécies adaptadas a diferentes condições. No entanto, também sofre pressões antrópicas que fragilizam sua função de corredor ecológico e de proteção contra impactos ambientais.

O terceiro ecossistema corresponde à floresta multicomponencial, formada por plantas nativas e não nativas, como imbaúbas, angelins, jatobás, ipês e janaúbas. Essa floresta representa a riqueza da vegetação amazônica presente no Maranhão e constitui um patrimônio natural de grande valor, tanto pela biodiversidade quanto pelos serviços ambientais que presta, como regulação climática, proteção do solo e manutenção dos recursos hídricos. A degradação desse ecossistema, causada por desmatamento e ocupação irregular, compromete não apenas a flora e a fauna, mas também a qualidade de vida das comunidades que dependem dele para sua sobrevivência.

Além das pressões antrópicas, o PEB sofre com as sequelas de políticas públicas mal planejadas, que resultaram em erosões, desmatamento e degradação ambiental. Nesse cenário, as atividades educativas promovidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico tornam-se essenciais, pois buscam despertar na comunidade o olhar para o cuidado com o território, reforçando que o ser humano integra o meio ambiente e, portanto, sofrerá todas as consequências da falta de preservação. Entre as ações realizadas, destaca-se o plantio de árvores nativas, que contribui para barrar processos erosivos, aumentar a cobertura vegetal e recuperar áreas degradadas, além de promover benefícios ecológicos e sociais.

O Parque Estadual do Bacanga e os ecossistemas que compõem o Sítio do Físico revela a complexidade da relação entre natureza e sociedade. Ao mesmo tempo em que são espaços de grande riqueza ambiental, sofrem com pressões sociais e econômicas que ameaçam sua integridade. O papel do ecomuseu, nesse contexto, é fundamental para articular práticas educativas, culturais e ambientais que promovam a sustentabilidade e fortaleçam a consciência coletiva sobre a importância da preservação.

3.3 O Polo Coroadinho e a favela

O território do Polo Coroadinho, vizinho ao Sítio do Físico, é caracterizado por um conglomerado de mais de vinte bairros e vilas, frequentemente referenciado na literatura como favela. Segundo Varine (1987, p. 28), a comunidade é composta por uma população vivendo sobre um território, consciente das afinidades e das diferenças que caracterizam seus elementos, bem como das relações conflituais com o meio ambiente, cujo futuro é, ao menos parcialmente, comum. Entretanto, o termo "favela" tornou-se mais recorrente para designar esses espaços urbanos marcados pela precariedade e pela autoconstrução. De acordo com o IBGE (2022, p. 17), as favelas ou aglomerados subnormais são definidos como "conjuntos de domicílios caracterizados pela ausência de título de propriedade, irregularidade das construções e carência de serviços públicos essenciais", o que evidencia sua vulnerabilidade estrutural e social.

Essas comunidades apresentam níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho, edificações predominantemente autoconstruídas sem orientação pelos parâmetros definidos pelo Estado, apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia e indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média da cidade. São também áreas de ocupação em sítios urbanos de alta vulnerabilidade ambiental, com grau de soberania estatal inferior ao restante da cidade, densidade demográfica elevada e intensa sociabilidade marcada pela valorização dos espaços comuns como locais de encontro. Além disso, há uma alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, conforme a região brasileira, e índices de vitimização, sobretudo letal, acima da média urbana (IBGE, 2022, p. 18).

Enfim, as favelas são, via de regra, territórios marginalizados, subalternizados e negligenciados pelo poder

público, carentes de políticas públicas adequadas para atender às especificidades dessa população. Por outro lado, são territórios extremamente potentes, com uma cultura pulsante, onde a solidariedade, a criatividade e a vontade de memória se manifestam de forma intensa. O Polo Coroadinho, nesse sentido, destaca-se como uma das maiores comunidades empreendedoras do país, revelando que, apesar das adversidades, há uma força coletiva que resiste e se reinventa.

Foi nesse contexto de caos social, mas também de criatividade e vontade de memória, que germinou o Ecomuseu Sítio do Físico. A partir de um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de uma unidade de conservação e da esperança de mudança das realidades vividas pela população, surgiu a ideia de criar um espaço de múltiplas atividades capaz de devolver o orgulho de ser Coroadinho. O ecomuseu, assim, se configura como fórum de debates, espaço de análise dos problemas e ferramenta de construção coletiva de soluções possíveis, articulando patrimônio, meio ambiente e comunidade.

3.4 O Ecomuseu Sítio do Físico

O Ecomuseu Sítio do Físico nasce da articulação entre um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), uma unidade de conservação e a comunidade local. Inspirado nas ideias de Hugues de Varine e Georges-Henri Rivière, que nos anos 1970 desenvolveram o conceito de ecomuseu no âmbito do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o projeto se configura como espaço aberto ao território e à vida comunitária. Varine (1987, p. 28) destaca que o ecomuseu é uma instituição que relaciona patrimônio, meio ambiente e comunidade, reconhecendo que memória e cultura só podem ser preservadas se vinculadas ao território e às pessoas que nele vivem.

Uma das primeiras ações do ecomuseu foi a elaboração da proposta cultural "Coroado de Natal", voltada para elevar a autoestima da população, dar visibilidade às práticas culturais locais e envolver jovens e adultos em atividades artísticas e esportivas. Essa iniciativa reforça a dimensão social do ecomuseu, que, segundo Desvallées (2010, p. 35), é "um museu de território, de tempo e de comunidade", ou seja, uma instituição que ultrapassa os limites físicos e se insere na vida cotidiana. O Ecomuseu Sítio do Físico, nesse sentido, se apresenta como fórum de debates e espaço de resistência cultural, capaz de transformar ruínas e ecossistemas em símbolos de identidade e esperança.

Além das ações culturais, o ecomuseu promove atividades ambientais e educativas, articulando parcerias com instituições como o Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), criado em 1991, e a Brigada Voluntária Ambiental, instituída em 2006. Essas iniciativas reforçam a importância da educação ambiental como prática comunitária. Corsane (2006, p. 63) observa que "o ecomuseu é uma ferramenta de empoderamento comunitário", pois fortalece identidades e promove inclusão social. No caso do Bacanga, o ecomuseu atua diretamente na recuperação de áreas degradadas, no plantio de árvores nativas e na conscientização sobre a necessidade de preservar os ecossistemas locais.

O ecomuseu também se configura como espaço de resistência cultural. Chagas (2003, p. 41) afirma que "o museu é um espaço de poder simbólico, mas também de resistência cultural", e nesse sentido o Ecomuseu Sítio do Físico se torna instrumento de luta contra invisibilidade e marginalização. Ao dar voz aos moradores, transforma ruínas e ecossistemas em símbolos de memória coletiva e de esperança de futuro. Essa prática dialoga com a perspectiva de Davis (1999, p. 56), para quem "o ecomuseu é menos um edifício e mais um processo social", reforçando sua dimensão viva e comunitária.

Outro aspecto central é a educação patrimonial e ambiental, que no ecomuseu se realiza de forma participativa. Scheiner (2008, p. 59) ressalta que "a educação patrimonial deve ser entendida como prática social voltada para o fortalecimento da identidade e da cidadania". No Bacanga, essa prática se concretiza em oficinas, atividades culturais e ambientais que aproximam jovens e adultos da história e da natureza do território. Dessa forma, o ecomuseu não é apenas uma instituição cultural, mas um processo de transformação social que articula patrimônio cultural, patrimônio natural e patrimônio social, reconhecendo que a preservação não pode ser dissociada da vida cotidiana da comunidade.

O Ecomuseu Sítio do Físico se apresenta como alternativa ao modelo tradicional de museu, ao mesmo tempo em que fortalece a noção de patrimônio como bem comum. Ele demonstra que memória, natureza e comunidade são dimensões inseparáveis de um mesmo território, e que sua preservação depende da participação ativa dos moradores. Mais do que conservar ruínas ou ecossistemas, trata-se de valorizar a relação viva entre história, ambiente e sociedade, garantindo que esse patrimônio seja transmitido às futuras gerações como fonte de dignidade e esperança.

4.5 Legislação patrimonial e ambiental

A legislação é um dos pilares fundamentais para compreender a relação entre o Ecomuseu Sítio do Físico, o patrimônio cultural e natural e a comunidade que o circunda. Sem o respaldo jurídico, não há como garantir a preservação efetiva dos bens culturais e ambientais, nem assegurar que eles sejam transmitidos às futuras gerações. Como observa Barretto (2000, p. 29), "o patrimônio é também uma construção legal, que depende de instrumentos normativos para existir e se manter".

No Brasil, o marco inicial da proteção patrimonial foi o Decreto-Lei nº 25/1937, que organizou o tombamento

e a preservação de bens culturais pelo IPHAN. Essa legislação inaugurou uma política pública voltada para a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo critérios e procedimentos para o reconhecimento oficial de bens de valor cultural. Desde então, o tombamento se tornou um dos principais instrumentos de preservação, garantindo que ruínas como as do Sítio do Físico sejam protegidas contra intervenções indevidas (Fonseca, 2005, p. 63).

A Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente essa noção ao incluir bens de natureza material e imaterial como patrimônio cultural brasileiro. O artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural abrange "as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais" (BRASIL, 1988, p. 132). Essa definição reconhece que o patrimônio não é apenas físico, mas também simbólico, e que sua proteção deve considerar tanto a memória quanto a identidade coletiva.

No campo ambiental, a legislação brasileira avançou com a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, e posteriormente com a Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Essas normas estabeleceram diretrizes para a preservação da biodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais, sendo fundamentais para áreas como o Parque Estadual do Bacanga, onde se insere o Ecomuseu Sítio do Físico. Segundo Benjamin (1994, p. 77), "a proteção ambiental é inseparável da proteção cultural, pois ambas dizem respeito à qualidade de vida e à dignidade humana".

No Maranhão, legislações estaduais complementam esse arcabouço jurídico. O Código de Proteção do Meio Ambiente do Maranhão (Lei Estadual nº 5.405/1992) instituiu o Sistema Estadual de Meio Ambiente e estabele-

ceu normas para a conservação da vegetação nativa, da fauna e da flora. Essa lei é especialmente relevante para o Bacanga, pois regula práticas de uso do solo e de ocupação urbana em áreas de vulnerabilidade ambiental. Como observa Milaré (2011, p. 87), "a efetividade da proteção ambiental depende da articulação entre normas federais, estaduais e municipais", evidenciando que a legislação estadual desempenha papel decisivo na gestão dos impactos locais e regionais.

No âmbito municipal, a Lei nº 3.959/2001 dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente em São Luís. Essa lei busca integrar ações de planejamento urbano com medidas de preservação ambiental, reconhecendo que a cidade precisa conciliar crescimento com sustentabilidade. O Plano Diretor de São Luís (Lei nº 3.252/1992, alterada pelas Leis nº 4.669/2006 e nº 7.122/2023) também é instrumento essencial, pois orienta o uso e a ocupação do solo urbano, estabelecendo diretrizes para justiça social, inclusão e preservação ambiental.

Essas legislações, quando articuladas, formam um sistema de proteção que abrange tanto o patrimônio cultural quanto o natural. Entretanto, sua aplicação prática enfrenta desafios, especialmente em territórios como o Coroadinho, onde a pressão por moradia e a ausência de políticas públicas eficazes colocam em risco ecossistemas e ruínas históricas. Como observa Leite (2009, p. 54), "a lei por si só não garante a preservação; é preciso vontade política e participação social para que ela se torne efetiva".

O Ecomuseu Sítio do Físico surge nesse contexto como espaço de mediação entre legislação e comunidade. Ao promover educação patrimonial e ambiental, o ecomuseu contribui para que moradores conheçam seus direitos e deveres, fortalecendo a consciência coletiva sobre a importância da preservação. Essa prática dialoga com o que Santos (2002, p. 91) chama de "ecologia dos

saberes", em que o conhecimento científico e jurídico se encontra com os saberes populares para construir soluções compartilhadas.

4.6 Sustentabilidade e comunidades sustentáveis

A sustentabilidade deve orientar a atuação das instituições de educação superior e também dos espaços comunitários como o Ecomuseu Sítio do Físico, entendida como um processo dinâmico que integra dimensões ambientais, sociais, culturais e políticas. Trata-se de superar a injustiça cognitiva por meio da valorização da diversidade, reconhecendo que diferentes formas de conhecimento são igualmente relevantes para a construção de sociedades mais justas e equilibradas. Como afirma Morin (2014, p. 89), "todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução", o que significa que a sustentabilidade não pode ser reduzida a práticas técnicas, mas deve ser compreendida como esforço coletivo de reconstrução de sentidos e valores.

Nesse contexto, a participação ativa dos indivíduos enquanto cidadãos, profissionais, estudantes ou membros de organizações torna-se condição essencial para a continuidade desse processo. Santos (2002, p. 91) propõe a ideia de uma "ecologia dos saberes", em que o conhecimento científico dialoga com os saberes populares, permitindo que comunidades construam soluções próprias para seus problemas. Essa perspectiva é particularmente relevante para territórios como o Coroadinho, onde a vulnerabilidade social e ambiental exige práticas sustentáveis que sejam enraizadas nas condições locais e que fortaleçam a autonomia comunitária.

O Ecomuseu Sítio do Físico atua como mediador desse processo, promovendo atividades culturais e ambientais que aproximam a comunidade da noção de sustentabilidade. Corsane (2006, p. 63) observa que "o ecomuseu é uma ferramenta de empoderamento comunitário", pois fortalece identidades e promove inclusão

social. No Bacanga, essa prática se concretiza em ações como o plantio de árvores nativas, a recuperação de áreas degradadas e a realização de oficinas educativas, que não apenas preservam o meio ambiente, mas também reforçam o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva.

A sustentabilidade, portanto, não é apenas um conceito abstrato, mas uma prática social que se manifesta na vida cotidiana da comunidade. Ela exige equilíbrio constante entre desenvolvimento e preservação, entre memória e inovação, entre tradição e futuro. Como lembra Sachs (2002, p. 35), "o desenvolvimento sustentável é aquele que busca atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades". No caso do Ecomuseu Sítio do Físico, essa ideia se traduz na construção de comunidades sustentáveis, capazes de articular patrimônio cultural, patrimônio natural e práticas sociais em prol de um futuro mais digno e equilibrado.

A educação ambiental é um dos pilares dessa construção. Gontijo et al. (2025, p. 76) destacam que "a formação de cidadãos ecologicamente comprometidos depende da curricularização da extensão e da integração entre universidade e comunidade". Essa perspectiva reforça que a sustentabilidade não pode ser pensada apenas em termos de políticas públicas, mas também como prática educativa que transforma valores e atitudes.

Experiências em comunidades ribeirinhas demonstram que a sustentabilidade é construída a partir das relações cotidianas com o meio natural. Guarim (2024, p. 42) observa que "os ribeirinhos representam suas relações sociais com o mundo natural como parte inseparável de sua identidade", o que evidencia que práticas sustentáveis emergem da própria cultura local. Esse exemplo dialoga diretamente com o Coroadinho, onde a relação com o território é marcada por resistência e criatividade.

A sustentabilidade também envolve dimensões éticas e políticas. Leff (2001, p. 19) afirma que “a racionalidade ambiental é uma nova forma de pensar o mundo, que articula ciência, ética e política”. Essa visão amplia o debate, mostrando que não basta conservar ecossistemas: é preciso transformar estruturas sociais e econômicas que produzem desigualdade e degradação.

No campo cultural, a sustentabilidade se relaciona com a preservação da memória e da identidade. Horta (2010, p. 58) lembra que “a educação patrimonial é um instrumento de cidadania, pois permite que comunidades reconheçam e valorizem seus bens culturais”. O Ecomuseu, ao articular patrimônio e meio ambiente, contribui para que a sustentabilidade seja também um processo de afirmação cultural.

A dimensão social da sustentabilidade exige políticas inclusivas. Jacobi (2003, p. 189) afirma que “a sustentabilidade só se concretiza quando há participação social efetiva na gestão dos recursos e dos territórios”. Essa participação é visível nas práticas comunitárias do Coroadinho, onde o ecomuseu se torna espaço de diálogo e construção coletiva de soluções.

A sustentabilidade, portanto, é um processo em constante construção, que exige diálogo entre saberes, práticas educativas, políticas públicas e iniciativas comunitárias. O Ecomuseu Sítio do Físico exemplifica essa articulação ao integrar patrimônio cultural, meio ambiente e comunidade em um mesmo projeto.

É possível afirmar que a sustentabilidade, quando enraizada em territórios como o Bacanga e o Coroadinho, não é apenas uma meta abstrata, mas uma prática concreta de resistência, memória e esperança. O ecomuseu, nesse sentido, é instrumento de transformação social, capaz de articular dimensões ambientais, culturais e políticas em prol da construção de comunidades sustentáveis.

4.7 Discussões

O artigo busca salientar que o Ecomuseu Sítio do Físico deve ser compreendido como um espaço de múltiplas dimensões, onde patrimônio cultural, patrimônio natural e comunidade se entrelaçam em um processo vivo de resistência e transformação. A análise evidencia que a preservação não pode ser reduzida a práticas técnicas ou normativas, mas precisa ser entendida como ação social que articula memória, identidade e sustentabilidade. Nesse sentido, o ecomuseu se apresenta como alternativa ao modelo tradicional de museu, pois não se limita a conservar ruínas ou ecossistemas, mas procura devolver à comunidade o orgulho de sua história e de seu território.

A reflexão mostra que o patrimônio cultural e natural, quando integrado à vida comunitária, ganha novos significados e se torna instrumento de cidadania. O ecomuseu atua como mediador entre legislação e sociedade, promovendo práticas educativas e ambientais que fortalecem a consciência coletiva e estimulam a participação social. Como lembra Choay (2001, p. 17), "o patrimônio é um bem comum que pertence a todos e cuja preservação é responsabilidade coletiva", o que reforça que sua efetividade depende não apenas da existência de normas jurídicas, mas da mobilização comunitária e da construção de vínculos de pertencimento.

A esperança surge como elemento central das discussões, pois sustenta a capacidade de transformação em territórios vulneráveis. Han (2024, p. 10) afirma que "a esperança nos presenteia com o futuro", destacando que ela não é mera expectativa passiva, mas horizonte que revitaliza a vida e abre possibilidades de sentido. Essa visão dialoga com a realidade do Coroadinho, onde a esperança se manifesta como força que permite à comunidade reinventar sua relação com o patrimônio e com o

meio ambiente, transformando dificuldades em símbolos de dignidade e resistência.

Paulo Freire, em sua *Pedagogia da Esperança* (1992), amplia essa noção ao afirmar que a esperança não pode ser reduzida ao ato de esperar, mas deve ser entendida como prática ativa, vinculada ao verbo "esperançar". Para ele, a esperança é inseparável da ação transformadora, pois exige compromisso, diálogo e luta coletiva. Essa perspectiva reforça que o ecomuseu não é apenas espaço de preservação, mas também de educação libertadora, capaz de mobilizar sujeitos para a construção de alternativas sociais e ambientais.

O capítulo evidencia, portanto, que o Ecomuseu Sítio do Físico é sustentado pela esperança como horizonte existencial e como prática política. Ao articular memória, natureza e comunidade, o ecomuseu demonstra que a preservação não é apenas herança do passado, mas recurso vivo para o presente e para o futuro. A esperança, nesse contexto, torna-se energia vital e pedagógica, capaz de sustentar práticas de resistência e dignidade coletiva, mostrando que a construção de comunidades sustentáveis depende tanto da força simbólica quanto da ação concreta dos sujeitos que habitam o território.

5 CONCLUSÃO

O percurso desenvolvido ao longo deste trabalho evidencia que o Ecomuseu Sítio do Físico é mais do que um espaço de preservação patrimonial: trata-se de um território vivo, onde memória, natureza e comunidade se entrelaçam em um processo contínuo de resistência e transformação. A análise histórica, ambiental e social demonstra que o sítio não pode ser compreendido isoladamente, mas sim como parte de uma rede de relações que envolve a cidade de São Luís, o Parque Estadual do Bacanga e o Polo Coroadinho. Essa articulação revela que o patrimônio cultural e natural só adquire sentido pleno

quando conectado às práticas sociais e às necessidades concretas da população.

A reflexão sobre os ecossistemas presentes no território mostra que a preservação ambiental é inseparável da vida comunitária. Manguezais, apicum e florestas multicomponenciais não são apenas recursos naturais, mas elementos que sustentam modos de vida e identidades coletivas. A degradação desses ambientes, causada por pressões antrópicas e ausência de políticas públicas eficazes, compromete não apenas a biodiversidade, mas também a dignidade das comunidades que dependem deles. Nesse sentido, o ecomuseu atua como mediador, promovendo práticas educativas e ambientais que buscam recuperar áreas degradadas e fortalecer a consciência coletiva sobre a importância da sustentabilidade.

O Polo Coroadinho, por sua vez, revela a complexidade das favelas brasileiras: territórios marcados pela precariedade e pela invisibilidade estatal, mas também pela potência cultural e pela capacidade de reinvenção. A presença do ecomuseu nesse espaço demonstra que a memória e a cultura podem ser instrumentos de resistência, capazes de devolver à comunidade o orgulho de sua história e de seu território. Ao valorizar a criatividade, a solidariedade e a vontade de memória, o ecomuseu transforma a favela em lugar de protagonismo e de construção de alternativas sociais.

A análise das legislações patrimoniais e ambientais reforça que a proteção do sítio e de seu entorno depende não apenas da existência de normas jurídicas, mas da sua efetiva aplicação. O arcabouço legal brasileiro, estadual e municipal oferece instrumentos importantes para a preservação, mas enfrenta desafios diante da pressão por moradia, da ocupação irregular e da ausência de políticas públicas integradas. O ecomuseu, nesse contexto, surge como espaço de mediação entre lei e comunidade, promovendo educação patrimonial e ambiental e fortalecendo a consciência cidadã.

A sustentabilidade aparece como eixo transversal de todas essas reflexões. Mais do que conceito abstrato, ela se manifesta como prática social que exige equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, entre memória e inovação, entre tradição e futuro. O ecomuseu, ao promover ações culturais e ambientais, contribui para a construção de comunidades sustentáveis, capazes de enfrentar os desafios contemporâneos sem abrir mão da dignidade e da identidade coletiva.

O trabalho desenvolvido demonstra que a metodologia adotada revisão bibliográfica, pesquisa-ação e relato de experiência foi adequada para compreender a complexidade do objeto estudado. A revisão bibliográfica forneceu a base teórica e histórica; a pesquisa-ação permitiu dialogar com a comunidade e integrar saberes populares; e o relato de experiência trouxe a dimensão subjetiva e reflexiva, revelando que a ciência também se constrói a partir das trajetórias individuais e coletivas. Essa combinação metodológica fortaleceu a análise e garantiu que o estudo fosse enraizado na realidade concreta do sítio e da comunidade.

A esperança, discutida ao longo do trabalho, emerge como elemento fundamental para compreender o papel do ecomuseu. Ela não é apenas expectativa, mas força ativa que sustenta práticas de transformação e mobilização comunitária. No território do Bacanga e do Coroadinho, a esperança se traduz em ações concretas de preservação, em iniciativas culturais e em projetos educativos que demonstram que é possível reinventar a realidade e construir novos horizontes de futuro.

Conclui-se, portanto, que o Ecomuseu Sítio do Físico é um espaço de esperança e de futuro. Ele demonstra que patrimônio, meio ambiente e comunidade não são dimensões separadas, mas partes de um mesmo processo de construção social. Ao articular memória, natureza e cultura, o ecomuseu contribui para a transformação da realidade local e para a construção de sociedades mais

justas e sustentáveis. Mais do que conservar ruínas ou ecossistemas, trata-se de valorizar a vida em todas as suas formas, garantindo que o patrimônio seja transmitido às futuras gerações como fonte de dignidade, identidade e resistência.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. **Patrimônio cultural**: entre o público e o privado. Campinas: Papirus, 2000.

BENJAMIN, Antonio Herman. **Direito ambiental das áreas protegidas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

BERQUE, Augustin. **Razões da paisagem**: da China antiga aos ambientes de síntese. Paris: Hazan, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho**: o Brasil e a educação ambiental. Campinas: Autores Associados, 2015.

BRANDÃO, Laura Natasha Nery Mendonça. **Musealização da arqueologia:** caminhos, trilhas e rumos do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico. 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível in: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf . Acesso em 16.01.2026.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível in: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-

1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-normaatualizada-pl.pdf Acesso em 16.01.2026.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível in: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-normaatualizada-pl.pdf Acesso em 16.01.2026.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Disponível in: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-normaatualizada-pl.pdf Acesso em 16.01.2026.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Código Florestal. Disponível in: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm?itid=lk_inline_enhanced-template Acesso em 16.01.2026.

BRASIL. **Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012**. Proteção da Vegetação Nativa. Disponível in: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm Acesso em 16.01.2026

CHAGAS, Mário. **Museu, memória e poder**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CORSANE, Gerard. **Patrimônio, museus e galerias**: uma introdução. Londres: Routledge, 2006

DAVIS, Peter. **Ecomuseums**: a sense of place. London: Leicester University Press, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: ICOM, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GONTIJO, André; et al. Curricularização da extensão e educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 20, n. 1, p. 70-85, 2025

GUARIM, Vera Lúcia M. S.; VILANOVA, Silvia R. F. (orgs.). **Parques urbanos de Cuiabá**, Mato Grosso: Mãe Bonifácia e MassairoOkamura. Cuiabá: Trelinhas Editora, 2024.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade da esperança**. Petrópolis: Vozes, 2024.

HORTA, Maria de Lourdes. **Educação patrimonial**: experiências e reflexões. Brasília: IPHAN, 2010.

INGOLD, Tim. **The life of lines**. London: Routledge, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados subnormais 2022**: classificação e características. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, José Roberto. **Patrimônio cultural e legislação**. São Paulo: Annablume, 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MAGALHÃES, Aloísio. **E se a memória não falhar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MARKOWICZ, Helena; et al. **O método (auto)biográfico e a formação docente**: reflexões e práticas. São Paulo: Vozes, 2023

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1970.

MARANHÃO. **Lei Estadual nº 5.405, de 1992**. Código de Proteção do Meio Ambiente do Maranhão.

MARANHÃO. **Lei Estadual nº 11.269, de 2020**. Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Amazônico.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O patrimônio cultural e a construção da identidade nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 87-96, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **O museu e a questão da memória social**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1994.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MORAES, Jomar. **O Sítio do Físico: tentativa de reconstituição histórica**. São Luís: Edições SIOGE, 1980.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Territórios em movimento**: favelas e cidade. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2013.

PRATS, Llorenç. **Antropologia e patrimônio**. Barcelona: Ariel, 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SÃO LUÍS (MA). **Lei Municipal nº 3.252, de 1992**. Plano Diretor de São Luís.

SÃO LUÍS (MA). **Lei Municipal nº 3.959, de 2001**. Política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Educação patrimonial**: teoria e prática. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2008.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2018.

SILVA, Antônio José da. **Antônio José da Silva Pereira**: o Físico-Mor do Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2019.

SILVA, Joana Vieira da. **Projeto Phisico-Mor**. Porto, 2019. Não publicado.

SMITH, Laurajane. **Usos do patrimônio**. Londres: Routledge, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2020.

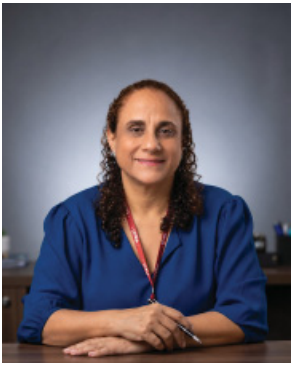
TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Paris: Seuil, 1987

OS ORGANIZADORES

VALDIRENE PEREIRA DA CONCEIÇÃO

Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão, Curso de Biblioteconomia. Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Permanente e membro do Colegiado do Mestrado Profissional em Ciência da Informação - PROGCIN/UFMA, membro da Comissão Editorial e Científica da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN/gestão 2025/2028). Coordenadora dos Projetos: Sistematização da Terminologia da Covid-19 e PRATA DA CASA: Memória, Identidade e Acervos. Atua nos temas: Representação Descritiva e Temática de acervos arquivístico, bibliográficos e museológico. Recuperação de Informação, Linguagem Documentária, Estudos do Léxico, Semântica Lexical, Terminologia, Análise do Discurso Midiático, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Processamento de Língua Natural.



CASSIA FURTADO



Professora Titular do Curso de Biblioteconomia. Pós-Doutorado no Departamento de Comunicação e Arte, da Universidade de Aveiro/Portugal. Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade de Aveiro/Portugal. Mestrado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação-PROGCIN/UFMA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Design – PPGDg/UFMA. Membro da International Collective of Research and Design in Children's Digital Books, da Universidade de Stavanger, na Noruega. Membro do Grupo de Pesquisa Literatura e Design de Artefatos para Crianças e Jovens no Mundo Digital/UFSC. Líder do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar em Leitura, Comunicação, Design de Hipermídia – LEDMID.

CONCEIÇAO DE MARIA BELFORT DE CARVALHO



Professora Titular dos cursos de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e orientação acadêmica, com atuação voltada aos estudos sobre turismo, hospitalidade, cultura, sociedade e suas interfaces com o desenvolvimento regional. Sua trajetória acadêmica contempla a formação de profissionais, a produção de conhecimento científico e a

participação em debates interdisciplinares no campo das ciências sociais aplicadas e humanas.

ARKLEY MARQUES BANDEIRA



Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Mestrado e Doutorado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Docente do Ensino Superior da Universidade Federal do Maranhão. Integra o Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade PGCult/UFMA e Desenvolvimento e Meio Ambiente PRODEMA/UFMA e Doutorado em Rede PRODEMA como docente permanente. Coordenador do Doutorado UFMA - Rede PRODEMA e Vice-Coordenador da Rede PRODEMA. Fundador do Observatório Cultural do Maranhão - PGCult - UFMA e do Laboratório de Arqueologia e Estudos Culturais-LAEC - UFMA. Membro permanente da Sociedade de Arqueologia Brasileira, da Associação Brasileira de Arte Rupestre, e membro fundador da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico/São Luís - MA.



PROJETO UNA-SE: CULTURA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

O Projeto UNA-SE: Cultura, Educação Ambiental e Patrimonial – Polo Coroadinho e entorno do Parque Estadual do Bacanga é uma ação extensionista desenvolvida pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em articulação com programas de pós-graduação, instituições parceiras e comunidades locais, com o objetivo de promover ações integradas voltadas à valorização do patrimônio cultural, à sustentabilidade socioambiental e ao fortalecimento das iniciativas comunitárias na região do Bacanga, em São Luís do Maranhão. O projeto articula ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo temas relacionados à cultura, memória, território, meio ambiente, turismo de base comunitária, educação patrimonial e justiça climática.

As ações do UNA-SE foram construídas de forma participativa, por meio de rodas de conversa, escutas comunitárias, visitas técnicas e diálogos com moradores, lideranças locais, coletivos culturais, grupos de mulheres, representantes de povos tradicionais e instituições públicas e privadas. Entre os principais objetivos do projeto estão o fortalecimento das expressões culturais do Polo Coroadinho, a valorização dos saberes tradicionais, o incentivo à economia criativa local, a produção de registros de memória e o desenvolvimento de práticas sustentáveis relacionadas ao território.

O projeto também atua na produção de inventários, trilhas educativas, oficinas formativas, ações de capaci-

tação em elaboração de projetos e empreendedorismo social, além do registro de patrimônios materiais e imateriais da região. Um dos espaços centrais das ações é o Ecomuseu do Sítio do Físico e o entorno do Parque Estadual do Bacanga, território marcado pela presença de sítios arqueológicos, ruínas históricas, manifestações culturais populares e importantes referências de memória social.

Em 2025, o projeto realizou o Seminário UNA-SE: Cultura, Educação Ambiental e Patrimonial, reunindo pesquisadores, estudantes, representantes comunitários e especialistas para discutir os impactos das mudanças climáticas sobre o patrimônio histórico, cultural e ambiental da região. O evento consolidou o UNA-SE como espaço de diálogo entre universidade e sociedade, reafirmando a importância da participação comunitária na construção de estratégias de preservação, desenvolvimento local e fortalecimento das identidades territoriais amazônicas.

PROGCIN E O PROJETO UNA-SE: A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PROGCIN), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), integrou as ações do Projeto UNA-SE: Cultura, Educação Ambiental e Patrimonial – Polo Coroadinho e entorno do Parque Estadual do Bacanga, reafirmando seu compromisso com a produção científica comprometida com a sociedade, com a valorização dos patrimônios culturais e com a preservação da memória coletiva. A participação do Programa fortaleceu a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, um dos princípios fundamentais da pós-graduação brasileira, contribuindo para a construção de conhecimentos voltados às demandas sociais e territoriais do estado do Maranhão.

No âmbito da Ciência da Informação, o registro, a organização, a preservação e a disseminação da memória constituem dimensões essenciais para a valorização dos saberes produzidos pelas comunidades. Nesse contexto, docentes e discentes do PROGCIN participaram das atividades desenvolvidas pelo projeto, colaborando na documentação de narrativas, na sistematização de informações e na reflexão sobre os processos de mediação da informação relacionados ao patrimônio cultural, ambiental e histórico do Sítio do Físico e de seu entorno. Essa atuação evidenciou o papel da informação como elemento estratégico para a construção da cidadania, da

identidade cultural e do fortalecimento das comunidades locais.

O presente e-book, “Registro e Preservação da Memória do Sítio do Físico: escuta, oralidade e narrativa”, representa uma das contribuições institucionais do PROGCIN ao Projeto UNA-SE. Mais do que uma publicação, esta obra constitui um instrumento de preservação da memória social, reunindo relatos, experiências e registros produzidos ao longo das ações extensionistas realizadas junto às comunidades participantes. Ao transformar as narrativas orais em patrimônio documental, o e-book contribui para ampliar o acesso ao conhecimento, preservar saberes tradicionais e estimular novas pesquisas sobre memória, patrimônio e mediação da informação.

A participação do PROGCIN no UNA-SE reafirma o compromisso do Programa com a formação de pesquisadores capazes de produzir conhecimento científico socialmente relevante e alinhado aos desafios contemporâneos. Ao registrar experiências, valorizar vozes historicamente pouco documentadas e promover a circulação da informação produzida coletivamente, o Programa fortalece sua missão de contribuir para o desenvolvimento regional, para a preservação da diversidade cultural maranhense e para a consolidação da Ciência da Informação como campo comprometido com a transformação social.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO **REGISTRO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO SÍTIO DO FÍSICO**: escuta, oralidade e narrativa

ORGANIZADORAS Valdirene Pereira da Conceição; Cassia Cordeiro Furtado; Conceição de Maria Belfort de Carvalho; Arkley Marques Bandeira.

SUPORTE Digital

PROJETO GRÁFICO Amaury Araujo Santos

PÁGINAS 192

TIPOGRAFIA Atkinson Hyperlegible | CORPO
Atkinson Hyperlegible Negrito | TÍTULOS



EDITORA ASSOCIADA À ABEU
abeu.org.br

progcin
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

ISBN 978-65-5363-616-3